

Educação Física no IFCE:

políticas, programas
e projetos educacionais

Samara Moura Barreto
Clautistony Pereira do Carmo
Francisco Advane de Paulo Rodrigues

Educação Física



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE

Reitor

Jose Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joelia Marques de Carvalho

Pró-Reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Extensão

Ana Claudia Uchôa Araújo

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Marcel Ribeiro Mendonça

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS NATOS

Ana Cláudia Uchoa Araújo

Cristiane Borges Braga

Joelia Marques de Carvalho

Sara Maria Peres de Moraes

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS TITULARES

Alisandra Cavalcante Fernandes de
Almeida

David Moreno Montenegro

Paula Patricia Barbosa Ventura

Josefranci Moraes de Farias Fonteles

Marcilio Costa Teixeira

Marieta Maria Martins Lauar

Barbara Suellen Ferreira Rodrigues

Sebastiao Junior Teixeira Vasconcelos

Nadia Ferreira de Andrade Esmeraldo

Auzuir Ripardo de Alexandria

Francisco Jose Alves de Aquino

Sandro Cesar Silveira Juca

Antonio Cavalcante de Almeida

Beatriz Helena Peixoto Brandao

Joao Eudes Portela de Sousa

Juliana Zani de Almeida

Glauber Carvalho Nobre

Rommulo Celly Lima Siqueira

Harine Matos Maciel

Maria Do Socorro de Assis Braun

Sarah Mesquita Lima

Jose Eranildo Teles do Nascimento

Igor De Moraes Paim

Nara Lidia Mendes Alencar

Meire Celedonio da Silva

Marilene Barbosa Pinheiro

Wendel Alves de Medeiros

Educação Física no IFCE:

políticas, programas
e projetos educacionais

Samara Moura Barreto
Clautistony Pereira do Carmo
Francisco Advane de Paulo Rodrigues

Educação Física

Fortaleza - CE, 2025

Educação física no IFCE: políticas, programas e projetos educacionais.
Autores: Samara Moura Barreto; Clautistony Pereira do Carmo; Francisco Advane de Paulo Rodrigues.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI Editora IFCE – EDIFCE

As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

Editora Adjunta e Normalização

Sara Maria Peres de Moraes

Revisão

Marilene Barbosa Pinheiro

Daniel Aguiar e Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Phabrica de Produções:

Alecsander Coelho, Daniela Bissiguini, Érsio Ribeiro, Kauê Rodrigues,
Paulo Ciola, Rebeca Tonello e Thiago Cordeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Editora IFCE - EDIFCE

B273e Barreto, Samara Moura.

Educação física no IFCE: políticas, programas e projetos educacionais. / Samara Moura Barreto, Clautistony Pereira do Carmo e Francisco Advane de Paulo Rodrigues. --. Fortaleza: EDIFCE, 2025.

107 p. il. (Coleção Vozes)

E-book no formato PDF 4.110 KB

ISBN: 978-65-84792-58-6 (e-book)

ISBN: 978-65-84792-56-2 (impresso)

DOI: 10.21439/EDIFCE.68

1. Educação física. 2. Projetos educacionais. 3. Práticas pedagógicas. I. Carmo, Clautistony Pereira do. II. Rodrigues, Francisco Advane de Paulo. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. IV. EDIFCE. V. Título.

CDD 613.71

Bibliotecária responsável: Sara Maria Peres de Moraes CRB N° 3/901



Contato

Rua Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426. Fone: (85)34012263 /
E-mail: edifce@ifce.edu.br / Site: editora.ifce.edu.br.

Dedicamos esse livro ao professor
Cleber Roberto Coelho Lopes (*In memoriam*)



Sumário

Apresentação	10
Prefácio	12
1. Da invisibilidade à esperança: a pessoa com deficiência e a formação dos profissionais de Educação Física	14
1 Introdução	14
2 O ser/estar do discurso sobre a pessoa com deficiência na formação do profissional de Educação Física	15
3 A formação do profissional de Educação Física e a pessoa com deficiência em seus contextos de atuação	16
Referências	21
2. Jogos e brincadeiras de matriz africana: o que dizem acadêmicos sobre esse conhecimento no currículo da formação inicial em Educação Física	24
1 Introdução	24
2 Os jogos de matriz africana na Educação Física e na educação das relações étnicas raciais	25
3 O que dizem os acadêmicos concluintes do curso de Educação Física acerca dos jogos e brincadeiras de matriz africana no contexto da formação inicial	27
4 Considerações finais	31
Referências	32
3. A prática em jogo no Ensino Médio	34
1 Introdução	34
2 Aporte teórico	35
3 Procedimentos metodológicos	38
4 Convite à aula prática	38

5 Conclusão	41
Referências	42
4. Futsal: uma ferramenta tecnológica social	43
1 Introdução	43
2 Revisão de literatura	44
3 Projetos de pesquisa	45
4 Projetos de extensão	46
5 Considerações finais	47
Referências	47
5. Olimpíada científica de Educação Física: do conhecimento da prática do movimento ao movimento do intelecto	50
1 Primeiras reflexões	50
2 Medalhei: caminhos percorridos na OCEF Ceará	53
3 Citius, Altius, Fortius!	56
Referências	57
6. Rede cedes Ceará: dos sertões de Canindé a Fortaleza, uma experiência colaborativa em pesquisa	58
1 Introdução	58
2 Rede Cedes: núcleo Ceará	59
3 Considerações finais	71
Referências	72
7. “Somos a semente, ato, mente e voz”: Memórias da comissão de proposta de mestrado em Educação Física do IFCE	73
1 Introdução	73
2 Memórias de Patrícia	76
3 Memórias de Nilson	77
4 Memórias de Raphaell	78
5 Memórias de Valter	79
6 Considerações finais	81
Referências	82

8. A revista de Educação Física, saúde e esporte do Instituto Federal do Ceará	83
1 Introdução: “Eu sou do Ceará”	83
2 Marcos históricos e sujeitos-autores	84
3 O trabalho colaborativo em rede tecido nas edições da <i>Refise</i>	86
4 À guisa de conclusão: as aprendizagens e os desafios no e do processo editorial	100
Referências	101
Sobre os organizadores	102
Sobre os(as) autores(as) do livro	103

Apresentação

Um álbum de minissonatas
Temporalidade de soar e ressoar uma identidade compósita
O DEFE são muitos/as
Corpos em movimento,
Movimento em Corpos
Barulhos, flores, íris em arco ou arco-íris
Entrelugares de sonhos e utopias
R-evoluções
Tonalidades e expressões.

As reminiscências que solfejam os atos educativos são aquelas implicadas na profundidade do sentir-pensar-agir como possibilidade do “outrar-se”. O “outrar-se” se põe em atos de andarilhar na conformação do ser mais, necessariamente com outros(as).

A escrita desse livro foi um convite de “outrar-se” na e pela possibilidade de ler a si mesmo e ser lido pelo outro(a) em temporalidade que marca os dez anos do Departamento de Educação Física do IFCE. Há um barulho político e pedagógico, de entrelugares de sonhos e utopias que atravessam o tripé ensino, pesquisa e extensão. Revoluções da profissionalidade, corpo docente (que ultrapassam noventa na nossa rede), que se faz *corpus*, tonalidades e expressões, identidade(s) em significação de uma práxis transformadora no e pelo o IFCE.

Buscamos, portanto, compreender e delinear as políticas, programas e projetos educacionais na área de Educação Física que analisam a formação, currículo e práticas pedagógicas estreitados ao tripé ensino, pesquisa e extensão em contexto situado do Instituto Federal do Ceará, trazendo essa cena histórica dos 10 anos de criação do Departamento de Educação Física, que se deu por meio da Portaria no 788/GR, de 29 de julho de 2014.

Traz portanto, uma possibilidade de apreender as (im)permanências da relação da Educação Física com os marcadores históricos, políticos e sociais na mobilização de saberes sobre a justiça social e diversidade cultural na e pela educação pública e de qualidade, situadas no IFCE.

Nesse sentido, entoamos vozes do esperar para o recrudescimento de forças democráticas na e pela educação brasileira, contrárias a um projeto neoliberal que desvia a formação crítica e reflexiva, em vigilância atenta às nossas contradições como experiência de autocrítica, para que não desviemos os princípios educativos da educação para emancipação, em extravio de um projeto de apreensão cultural pautando na ética e estética como dimensão humana, objeto da educação dos corpos.

Samara Moura Barreto
Coordenadora de Formação e Práticas Educativas do DEFE

Prefácio

A construção coletiva de inéditos-viáveis entre professores e professoras de Educação Física do Instituto Federal do Ceará

Ser convidado para prefaciar um livro é uma grande responsabilidade. Menciono isso porque, ao realizar a leitura dos textos que fazem parte da obra, tento compreender a história dos(das) autores(as), seus contextos de trabalho, sonhos, utopias e visões de mundo. Por conta dessa vasta complexidade, nunca é fácil achar o “tom” da escrita para que os(as) futuros(as) leitores(as) compreendam as análises, reflexões e debates proporcionados pela referida produção acadêmica.

Assim, ao terminar a leitura dos oito capítulos do livro “Educação Física no IFCE: políticas, programas e projetos educacionais” fui tomado por uma mistura de sensações que atravessam a minha trajetória como docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Nesses oito anos de instituição, participei da elaboração coletiva de um currículo para a área de Educação Física, ministrei aulas em diferentes cursos técnicos integrados ao ensino médio (Eletrônica, Mecânica, Informática, Logística, Eletrotécnica e Administração) e Licenciaturas (Geografia, Matemática, Formação Pedagógica de Docentes e Pedagogia), orientei trabalhos de iniciação científica, coordenei projetos de ensino e extensão, além de estruturar uma proposta de especialização em Educação Física Escolar. Todavia, nem de perto consegui participar de um processo que pudesse estruturar essas ações em políticas educacionais com a parceria dos(das) demais docentes com a mesma formação acadêmica.

Resolvi contar um pouco dessa história porque sempre me alenta conhecer com maior profundidade as ações produzidas pelo professorado do IFCE. Durante a leitura, fiquei imaginando como poderia construir, dentro do meu contexto profissional, possibilidades para abrir uma Licenciatura em Educação Física, sistematizar uma política de pesquisa que tivesse como foco a produção humana sobre a cultura corporal, planejar um programa de Mestrado em Educação Física, participar de redes colaborativas que problematizam a saúde, o esporte e o lazer, criar uma revista científica para disseminar essa vasta produção de conhecimento e, por fim, organizar um departamento para pensar coletivamente nas ações da área.

Portanto, os(as) interessados(as) nessas problemáticas poderão refletir criticamente sobre os caminhos traçados por docentes de Educação Física do IFCE que tiveram todas essas experiências destacadas anteriormente. Posso dizer que após a análise atenta de tantas vivências profissionais dos(das) meus(minhas) colegas do Ceará, fiquei com vontade de escrever uma mensagem para os(as) integrantes da reitoria do IFSP cobrando a abertura desse espaço para quem leciona nessa região do país e tenta, dia após dia, mostrar a importância da cultura corporal para transformar a vida das pessoas, seja no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão. Já aproveito para agradecer pela inspiração para continuar lutando.

Mesmo com tantos aspectos positivos destacados até aqui, não posso finalizar essas reflexões com um olhar ingênuo sobre a atuação profissional dos(as) docentes de Educação Física nos Institutos Federais (IFs). Essa política educacional foi criada em 2008 com a perspectiva de proporcionar uma formação politécnica para a classe trabalhadora e, desde então, tornou-se revolucionária. Todavia, desde o golpe político-jurídico-midiático-parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, foi possível observar um desmonte completo de investimento nas escolas federais.

Outro ponto que precisa ser destacado é a passividade de muitos(as) gestores(as) das instituições federais de ensino, que passaram a assumir as políticas educativas neoliberais em suas gestões, possibilitando um avanço do discurso da meritocracia, empreendedorismo e educação de mercado em diferentes estados brasileiros que possuem campi dos IFs.

A realidade que todos os(as) docentes de Educação Física viveram nos últimos anos torna ainda mais potente esse esforço coletivo de colocar em evidência tantas ações político-pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão, evidenciando os saberes históricos, sociais, políticos, econômicos, biológicos e fisiológicos da cultura corporal para a transformação social dos diferentes grupos que sofrem muitas formas de opressão no território brasileiro.

Ao pensar durante algum tempo sobre tantos projetos realizados pelo professorado do IFCE, só consegui refletir sobre a possibilidade de concretização de inéditos-viáveis da coletividade docente da área de Educação Física, já que transformar a realidade opressora é o que faz esse grupo esperar por todos os momentos por uma estrutura societária com mais justiça social.

Finalizo esse prefácio dialogando com a produção intelectual de Paulo Freire, o patrono da educação de todos(as) brasileiros(as), pois os professores e as professoras do Instituto Federal do Ceará reconhecem a educação como um ato político que pode proporcionar a conscientização da classe trabalhadora, mas também sabem que precisam ter paciência histórica e estratégias de luta para não perderem a esperança de transformar a função social da Educação Física nos cursos de ensino médio integrado, superior e de mestrado, além das ações de extensão e pesquisa realizadas por todo o estado.

Que essa obra nos provoque para continuar batalhando pela união da classe trabalhadora, na perspectiva de construir coletivamente um mundo em que as pessoas não normalizem as desigualdades econômicas e valorizem a diversidade cultural. Sem sombra de dúvidas, os(as) docentes que lecionam nos IFs podem colaborar com esse processo.

14 de maio de 2023

Daniel Teixeira Maldonado

1 Da invisibilidade à esperança: **a pessoa com deficiência e a formação dos profissionais de Educação Física**

Ialuska Guerra

Mônica Maria Siqueira Damasceno

Déborah Santana Pereira

Joamira Pereira de Araújo

1 Introdução

As palavras aqui escritas, além de levarem a pensar sobre o sentido da invisibilidade que tende a permear a pessoa com deficiência, devem fomentar no leitor a esperança de uma formação dos profissionais de Educação Física com sensibilidade para uma prática inclusiva. Não a esperança utópica ou palavras jogadas ao vento, mas provocar a reflexão acerca de tão relevante tema.

Apoiando-nos em Santin (2001, p. 9), inspiramo-nos para que nossas palavras também alcancem o maior número de pessoas, a fim de gerar um movimento a favor da inclusão. Ele diz: Tudo o que está sendo dito aqui reclama um passo a mais, não só para a frente, mas em todas as direções. Não se trata de direções espaciais, mas das direções que conduzem às fontes da sensibilidade.

Assim, a sensibilidade está onde está a esperança, pois as duas se manifestam a partir do desejo da transformação, e essa passa necessariamente pela experiência. Nesse sentido, a formação de professores de Educação Física deve propiciar a experiência de conhecer, vivenciar e transformar.

Para Larrosa (2011), experimentar ou experienciar é aquilo que nos passa, que nos acontece e que nos toca. Não o que se passa, o que acontece ou o que toca. Portanto, compreendemos que a experiência é a capacidade de formação e transformação. Trilhando esse caminho, debruçamo-nos sobre o ser e o estar do discurso sobre a pessoa com deficiência; discorremos sobre a formação do profissional de Educação Física e a pessoa com deficiência, em diversos contextos: esporte, saúde, meio ambiente e lazer.

Dessa forma, não deixamos de fora o sentimento de (in)competência para atuar na inclusão de profissionais e acadêmicos de Educação Física, considerando a importância de adotar um ensino que não relegue a presença da pessoa com deficiência a poucos componentes curriculares e uma pesquisa que também privilegie esse público. Para finalizar, discutimos a identidade da extensão que, dentro do fluxo formativo, tem assumido a missão de evidenciar o ser/estar da pessoa com deficiência no mundo acadêmico, tornando-o, assim, um oásis de experiências.

2 O ser/estar do discurso sobre a pessoa com deficiência na formação do profissional de Educação Física

O discurso sobre a pessoa com deficiência no ensino superior está disposto, inicialmente, no âmbito da legislação. O atendimento aos ditames legais fez com que fossem incorporados aos cursos de graduação componentes curriculares que abordam temáticas relativas às pessoas com deficiência.

Nesse processo histórico, faz sentido ressaltar três momentos principais: o passo inicial, dado pela Portaria N^o 1.793, de dezembro de 1994, do então Ministério da Educação e do Desporto (Brasil, 1994), que recomenda a inclusão de disciplinas e conteúdo que tratem sobre as pessoas com deficiência em vários cursos de graduação; o caminho, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN, 1996), que favoreceu o repensar sobre uma formação profissional que considere a atuação com esse público; e a ampliação do caminho, trazida pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), que redefine a inclusão desse público, tornando obrigatório o seu atendimento em diversas instâncias e, consequentemente, pressiona o ensino superior a formar profissionais capacitados para efetivar os processos inclusivos necessários ao atendimento dessa legislação.

Considerando que, com a contribuição dessas legislações, a pessoa com deficiência foi inserida no contexto da Educação Superior, é preciso discutir como essa inserção tem ocorrido e perceber quais discursos têm sido produzidos, a partir dessa inserção. Nessa perspectiva, é preciso compreender, inicialmente, que os discursos sobre a pessoa com deficiência no ensino superior se apresentam em forma de lei e de ideias enraizadas ao longo das décadas, trazendo consigo um sentido assistencialista que, em vez de focar nas potencialidades, remete apenas às dificuldades,

ênfatizando e retroalimentando um contexto de desamparo das pessoas com deficiência no ensino superior, apesar do aparato legal.

Os discursos, portanto, reproduzem a ênfase nas diferenças, nas patologias, nos distúrbios, nas dissonâncias, ou seja, trazem à tona, prioritariamente, os aspectos limitantes das pessoas com deficiência e utilizam-se de um discurso de justificativa de que é preciso conhecer as limitações para, então, compreender a pessoa com deficiência, reduzindo os sujeitos à sua condição desfavorável e reforçando o discurso da desigualdade. Além disso, os discursos ganham relevo ao apontar a necessidade de se praticar a inclusão nos ambientes educacionais.

Aqui destacamos o ensino superior, apresentado como espaço de numerosas possibilidades de transformações, que podem auxiliar na constituição de uma sociedade mais inclusiva e afável, e que respeita às características próprias e individuais de todos, contribuindo para que se pratique a equidade.

Carvalho (2004) entende a equidade na prática pedagógica como respeito às diferenças e individualidades de cada ser humano, sem que influências externas e sociais acarretem impedimentos à aprendizagem. Dessa forma, o processo educativo deve ser transformador e concreto para todos, sem distinções.

Existe um discurso sobre o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições de ensino, mas é possível afirmar que existe uma escuta por parte dessas mesmas instituições? Entre o “ser” estudante com deficiência de uma Instituição de Ensino Superior (IES) e o “estar” estudante com deficiência de uma IES existem lacunas que precisam ser preenchidas.

Nesse sentido, faz-se necessário entender a importância de se efetivar uma prática em que o discurso sobre as pessoas com deficiência ocorra nas disciplinas e no conteúdo dos cursos de formação profissional, de forma a reconhecer sua presença no mundo, retirando-as das invisibilidades social e humana. Trata-se

de realizar um discurso integrado, contrapondo-se à presença isolada e fragmentada existente nas proposições de disciplinas estanques e em conteúdos abordados de forma tão específica que temos a sensação de estar falando de pessoas que não estão entre nós.

Considerando essa propositiva, pausamos a reflexão sobre o ser/estar da pessoa com deficiência nos cursos de graduação em Educação Física, a partir do seguinte questionamento: Quais os contributos do tripé ensino, pesquisa e extensão no processo formativo desses profissionais concernente a essa temática? Nesse caminho, focar os discursos sobre as pessoas com deficiência presentes na formação de acadêmicos do curso de graduação em Educação Física no IFCE – *campus* Juazeiro do Norte, em seus vários contextos de atuação.

3 A formação do profissional de Educação Física e a pessoa com deficiência em seus contextos de atuação

A formação do profissional de Educação Física tem sua história estabelecida na licenciatura e no bacharelado, com suas devidas especificidades. Porém, nessa modalidade, a história desse profissional se entrelaça, constituindo-se a partir de seus contextos múltiplos. Na escola, de forma geral, a inclusão tem se posto em um patamar de crise, fundamentada em aspectos paradoxais. Por um lado, o acesso ao ensino regular ganhou nuances obrigatórias, que fez crescer o número de pessoas com deficiência matriculadas nos sistemas de ensino (Ferreira; Sangalli, 2020). Por outro lado, a permanência e, principalmente, o êxito escolar desses indivíduos se encontram ainda em estado incipiente.

No que tange, especificamente, à disciplina de Educação Física, esse contexto agrega condição ainda mais conflitante, em que são evidenciadas situações de exclusão. Enquanto, nas outras disciplinas curriculares, a participação dos alunos com deficiência é percebida como insuficiente, nas aulas de Educação Física é

identificada a naturalização da não vivência. Dessa forma, é recorrente a ausência dos alunos nas atividades de práticas corporais, em que são apontadas justificativas, como os conteúdos e o contexto, que apresentam dificuldade de inclusão, se comparados aos de outras disciplinas.

Aspectos como falta de recursos materiais, de profissionais de apoio e de formação específica (Caldas, 2021; Krug *et al.* 2021) para atuar com esse público, são colocados como barreiras para a não participação dos alunos nas aulas. Além desses fatores, há relatos de despreparo profissional advindo de uma formação acadêmica “frágil”, em virtude da falta de contato com pessoas com deficiência e pela não disponibilização da disciplina Educação Física Adaptada, além do debate sobre inclusão estar posto em uma única disciplina (Brito; Lima, 2012; Fiorini, 2011; Cruz, 2008).

Entretanto, não se pode limitar as dificuldades apenas na área de conhecimento e formação acadêmica. No ambiente escolar, há características administrativas e físicas que dificultam a inclusão. No que se refere ao âmbito administrativo, dificuldades como a falta de apoio da direção (Lamaster *et al.*, 1998), o número total de alunos em cada turma (Muller, 2010), o número de aulas de Educação Física (Brito; Lima, 2012), a falta de horário, dentro da jornada de trabalho do professor, para elaborar aulas adequadas à inclusão (Fiorini, 2011), e a inexistência de um assistente (Morley *et al.*, 2005) são fatores que influenciam diretamente na qualidade do ensino dessa população. E, em termos físicos, a inadequação dos locais de práticas corporais tornam-se também limitadores (Araújo Júnior, 2012).

Com o reconhecimento da Educação Física na área da Saúde (Brasil, 1997), o profissional de Educação Física passa a assumir papéis diferenciados em sua carreira. Sua atuação estende-se a diferentes esferas, entre elas, ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a proposição de práticas corporais/atividades físicas na Atenção Básica (Valério; Rall, 2018).

Dessa forma, o profissional de Educação Física precisa estar preparado para atender às demandas impostas pelo serviço público de Saúde e, para isso, faz-se necessária a reorganização curricular, a construção de novos saberes e competências, cenários e métodos de aprendizagem, a integração teórico-prática e o fortalecimento de pesquisa e extensão na Saúde (Metzner; Drigo, 2018).

As últimas proposições de reestruturação curricular evidenciaram o eixo da Saúde com detalhamento de temáticas que consideram a pluralidade do sujeito, suas necessidades e o seu contexto de vida. Assim, a formação do profissional de Educação Física passa a ter direcionamento adequado, o que repercute em melhor capacitação para atuar na área da Saúde, inclusive com aproximação da Saúde Coletiva e dos princípios do SUS.

Além disso, destacam-se as ações intersetoriais em interlocução com os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, como o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Brasil, 2017). Esses setores são responsáveis pela oferta de serviços de Proteção Social Básica, no contexto comunitário. Dentre o público-alvo alcançado, destacam-se famílias e indivíduos em situação de desproteção, como as pessoas com deficiência (Antunes, 2015).

Nesse sentido, a pessoa com deficiência caracteriza-se como alguém em situação de vulnerabilidade, e pesam diversos fatores que envolvem as ações de saúde, como a prática de atividades físicas. Para um planejamento adequado, é necessário considerar as características individuais, o núcleo familiar, a comunidade em que está inserido, o grau de vulnerabilidade, as limitações físicas e psicológicas, os contextos social e econômico, as subjetividades e todos os determinantes e correlatos da atividade física. Desse modo, para a promoção da saúde dessa população, dentre outros aspectos, são necessários incentivos, oportunidades e mais ações que viabilizem o universo das práticas corporais da pessoa com deficiência.

As evidências já mostram os diversos benefícios da prática regular de atividades físicas para pessoas com deficiência, pois se mostra como poderoso instrumento na promoção da qualidade de vida e na manutenção, no desenvolvimento e/ou na reabilitação da saúde dessas pessoas, seja em aspectos físicos, psicológicos ou sociais (Wellichan; Santos, 2019).

Existem, ainda, várias possibilidades para a inclusão social e a promoção da saúde da pessoa com deficiência por meio das práticas corporais, e pode-se incluir desde as aulas de Educação Física escolar, a atividades adaptadas nos contextos esportivo, competitivo e de lazer, incluindo atividades na natureza.

A atividade física é considerada uma das prioridades para manter um desenvolvimento salutar. Neste sentido, deve-se considerar a influência dos ambientes em que essas atividades são realizadas, seja em ambientes *indoor* ou *outdoor*, que podem se complementar. Com o olhar voltado para o ambiente *outdoor*, consideramos que a proposta ecológica de desenvolvimento de Bronfenbrenner (1996) favorece estudos que ocorrem de forma contextualizada e em ambientes naturais. Assim, o desenvolvimento acontece segundo a forma como os sujeitos se envolvem ativamente nos ambientes em que estão inseridos (Bronfenbrenner, 1996).

Nesse contexto, ao realizar as aulas de Educação Física em ambiente natural, é possível estreitar as relações do ser humano com a natureza, em busca de novas formas de convívio e de benefícios adicionais para quem as pratica. De certa forma, enfatizamos essa prática, visto que o bem-estar físico e o emocional refletem diretamente no desenvolvimento.

Resultados da pesquisa de Fjørtoft (2004) destacam características da paisagem que influenciam a atividade física e o desenvolvimento motor das crianças. Para o autor, crianças que praticam atividades em contato com a natureza apresentam um aumento estatisticamente significativo na aptidão motora, em comparação com as que não praticam atividades nesse ambiente.

Outro aspecto relevante que se deve destacar em atividades realizadas próximo à natureza diz respeito à inclusão, visto que os espaços verdes influenciam positivamente nas interações sociais, e permitem que o indivíduo se mostre mais cooperativo e comunicativo (Dyment; Bell, 2006).

Alguns cursos de graduação, em suas matrizes, já possuem a disciplina de esportes de aventura. No entanto, para além do esporte em si, destacamos a necessidade de aulas envolvendo a natureza, para despertar todos os sentidos e, desse modo, ocasionar experiências significativas que possam auxiliar no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos, dentre elas, aulas de Educação Física que suscitem novos olhares e variadas ações do sujeito sobre o mundo.

As aulas de Educação Física que, tradicionalmente, acontecem em pátios ou ambientes *indoor*, podem e devem ocorrer em ambientes *outdoor*, explorando os espaços exteriores, ou seja, fazendo uso da prática do *desemparedamento* (Tiriba, 2018) para indicar a importância de as crianças participarem das atividades educacionais em espaços exteriores e aprenderem fora da sala de aula e de ambientes fechados.

Ao professor de Educação Física aplica-se a função de conscientizar seus alunos de que não apenas espaços fechados e estruturados, como academias, são locais favoráveis para o exercício de atividades físicas, mas também parques e ambientes naturais, que, em muitos casos, têm estrutura física favorável para praticar uma caminhada ou outras configurações de atividades e exercícios físicos. Todas as formas encaminham-se para a melhora da saúde em geral (Arana; Xavier, 2016).

Diante do exposto, e ponderando a importância do ambiente natural, consideramos que o *green exercise*, nomeado de exercício verde, venha a fazer parte do contexto educacional e da prática do profissional de Educação Física.

A busca por atividades físicas realizadas em espaços naturais remete também

a outra reflexão, que diz respeito ao contexto do lazer. É comum a prática de atividades em contato com a natureza estar relacionada ao lazer, visto que ocorre a partir das relações estabelecidas entre o sujeito e os demais elementos de um ambiente.

Cada vez mais, vem crescendo a preocupação com uma melhor qualidade de vida e a necessidade de se ter um “tempo livre”, o que, naturalmente, acarreta a busca pelo lazer, seja na natureza ou em outros espaços que conduzam a práticas corporais.

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) destaca, em seu capítulo IX, art. 42, que “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. Assim, embora o direito esteja garantido na legislação, de acordo com Mendes e Paula (2008), o lazer apresenta diversos tipos de barreiras às pessoas com deficiência, incluindo as atitudinais, que desvelam relações interpessoais preconceituosas.

Nesse viés, Corrales e De Castro (2016) destacam que as pessoas convencionais sentem um estranhamento ao observar pessoas com deficiência em vivências de lazer, pois a perspectiva é de que essas pessoas só saem de casa para atendimentos terapêuticos, o que reforça a concepção de patologia associada à deficiência.

Dessa forma, é importante destacar que, embora as matrizes curriculares dos cursos de graduação tenham disciplinas que tratem da temática do lazer, nem sempre a pessoa com deficiência encontra-se inserida no foco dessas discussões. Tal situação acaba por reforçar uma perspectiva de que apenas as pessoas consideradas sem nenhum tipo de deficiência teriam o direito e a condição de usufruir de vivências de lazer. Nessa vertente, Beltrame (2022) aponta o esporte e o lazer compreendidos como vivências sociais corponormativas, entendimento que se desvela na estruturação dos conteúdos e das disciplinas das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física.

Em se tratando do contexto esportivo, a participação de pessoas com deficiência também se reveste de invisibilidade, em especial nos contextos esportivos, educacionais e de lazer, haja vista que essa prática corporal está imersa na mesma problemática que envolve a escola e o lazer. No esporte de rendimento, novamente surge a dualidade, conflitando entre a inclusão social e o capacitismo.

Considerando que o esporte para a pessoa com deficiência transita do *status* de tratamento não medicamentoso até a condição de prática profissional, muitas nuances podem ser identificadas nesse percurso (Greguol; Malagodi, 2018), desde a compreensão do atleta com deficiência como um paciente que necessita de cuidados terapêuticos até o herói nacional, repositório de medalhas paralímpicas. Essa concepção dualista reforça as perspectivas que subestimam ou superestimam as capacidades desses indivíduos, resultando, em ambos os casos, no estabelecimento de percepções preconceituosas.

Essa dualidade reproduz-se na formação profissional em Educação Física, em que se tem, nas matrizes curriculares, a abordagem sobre o esporte para pessoas com deficiência, tratada, na maioria das vezes, apenas em uma ou poucas disciplinas isoladas. Dessa forma, o esporte é priorizado nos cursos de graduação em Educação Física, em uma abordagem convencional, ou seja, é comum encontrar disciplinas de esportes que, em seu conteúdo, aborda apenas a prática convencional, excluindo as versões adaptadas, como, por exemplo, a disciplina de voleibol, que inclui, em seu programa de unidade didática, conteúdos relacionados prioritariamente ao voleibol *indoor*, e, eventualmente, ao voleibol de areia, mas quase nunca aborda o voleibol sentado. Esse panorama repete-se nas várias disciplinas esportivas da graduação em Educação Física.

Outro ponto é que, embora existam discussões sobre o caráter inclusivo do esporte, o foco encontra-se em outra visão dualista, que contrapõe o esporte participação e o esporte de rendimento,

mas que, contraditoriamente, invisibiliza a pessoa com deficiência nos dois contextos, reforçando a percepção corpornormativa sobre o esporte.

Por fim, a pessoa com deficiência, no esporte, enfrenta ainda a sua invisibilização como atleta propriamente dito, com seus resultados vinculados, quase sempre, à condição de superação da deficiência, ou seja, o foco da conquista se distancia do mérito do treinamento, dos planejamentos técnico, tático, físico, metabólico, nutricional e psicológico, para se fixar na condição da deficiência, como se, ao atingir recordes, a deficiência tivesse sido “curada”, ou como se o atleta fosse um “super-herói”, com um poder místico que lhe possibilitou alcançar resultados considerados impossíveis, devido à sua condição de pessoa com deficiência.

Para Howe e Silva (2018), essa concepção equivocada pode acarretar a não identificação de pessoas com deficiência com o esporte, que percebem essa prática corporal como mais uma dificuldade a ser superada no seu dia a dia. Assim, o hiperfoco na superação afasta a compreensão do esporte para pessoas com deficiência como direito social (Seron *et al.*, 2021); retira o mérito de um trabalho multidisciplinar realizado pelo atleta em conjunto com profissionais da área esportiva; fragiliza o conhecimento produzido na área de Educação Física; e mistifica o talento esportivo.

No sentido de combater esse panorama pernicioso, ações anticapacitistas têm sido desenvolvidas, como, por exemplo, o Movimento We15th na paraolimpíada de 2020/21. Na esteira desse movimento, ações multiplicadoras são necessárias para que seja compreendida e resgatada a condição humana das pessoas com deficiência. Assim, se torna patente a necessidade de uma formação inicial em Educação Física que contemple uma discussão ampla da presença da pessoa com deficiência nos vários contextos de atuação desse profissional, retirando esses sujeitos da invisibilidade.

Nesse sentido, a formação profissional dos discentes do IFCE – *campus* Juazeiro

do Norte está pautada no direcionamento de suprir as lacunas existentes nessa área, pois é possível identificar disciplinas que as contemplem, tais como: Língua Brasileira de Sinais (Libras); Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia da Aprendizagem; Fundamentos para a Educação Física Adaptada; Estágio IV; entre outras. Além disso, são ofertadas práticas e o aprofundamento de conhecimento por meio de projetos de pesquisa e extensão, a fim de suprir todas as dificuldades da inclusão inerentes à formação profissional em Educação Física.

Não obstante, apenas ter a disciplina Educação Física Adaptada (EFA) no currículo não é suficiente, pois, muitas vezes, as abordagens acabam sendo prioritariamente teóricas. Dessa forma, é importante ressaltar a contextualização dos conhecimentos no tripé ensino/pesquisa/extensão, proporcionando, assim, a práxis profissional de forma ampliada, de modo que os futuros educadores sejam capazes de posicionar-se de maneira competente, diante da diferença.

Nessa perspectiva, uma das possibilidades são os programas de mentoria. Para Santos *et al.* (2019, p. 328) “a implementação dos princípios da educação inclusiva no ensino superior é um desafio à própria instituição, professores e estudantes, o que pode ser concretizado na implementação de Programas de Mentoria. No IFCE, o Programa de Mentoria Institucional denomina-se Acreditar e materializa-se em um edital conjunto da Pró-Reitoria de Ensino (Proen), da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) e da Pró-Reitoria de Extensão (Proext), destinado a apoiar projetos que contribuam com o desenvolvimento econômico, social e tecnológico, nas diversas áreas do conhecimento.

No edital de 2021, foi aprovado o projeto Aprender e Ensinar sobre Esportes Paralímpicos: Capacidade Sim, Capacitismo Não! com o objetivo de contribuir para o combate ao capacitismo, a partir de ações educativas que promovessem o conhecimento, a reflexão e a discussão sobre o empoderamento das pessoas com deficiência através do esporte paralímpico.

A perspectiva era favorecer a adoção de atitudes de respeito à diversidade humana, através da discussão sobre o capacitismo; promover o conhecimento sobre esportes paralímpicos; realizar atividades com foco na identidade juvenil e na utilização de redes sociais e plataformas digitais de uso diário, como ferramentas para apropriação e reelaboração do conhecimento; e proporcionar experiências de autocompetência através do primeiro contato com vivência prática de modalidades esportivas por pessoas com deficiência. Nesse sentido, foram realizadas várias ações.

Na capacitação, promoveu-se a apropriação do conhecimento técnico-pedagógico sobre as modalidades, pelas mentorandas, e a discussão crítica sobre o capacitismo. Nas Conversas Paralímpicas (CP), desenvolveu-se discussão crítica sobre os aspectos da resiliência dos atletas paralímpicos; combate ao capacitismo; e aproximação de conteúdos acadêmicos com a realidade do mundo do trabalho.

As CPs ocorreram em encontros virtuais, pela plataforma Google Meet, em dois momentos. No primeiro, denominado de Capacitismo, o que Saber para Combater, foi tratado sobre o preconceito estrutural, que coloca as pessoas com deficiência em um patamar de incapacidade. No segundo, abordou-se a atuação profissional no halterofilismo paralímpico, com a temática Treinamento em Halterofilismo Paralímpico.

Nas oficinas pedagógicas e no festival paralímpico, o foco esteve no favorecimento de atitudes colaborativas e inclusivas. Essa ação foi a mais abrangente do projeto e desenvolvida durante quatro oficinas (Bocha; Halterofilismo Paralímpico; Goalball; e Vôlei Sentado), em uma escola de ensino médio profissionalizante, durante a disciplina eletiva de Esportes Adaptados. Participaram, ao todo, 40 alunos, dentre os quais, um com deficiência auditiva, um cadeirante com paralisia cerebral, e cinco com deficiência intelectual, além de três professores de Educação Física, sendo um deles uma pessoa com paralisia cerebral.

Na outra escola atendida, que ofertava as séries finais do ensino fundamental, ocorreram 20 oficinas, nas mesmas modalidades, com a participação de 120 alunos (três com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e oito com deficiência intelectual), além de um professor de Educação Física, e cinco acadêmicos de Educação Física participantes do Programa Residência Pedagógica (PRP).

O projeto foi finalizado com o Festival Paralímpico, que ocorreu nas dependências do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte, e envolveu diretamente, na organização e realização, além das mentorandas, outros acadêmicos que estavam matriculados nas disciplinas de Atividade Motora Adaptada e estágio IV de Educação Inclusiva.

O festival ofertou vivências das quatro modalidades elencadas para o projeto. Participaram das modalidades alunos

com deficiência das escolas parceiras (16 PcDs); 20 alunos e um professor do curso de Graduação em Educação Física, da Universidade Regional do Cariri (Urca); 12 alunos da disciplina de Atividade Física Adaptada do curso de Licenciatura em Educação Física e 40 alunos dos outros cursos (superior e médio) do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte, que vivenciaram as atividades do Além disso, a comunidade interna do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte assistiu as vivências das modalidades que estavam ocorrendo em diversos ambientes do *campus*.

No escopo do projeto, pôde-se inferir que atendeu aos objetivos e se configurou como um potencializador de uma práxis acadêmica tão necessária para a formação de um estudante humanizado, comprometido com a sociedade e seguro no desenvolvimento de suas competências profissionais.

Referências

- ANTUNES, N. S. Atuação profissional: educador físico no Cras. **Revista Didática Sistemica**, v. 17, n. 1, p. 348-350, 2015.
- ARANA, A. R.; XAVIER, F. Qualidade ambiental e promoção de saúde: um estudo sobre o Parque do Povo de Presidente Prudente/SP. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 32, p. 1-14, 2016.
- ARAÚJO JÚNIOR, D. A. Educação física na escola inclusiva: estudo de caso de uma escola regular em Salvador. **Corpo, Movimento e Saúde**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 13-34, 2012.
- BELTRAME, A. L. N. Por entre tramas e tessituras do espaço urbano “sobre rodas”: tecendo relações entre o esporte e lazer e a pessoa com deficiência física na cidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, 2022.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 218, de 6 de março de 1997. Reconhece profissões da área da saúde. **Diário Oficial da União**, 6 mar. 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria n. 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n. 1.793, de 27 de dezembro de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 1994. Seção 1. p. 20767. Brasília: Imprensa Oficial, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BRITO, R. F. A.; LIMA, J. F. Desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. **Corpo, Movimento e Saúde**, Salvador, v.2, n.1, p.1-12, 2012.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

CALDAS, R. D. *et al.* **A aplicabilidade da educação inclusiva nas aulas de educação física do município de Ananindeua-Pará**: um estudo das dificuldades, entendimentos e atitudes dos professores de educação física e educação especial, frente aos desafios do processo de inclusão de alunos com deficiência física. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Lusófona, Lisboa, 2021.

CARVALHO, R. EDLER. **Educação Inclusiva com os pingos nos Is**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CORRALES, C. M. Saito; DE CASTRO, E. D. Passear e participar: o lazer ampliando a circulação social de pessoas com deficiência. **Licere – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 19, n. 3, p. 1-28, 2016.

CRUZ, G. C. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. Londrina: Eduel, 2008.

DYMENT, J. A.; BELL, A. Our garden is colour blind, inclusive and warm: reflections on green school grounds and social inclusion. **International Journal of Inclusive Education**, n.15, 2006.

FERREIRA, A. M.; SANGALLI, A. As diretrizes da educação especial e inclusiva nas escolas ribeirinhas. **Revista Científica Multidisciplinar**. Núcleo do Conhecimento, ed. 8, v. 7, p. 53-70, 2020.

FIORINI, M. L. S. **Concepção do professor de educação física sobre a inclusão do aluno com deficiência**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

FJØRTOFT, I. Landscape as playscape: the effects of natural environments on children's play and motor development. **Childens Youtch and environments**, v.14, n. 2, 2004.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 1, p. 33-44, 2018.

HOWE, P. D.; SILVA, C. F. The fiddle of using the Paralympic Games as a vehicle for expanding [dis] ability sport participation. **Sport in Society**, v. 21, n. 1, p. 125-136, 2018.

KRUG, H. N. *et al.* Necessidades formativas de professores de educação física da educação básica diante da inclusão. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 8, n. 1, 2021.

LAMASTER, K. *et al.* Inclusion practices of effective elementary specialists. **Adapted Physical Activity Quarterly**, Champaign, v.15, p. 64-81, 1998.

LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, 2011.

MENDES, B. C.; DE PAULA, N. M. A hospitalidade, o turismo e a inclusão social para cadeirantes. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 329-343, 2008.

METZNER, A. C.; DRIGO, A. J. As diretrizes curriculares brasileiras e a formação profissional em Educação Física para o setor da saúde. *In*: BENTO, J. O. *et al.* (org.) **Cuidar da casa comum**: da natureza, da vida, da humanidade. Oportunidades e responsabilidades do desporto e da Educação Física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2018.

MORLEY, D. *et al.* Inclusive physical education: teachers' views of including pupils with special educational needs and/or disabilities in physical education. **European Physical Education Review**, v. 1, n.1, p.84-107, 2005.

MULLER, L. S. Os profissionais do ensino fundamental e a educação inclusiva. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 4, p. 61-71, 2010.

SANTIN, S. **Educação física**: da alegria do lúdico à opressão do rendimento. 3. ed. ampl., Porto Alegre, 2001.

SANTOS, I. et al. Práticas corporais em crianças e adolescentes com diabetes tipo 1 e com excesso de peso: experiências de um programa de extensão universitária. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, v. 8, n. 2, p. 210-226, 2019.

SERON, B. B. *et al.* O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. **Movimento**, v. 27, 2021.

TIRIBA, L. **Desemparedamento da Infância**: a escola como lugar de encontro com a natureza. 2. ed., Rio de Janeiro: Alana, jul. 2018.

VALERIO, D. L.; RALL, L. M. F. O profissional de educação física na área da saúde. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 85-96, 2018.

WELLICHAN, D. S. P.; SANTOS, M. G. F. Atividade física adaptada para a pessoa com deficiência: o CrossFit Adaptado para um grupo com cadeirantes e amputados. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 15, p. 146-58, 2019.

2

Jogos e brincadeiras de matriz africana: o que dizem acadêmicos sobre esse conhecimento no currículo da formação inicial em Educação Física

David Figueiredo Matos

Marla Maria Moraes Moura

Amanda Raquel Rodrigues Pessoa

Luciano das Neves Carvalho

Nilene Matos Trigueiro Marinho

1 Introdução

Neste capítulo, tematiza-se a formação inicial em Educação Física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* Juazeiro do Norte, na perspectiva de identificar aspectos relacionados à constituição de conhecimentos de acadêmicos concluintes sobre jogos e brincadeiras de matriz africana.

Para tratar especificamente da formação inicial, tomamos como foco das discussões o currículo. Partimos do pressuposto de que o currículo é instrumento em que os conhecimentos são sistematizados, materializados e compartilhados. Nesse sentido, o currículo configura-se como espaço de luta, disputa, relação de poder, mas também como território, discurso, texto, documento, espaço de construção de identidade (SILVA, 2011).

A forma como a sociedade seleciona, distribui e classifica o conhecimento educativo reflete-se na distribuição do poder e dos princípios de controle social. Young (2007) explica que toda aquisição de conhecimento é promovida com um propósito específico. Nessa lógica, as

instituições de ensino, como fontes de aprendizado, por meio dos conhecimentos e saberes compartilhados, e da composição curricular, têm forte influência no futuro da sociedade em geral. Afinal, é a partir dessas aprendizagens que os estudantes poderão ter discernimento em escolher suas atitudes e seus valores. Assim, os conhecimentos adquiridos via currículo têm por finalidade definir o tipo de ser humano que determinada sociedade terá, influenciando identidades, modos de pensar e agir. O currículo é, portanto, pensado e forjado para estabelecer a organização, o controle e a eficiência sociais (NUNES; RÚBIO, 2008).

Acreditamos que a formação inicial em Educação Física se constitui em importante espaço, no qual ocorre a apropriação de sentidos e significados sobre a profissão; nela, as indagações ganham aprofundamento epistemológico, e as tensões e os dilemas se apresentam como questões reflexivas, que contribuem para o movimento de identificação profissional. Portanto, esse momento traz fatores significativos para a assimilação do valor e da representação da docência, e, especificamente, ao que se

pretende trilhar na atuação em Educação Física escolar.

Neira e Nunes (2009) esclarecem que uma prática docente em Educação Física, pautada na justiça curricular e na descolonização, implica a ruptura da visão eurocêntrica de currículo e na visibilidade dos saberes dos grupos historicamente excluídos do currículo educacional.

Os jogos e as brincadeiras de matriz africana configuram-se como uma possibilidade de alcance para estudos sobre a África e para abordagem das relações étnico-raciais, no sentido de romper uma visão padronizada e limitada sobre a cultura daquele continente. Assim, os jogos e as brincadeiras surgem como uma linguagem com potencial de proporcionar a quebra desses tabus e abrir portas para outras formas de enxergar aquela cultura. Por isso se sustenta, aqui, a hipótese de que o jogo é passível de ser um componente mediador capaz de estimular novas representações sobre o continente africano (SILVA, 2018).

Trabalhar a temática de jogos e brincadeiras de matriz africana possibilita que o aluno amplie o conhecimento a respeito da diversidade cultural, o que, de acordo com Oliveira e Daolio (2011), é um meio para reduzir os preconceitos e as desigualdades existentes na escola. Como os jogos também representam um marco cultural e histórico de determinados povos, praticá-los evita seu desaparecimento e preserva os contextos histórico e cultural em que estão inseridos.

Sabendo disso, surgiram as questões: Como o IFCE tem abordado os jogos e as brincadeiras de matriz africana? De que modo essa instituição vem preparando futuros professores para atenderem às exigências previstas nas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008?

Assim esclarecido, buscou-se analisar, na percepção dos concluintes do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte, as contribuições dos jogos e das brincadeiras de matriz africana na formação inicial, verificando, assim, se os acadêmicos identificam, na formação inicial, um aprofundamento

nos conhecimentos acerca dos jogos e das brincadeiras de matriz africana e aspectos legais que perpassam essa discussão.

Compreende-se que a temática ainda apresenta um acervo bibliográfico limitado, e, portanto, buscou-se ampliar os estudos sobre os jogos e as brincadeiras de matriz africana nas aulas de Educação Física, para que atuais e futuros professores percebam a importância de trabalhar tais conhecimentos em suas aulas e as possibilidades de acontecer a interdisciplinaridade, ao abordar a cultura e história dos povos africanos por meio dos jogos e brincadeiras. Analisar esse tema contribui para refletir criticamente como a Educação Física concretiza-se em sala de aula a partir de um currículo.

Acreditamos ser relevante tratar dessa temática por ser uma discussão recente na formação inicial em cursos de Licenciatura em Educação Física. Os jogos e as brincadeiras de matriz africana, nas aulas de Educação Física, podem contribuir para tornar uma sociedade mais igualitária, e fazer com que as diferenças sejam respeitadas.

2 Os jogos de matriz africana na Educação Física e na educação das relações étnicas raciais

O racismo, no Brasil, ganhou uma estrutura naturalizada. Com isso, queremos dizer que as práticas de racismo são frequentemente encontradas em noticiários e nos relatos cotidianos, mas ainda são relativizadas e ganham um viés de impunidade, na perspectiva da criminalidade, apesar da existência da Lei. Nesse sentido, Guimarães (1999, p. 149) afirma que “[...] no Brasil, o ideário anti-racialista de negação da existência de ‘raças’ fundiu-se rapidamente com uma política de negação do racismo como fenômeno social”.

Quanto à Educação Física, não é diferente do cenário social mais amplo; de modo que o seu currículo tem privilegiado práticas racistas, balizadas, sobretudo, no contexto eurocêntrico. Desde sua inserção na educação básica, esteve

fundada na ginástica como conteúdo exclusivo, abordada através dos métodos francês, alemão e sueco (Soares, 1994). O conhecimento ginástico foi, posteriormente, substituído pelo esporte, perpetuando o legado eurocêntrico, em que prevalecem práticas esportivas como futebol, basquetebol, voleibol e handebol. Nessa perspectiva, Neira e Nunes (2009, p. 236) questionam até quando o currículo da Educação Física vai continuar a marginalizar os conhecimentos de diferentes culturas, visto que

Quais jogos, danças e lutas pertencentes a esses povos são estudados nas escolas brasileiras? Será que sequer conhecemos? Com um currículo que ignora os conhecimentos dos grupos que compõem uma parcela significativa da população, veicula-se a impressão que sua contínua condição desprivilegiada lhes é merecida. Frente a isso, afirma-se que a experiência corporal euro-estadunidense é a aplicação universal, ou seja, a única vivência histórica válida e todos devem assumi-la como tal.

Dessa forma, ainda predomina a cultura europeia, inferiorizando totalmente qualquer tipo de manifestação que seja diferente, tornando-a desvalorizada na sociedade, inclusive, as de matriz africana e afro-brasileira. O racismo tem sido muito comentado, atualmente, mas ainda faltam políticas públicas e educacionais baseadas no antirracismo, para que a população reconheça e valorize todas as culturas.

Santos e Schneider (2021) ressaltam que considerar as diferentes práticas culturais de forma igualitária, deverá promover o “arco-íris” cultural, evitando o daltonismo de culturas. Com isso, os autores apontam que será preciso dar visibilidade a todas as culturas, e não apenas às europeias.

É necessário mostrar que a diversidade racial está presente dentro do ambiente escolar, e que atuações dos professores, de forma não excludente, trabalhando o contexto da diversidade, são de extrema importância. Mesmo sendo uma minoria, existem professores de Educação Física que abordam conteúdos pertinentes

aos grupos historicamente silenciados, visando a superar o preconceito e a discriminação racial; valorizando o conhecimento da história e da cultura africana, a afro-brasileira, o que está previsto em lei (Miranda, 2017).

Legislações relativamente recentes tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, na educação básica. Sobre a obrigatoriedade de abordar esses conhecimentos, Silva (2018, p. 16) destaca:

No ano de 2003, mais precisamente no dia 09 de janeiro, foi sancionada pelo recém empossado Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. Essa inclusão passa a contemplar os currículos escolares do nível fundamental ao médio. Em 2008, houve uma modificação nessa lei, atualizando-a com a 11.645/08, que passa a incluir como obrigatório também o ensino da história e cultura dos povos indígenas.

Portanto, a Educação, enquanto peça-chave de qualquer mudança, é fundamental nesse contexto, especialmente a educação antirracista, que deve ser considerada ferramenta de estratégia pedagógica para a transformação adequada. É preciso promover uma educação que torne a população mais consciente, e que respeite as diferenças. A educação antirracista traz com ela práticas pedagógicas que rompem esse preconceito, pois é interligada com as questões étnico-raciais, e procura fixar a ordem constitucional da igualdade e da não discriminação (Paula; Araújo, 2021).

Essas leis propõem novas diretrizes para o ensino da história e de culturas afro-brasileira e africana, na educação nacional, ressaltando que a cultura afro-brasileira faz parte da sociedade brasileira. A presença do negro é evidente e significativa no país, a qual influencia a cultura, a arte, a música, a culinária, as crenças religiosas e a dança, mostrando claramente as raízes africanas (Boelter; Sampaio, 2016).

Assim, é notória a importância em valorizar as contribuições dos africanos e afrodescendentes, em um contexto escolar, enaltecendo os diversos saberes, costumes e as identidades presentes. Essa práxis não deve ser baseada apenas em datas comemorativas ou realizada de forma isolada e sem contexto. É necessário reconsiderar a maneira como alguns estereótipos do negro e de sua cultura são mostrados na escola, direcionando para uma educação antirracista, que reconheça e valorize o povo negro, sua cultura e sua história (Soares, 2019).

Rosa (2017) apresenta o jogo em uma perspectiva de desconstruir o pensamento de muitos alunos sobre a África, pois esses têm em mente que o continente se resume em pobreza e desenvolvimento retardatário. No mesmo estudo, a autora expõe a história e a diversidade cultural da África como grande e complexa, e que não é trabalhado em sala de aula devido ao despreparo dos professores e à ausência de materiais que os auxiliem na regência.

Inúmeras são as possibilidades de jogos de matriz africana que podem ser trabalhados nas aulas de Educação Física, favorecendo a ampliação do conhecimento do aluno sobre a África, promovendo também o desenvolvimento de forma geral, assim como pode ser utilizado para ministrar conteúdos de outras disciplinas, realizando a interdisciplinaridade.

O jogo carrega um contexto histórico de determinada sociedade e, por isso, é importante que aconteça a prática para preservar o legado cultural. Darido e Rangel (2005) defendem o jogo como conteúdo da Educação Física para que aconteça a passagem entre as gerações, preservando a história. Os jogos e as brincadeiras de matriz africana podem levar ao aluno um conhecimento tanto a respeito da história e cultura da África, como do próprio Brasil.

3 O que dizem os acadêmicos concluintes do curso de Educação Física acerca

dos jogos e brincadeiras de matriz africana no contexto da formação inicial

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com aspectos descritivos, por se debruçar sobre elementos subjetivos e contextuais, evidenciando o processo de significação social, que permeia o sujeito na sua relação com o mundo. Partimos do princípio de que é:

[...] destes sentidos e significados que se alimenta nosso conhecer e são eles que traduzem as mudanças dinâmicas no campo social, no campo educacional, cuja compreensão pode trazer uma aproximação do real mais condizente com as formas humanas de representar, pensar, agir, situar-se etc. (Gatti; André, 2010, p. 29).

O cenário de pesquisa foi o IFCE - *campus* Juazeiro do Norte, localizado no interior do Ceará, na região do Cariri, pertencente ao Nordeste brasileiro. A escolha dessa instituição se deu por: a) ser a única da rede pública que oferta o curso de Licenciatura em Educação Física neste município; b) incentivar e estabelecer a prática docente de seus estudantes através de programas, dentre eles, o Programa Residência Pedagógica e o Programa de Iniciação à Docência, a qual insere o aluno em seu campo de atuação, proporcionando a criação de experiências em sua área; c) dispor do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena, que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de valorizar a cultura e identidade desses povos.

O público-alvo contemplou acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física, que estavam em fase de finalização do referido curso, uma vez que são discentes prestes a se formar e que contam com maior convivência e experiência na graduação. Quanto aos requisitos de participação, precisariam ter cursado, no mínimo, três disciplinas de estágio supervisionado, e que tinham a possibilidade de concluir a graduação no semestre 2022.2.

Considerando os critérios e o interesse em participar da pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no total, participaram 12 acadêmicos, dentre os quais dez mulheres e dois homens, na faixa etária variando entre 22 e 29 anos. Vale ressaltar, ainda, que este estudo segue as normas propostas pela Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre os preceitos éticos elaborados para pesquisas sociais e humanas.

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram o questionário e a entrevista semiestruturada. A aplicação do questionário teve o intuito de selecionar os acadêmicos com base nos critérios estabelecidos. Foi enviado, pelo *e-mail* institucional, um questionário criado pelos pesquisadores no Google Forms. Após os discentes responderem ao questionário, foram contatados para agendar a entrevista.

Para o tratamento dos dados, as respostas foram transcritas e categorizadas por meio da técnica de análise de conteúdo, e sua organização estruturou-se em três fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados,

inferência e interpretação (Bardin, 2011).

As análises resultaram em duas etapas de discussão: a) a formação inicial e o processo de constituição de conhecimentos sobre jogos e brincadeiras de matriz africana e b) aspectos legais acerca da inserção da cultura africana.

3.1 A formação inicial e o processo de constituição de conhecimentos sobre jogos e brincadeiras de matriz africana

Os sujeitos participantes da pesquisa reconheceram que possuíam pouco ou nenhum conhecimento acerca dos jogos e das brincadeiras de matriz africana. Para aqueles que afirmaram ter algum conhecimento, obtiveram no contexto da formação inicial em Educação Física no IFCE; em disciplinas curriculares (optativas e/ou obrigatórias); em iniciativas individuais de professores; em eventos, palestras, oficinas promovidas pela Instituição; e, sobretudo, no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi). Dos entrevistados, três explicitaram não possuir vivências de jogos e brincadeiras de matriz africana. No quadro 1, estão sintetizadas as respostas dos sujeitos.

Quadro 1 – Conhecimentos acerca de jogos e brincadeiras de matriz africana

Pergunta	Unidade de Sentido (Síntese)	Sujeitos
O que você conhece a respeito dos jogos e das brincadeiras de matriz africana? Como e onde adquiriu esse(s) conhecimento(s)?	Possui conhecimento (pouco)	DC1, DC2, DC4, DC5, DC6, DC7, DC8, DC9; DC10
	Não possui conhecimento	DC3, DC11; DC12.
A formação inicial em Educação Física do IFCE contempla, proporciona, promove a discussão e vivências de jogos e brincadeiras de matriz africana? De que modo?	Sim (disciplinas, palestras, eventos, oficinas, Neabi)	DC1, DC2, DC3, DC4, DC5, DC6, DC7, DC8, DC9; DC10
	Não	DC11, DC12

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa, 2023.

As falas de alguns sujeitos permitiram perceber que, mesmo aqueles que possuíam conhecimento sobre essa

temática, não era algo muito aprofundado e que ainda existiam algumas dúvidas.

DC1 – Meu conhecimento não é muito sobre.

DC5 – Tenho pouco conhecimento.

DC8 – Conheço pouca coisa, mais a prática de alguns jogos.

Os sujeitos DC3, DC11 e DC12 revelaram não possuir conhecimento algum sobre essa temática, entretanto, o sujeito DC3 foi o único que ainda relatou ter visto o *campus* proporcionar discussão sobre esses jogos, mas que não tinha conhecimento acerca desse conteúdo.

A maioria dos sujeitos relatou nunca ter vivenciado esses jogos na educação básica, e o pouco conhecimento que possui foi adquirido na graduação, em disciplinas ou em eventos não obrigatórios.

Rodrigues Júnior (2016) acredita que os ambientes educacionais condizem com lugares socioculturais, que têm o compromisso de oferecer o conhecimento cultural. O autor apresenta, ainda, que as Instituições de Ensino Superior (IESs) são lugares que podem promover a convivência de várias culturas, proporcionando a aprendizagem a partir das relações firmadas entre os alunos.

Identificamos que a formação inicial ainda apresenta falhas no compromisso de abordar e valorizar a diversidade cultural, sobretudo os conhecimentos de matriz africana. São poucas as disciplinas que estabelecem discussão e apropriação dessa temática. Compreendemos que a falta ou restrição dessas vivências, no percurso formativo, impacta também na atuação profissional, tendo em vista a falta de estímulo para que os alunos as abordem em suas futuras aulas.

Felix (2021) considera que, atualmente, ainda há uma dispensa dos povos afrodescendentes, no contexto educacional brasileiro, e que, mesmo depois da criação de secretarias e leis, essa população ainda continua sendo desmerecida, desde a educação básica ao ensino superior. A autora ainda afirma que os cursos de Licenciatura precisam discutir urgentemente, em suas disciplinas, a temática étnico-racial, para que, a

partir disso, seja possível ministrar aulas respeitando as diferenças.

Seguindo esse raciocínio, Felix (2021, p. 54) ainda complementa:

Considero que a falta de recursos contribui para a não execução de práticas de ensino que potencializem a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira, tanto pela falta de materiais didáticos que tragam a população negra de forma valorizada, quanto pela ausência de formação dos profissionais que atuam nas escolas.

Ter uma formação que promova a discussão sobre a diversidade cultural é imprescindível para que os alunos levem essa temática às escolas. Silva e Marques (2016) consideram que tratar a história e a cultura afro-brasileiras contribui para dar um novo viés às relações étnico-raciais, superando o etnocentrismo, que é típico da educação básica e do ensino superior, etapas nas quais ainda é compartilhado um currículo eurocêntrico.

Silva e Marques (2016) revelam, ainda, dados alarmantes em relação ao domínio de futuros professores sobre essa temática, visto que não possuem competência para tratar a discriminação, o preconceito e estereótipo em suas aulas.

O curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte promove a discussão acerca dos jogos de matriz africana, porém, de forma limitada, sem proporcionar um conhecimento aprofundado aos discentes. Muitos sujeitos relataram ter adquirido conhecimentos iniciais acerca de jogos e brincadeiras africanos na disciplina Jogos e Brincadeiras ou por iniciativa de um único professor, em aulas, eventos, oficinas e/ ou palestras, conforme se percebe nas falas destacadas:

DC5 – Proporciona, mas não tanto.

DC9 – Eu tive contato na Disciplina de Jogos e Brincadeiras e em algumas aulas com o professor Sol¹.

DC2 – Tem um grupo no IF que o nome é Neabi, eles fazem palestras, trazem pessoas importantes para debater, fazem mesas-redondas. E algumas

dessas palestras eu vivenciei e foi altamente importante.

Com base nas respostas, fica evidente que o contato com tal conhecimento ainda foi inicial, requerendo ampliação, pois não pode ficar restrito apenas à disciplina Jogos e Brincadeiras e iniciativa de um único professor, conforme explicitado por DC9.

O sujeito DC2 ainda menciona que o Neabi também promove, na Instituição, eventos importantes em que discute conteúdos relacionados às culturas africana e indígena, entre eles, os jogos e as brincadeiras.

Carvalho (2019) reconhece o Neabi como uma ferramenta importante de estudos e que tem sua colaboração na construção de material acerca da cultura afro-brasileira e indígena. Martins e Souza

(2021) apresentam as realizações do Neabi como relevantes para abordar as relações étnico-raciais e que contribui na construção de pessoas independentes e críticas.

3.2 Aspectos legais acerca da inserção da cultura africana

No que tange aos aspectos legais da inserção da cultura africana na Educação, tudo o que foi respondido sobre abordar os conteúdos a respeito da cultura africana ou indígena foi considerado como saber algo acerca das leis. Percebe-se que a Lei Nº 10.639/2003 ainda é mais conhecida do que a Lei Nº 11.645/2008, pois o número de sujeitos que conhecem a primeira é maior. É importante frisar que apenas os sujeitos DC7 e DC9 possuem algum conhecimento sobre as duas leis. O quadro 2 traz expressos esses dados.

Quadro 2 – Aspectos legais acerca da inserção da cultura africana e indígena na Educação

Perguntas	Unidade de Sentido (Síntese)	Sujeitos
O que sabe da Lei 10.639/03?	Sabe algo	DC1; DC2; DC4; DC5; DC7; DC9; DC10; DC12
	Não sabe nada	DC3; DC6; DC8; DC11
O que sabe da Lei 11.645/08?	Não sabe nada	DC1; DC2; DC3; DC4; DC5; DC6; DC8; DC9; DC10; DC11; DC12.
	Sabe algo	DC7; DC9;

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa, 2023.

Carvalho (2019) evidencia que as contestações dos movimentos negros por políticas públicas voltadas à Educação influenciaram a criação da Lei Nº 10.639/2003, que modificou Lei Nº 9.934/1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e tornou obrigatório o ensino de conteúdos acerca da história e cultura afro-brasileiras em escolas públicas e privadas. O autor ainda complementa que a Lei Nº 11.645/2008 acrescenta a temática indígena. Para fins de discussão, seguem as falas de DC1 e DC2:

DC1 – [...] tem que ter a inserção, é obrigatória a inserção da cultura africana no nosso currículo.

DC2 – Eu sei que a 10.639 de 2003 ela resalta que tem que salientar, implementar a história dos afro-brasileiros nos níveis de ensino.

Pereira (2011) informa que a Lei Nº 10.639/2003 foi publicada em um momento no qual o cenário educacional procurava reconhecer e dar a devida importância à cultura afro-brasileira, tendo em vista que ainda se configura invisibilizada. A autora acrescenta que

1. Termo utilizado para preservar a identidade do professor citado.

a lei contribuiu na luta contra o ensino etnocêntrico, no qual a história afro-brasileira se apresenta desmerecida.

Tornar obrigatório o ensino da história e cultura africanas e indígenas nas escolas brasileiras foi um importante passo para a valorização dessas culturas, porém, depois de 20 anos da edição da Lei 10.639/2003 e 15 anos da Lei Nº 11.645/2008, ainda existem discentes próximos de concluir a graduação em um curso de licenciatura, que desconhecem as duas leis. As falas a seguir ajudam a compreender a questão:

DC3 – Não conheço, que leis são essas?

DC5 – Não sei nada, nenhuma das duas.

DC11 – Nada, não conheço nenhuma das duas, não pelo número.

É necessário que essas leis sejam abordadas, na graduação, de forma mais frequente e não apenas em algumas disciplinas, principalmente nos cursos de licenciatura, pois, assim como afirmam Silva e Ribeiro (2019), a Lei nº 10.639/2003 e a Lei Nº 11.645/2008 tratam de políticas públicas essenciais para vencer as diferenças ético-raciais, pois são voltadas à Educação, e contribuem para a valorização da cultura dos povos africanos e indígenas.

Tendo em vista a importância dessas leis, Pereira *et al.* (2019) expõem que essas ações precisam ser realizadas por todas as instituições educacionais, de modo que a formação dos professores também contemple a necessidade de executá-las. Os autores ainda complementam mostrando que é dever de todos os professores seguirem a obrigatoriedade das leis, abordando tais conteúdos em suas aulas, independentemente de qual cargo exerça na escola, de qual disciplina ensine, e até mesmo a qual grupo étnico pertença.

Pereira *et al.* (2019) citam que um dos motivos de não estarem obedecendo a essas leis é devido à objeção de alguns professores e isso por não encontrarem meios de abordar seus conteúdos juntamente com as temáticas da história e cultura afro-brasileiro ou indígena, e que isso é uma falha do período de

formação profissional. As respostas que seguem explicitam essa análise:

DC7 – [...] eu sei que a primeira foi falando a questão de colocar a prática, falar sobre outras culturas, principalmente a africana e a outra foi tipo uma atualização dessa antiga [...].

DC9 – Se eu não tiver enganada, professor Luciano falou sobre essas leis e eu acho que retrata alguma coisa sobre ter essas discussões em sala de aula, trazer a cultura africana e indígena para os alunos [...].

Munanga (2015) acredita que todos os países devem elaborar políticas públicas que almejam o respeito às diferenças, para, assim, formar uma nova sociedade, com a pedagogia multicultural e contribuir com o fim dos conflitos entre as culturas.

4 Considerações finais

Analisou-se a percepção dos concluintes do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte a respeito dos jogos e das brincadeiras de matriz africana como estratégia para promover a educação das relações étnico-raciais.

Dentre os principais achados, notamos que a maioria dos discentes afirmou ter um conhecimento limitado sobre o assunto, enquanto outros asseguraram não possuí-lo. Os participantes que afirmaram saber um pouco sobre o tema, adquiriram esse conhecimento em eventos e disciplinas ofertadas pela instituição. Ressaltamos a importância de preparar os discentes, assim como as instituições se responsabilizam em ofertar esses conteúdos em suas ementas, além de enfatizar que é necessário ao estudante buscar meios de aprendizagem fora da instituição.

Quanto aos aspectos legais (Lei Nº 10.639/2003 e Lei Nº 11.645/2008) acerca da inserção da história e cultura africanas e indígenas na Educação, a maioria dos participantes não possui conhecimento sobre, com isso, mostra-se, mais uma vez, que é necessário professores e instituição de ensino reverem os conteúdos lecionados no decorrer da

graduação, e que é indispensável a inserção de tal temática.

Concluimos, portanto, que os jogos e as brincadeiras de matriz africana podem contribuir positivamente, promovendo uma Educação que auxilie na formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, acreditamos que um caminho promissor está na formação

inicial em Educação Física, sendo um dos seus papéis tratar essas questões como elementos de aprofundamento. Desse modo, compreendemos a necessidade de romper com um currículo dominante e visibilizar, reconhecer e disseminar outras culturas no contexto educacional, considerando que ainda há muito em que avançar.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução n. 510**, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BOELTER, S. T. S.; SAMPAIO, A. A. O uso de jogos de origem africana e afrodescendentes como estratégia pedagógica nas aulas de Educação Física. **Cadernos PDE** (versão *on-line*), v. 1, 2016.

CARVALHO, L. N. Jogo Mancala como possibilidade de implementação da Lei 10639/03 no curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE campus Juazeiro do Norte. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FÉLIX, C. O. **Formação de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental em Iguatu-CE**: desafios da construção do pertencimento afro através da pretagogia. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

FOGANHOLI, C.; SILVA, J. C.; FERNANDES, P. B.; VAZ, P. V. S.; DA SILVA, M.T.; CORREA, I. L. A. História e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nas aulas de educação física: relato dos encontros de um projeto de extensão. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 4, n. 2, p. 196-211, 2020.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (org.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, v. 54, p. 147-156, 1999.

MARTINS, L. H. S.; SOUZA, V. R. O Neabi e a educação para as relações étnico-raciais. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, 2021.

- MIRANDA, L. L. R. N. **Atuação docente antirracista nas aulas de educação física**. 2017. **TCC (Graduação)** – Licenciatura em Educação Física, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – *campus* de Bauru, 2017.
- MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 20-31, 2015.
- NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Educação física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.
- NUNES, M. L. F.; RUBIO, K. O(s) currículo(s) da educação física e a constituição da identidade de seus sujeitos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 55-77, jul./dez. 2008.
- OLIVEIRA, R. C.; DAOLIO, J. Educação intercultural e educação física escolar: possibilidades de encontro. **Pensar a Prática**, v. 14, n. 2, 2011.
- PAULA, D. K. C.; ARAÚJO, L. F. N. Educação antirracista como um direito humano essencial. In: VIII SEMINÁRIO NACIONAL E IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PRÁXIS EDUCACIONAL. **Anais [...]**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 8, p. 1-12, 2021.
- PEREIRA, J. S. Diálogos sobre o exercício da docência – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, 2011.
- PEREIRA, A. S. M.; GOMES, D. P.; CARMO, K. T. SILVA, E. V. M. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, p. 412-418, 2019.
- POMIN, F.; CAFÉ, L. S. Educação para as relações étnico-raciais na educação física para além da capoeira. **Motrivência**, v. 32, n. 63, p. 1-23, 2020.
- ROSA, M. C. S. Jogo de tabuleiro no ensino de história: o continente africano e sua diversidade. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)** – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.
- SANTOS, D. R.; SCHNEIDER, A. L. **Visibilizando culturas invisibilizadas na educação física escolar**. 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook1/TRABALHO_EV140_MD7_SA100_ID7177_17092020201616.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.
- SILVA, E. J. Desafios para o ensino da cultura e história da África: experiências com jogos africanos em escolas públicas. **Novos Olhares Sociais**, v. 1, n. 1, p. 186-212, 2018.
- SILVA, T.T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SILVA, L. S.; MARQUES, E. P. S. A formação do professor de educação física da UFGD e o conhecimento sobre a história e cultura africana e afro-brasileira. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 4, n. 8, p. 17-32, 2016.
- SILVA, M. A. B.; RIBEIRO, M. S. Diversidade cultural nas políticas públicas: uma análise das Leis 10.639/03 e 11.645/08. **Revista Exitus**, v. 9, n. 5, p. 77-101, 2019.
- SOARES, J. A. S. Sequências didáticas, diversidade e protagonismo infantil: uma proposta de uso das tecnologias digitais na escola. 2019. **Monografia (Especialização)** – Curso Tecnologias Digitais e Educação 3.0, Escola de Educação Básica e Profissional, Centro Pedagógico, 2019.
- SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.
- YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 1.287-1.302, 2007.

3

A prática em jogo **no Ensino Médio**

Luciana de Sousa Santos

Samara Taveira de Oliveira

Hanna Stérphane Moura Cavalcante

1 Introdução

Ao tratar da não participação dos alunos nas aulas de Educação Física, questões como o receio da prática pelos não habilidosos, predomínio de um único conteúdo, falta de direcionamento pedagógico, e falsa ideia de que não há rigorosidade educacional, reforçam o descomprometimento com a disciplina (Tenório; Silva, 2013).

Compreendemos o aluno que não participa da aula como aquele que está presente, em sala ou nas dependências da escola, mas se recusa a praticar. Aquele que, porventura, falta à escola, não entra nesse parâmetro de não participante.

Para Darido (2004) e Costa (2006), existe uma relação da prevalência de alunos que não participam das práticas de Educação Física com o aumento da idade. Tomamos como exemplo o ensino médio, em que os alunos que participam das práticas têm menor adesão em comparação aos alunos do Ensino Fundamental, com a justificativa de falta de interesse, ou “preguiça” (Tenório; Silva, 2013).

Silva e Coffani (2013), ao discutir a participação nas aulas de Educação Física, problematizam a compreensão

da Educação Física como disciplina a ser estudada, seus conhecimentos, e a sua importância na vida cotidiana dos alunos, a partir das vivências e falas. É perceptível que, quando o ensino da Educação Física não é contextualizado e prioriza um conteúdo em detrimento de outros, causa o desinteresse de uma quantidade considerável de alunos.

Fica evidente que os alunos não conseguem responder quando são indagados sobre o que lembram de estudar nas aulas de Educação Física no ensino fundamental; conceituar o que é Educação Física e qual o seu papel; e quais os conteúdos da Educação Física e a relação do cotidiano com o que é aprendido.

Assim, ao analisar as falas dos alunos, é notável o desinteresse pelas aulas práticas de Educação Física, pois não existe conexão com a realidade e o contexto de vida deles e, ao interligar com o cerceamento dos conteúdos, é possível entender que a construção do conhecimento não acontece, criando uma defasagem no que diz respeito à aprendizagem da cultura corporal (Silva; Coffani, 2013).

Nesse sentido, a participação dos adolescentes em atividades físicas, na escola, acontece, lamentavelmente, em

uma curvatura decrescente, de ampla audiência para um desprestígio preocupante. Esse dado está situado entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. O desinteresse e a não participação dos alunos em aulas práticas de Educação Física, ou práticas esportivas, acontece de maneira gradativa. Como se pode notar, também, nos dados deste estudo:

[...] os resultados mostraram que as opiniões dos alunos se modificam ao longo das séries em função da faixa etária; dos 11 aos 13 anos os pré-adolescentes manifestam, em relação ao esporte, uma grande espontaneidade e entusiasmo; dos 14 aos 16 anos é um período em que há grandes variações individuais, os ritmos tornam-se mais variados, os alunos mais reservados e menos ativos. Dos 11 aos 14 anos 90% dos alunos participam regularmente das atividades corporais na escola, dos 15 aos 16 anos este número cai para 83% (DARIDO, 2004, p. 62).

Não obstante as descrições citadas, a não participação nas aulas práticas de Educação Física no ensino médio apresenta-se assustadoramente na realidade das professoras-pesquisadoras, que observam o descaso com a disciplina a partir da recusa pela frequência em aulas práticas.

Mediante essas percepções, ao longo de diversas tentativas de obter mais adesão dos alunos às aulas práticas de Educação Física, perguntamos: Como ampliar a participação de alunos nas aulas práticas de Educação Física no ensino médio? Para alcançar a resposta a esse problema, é necessário estudar os motivos da não participação e propor estratégias destinadas à adesão e permanência dos alunos nas aulas práticas de Educação Física.

Desse modo, procurou-se refletir sobre estratégias metodológicas que ampliem a participação dos alunos nas aulas práticas de Educação Física no ensino médio. Especificamente buscou-se: identificar os fatores que têm mais repercussão no fenômeno da não participação dos alunos; e apontar estratégias que subsidiem

a adesão nas práticas.

Intentamos, também, estimular a reflexão sobre a prática pedagógica da Educação Física na educação básica, tencionando caminhos para as problemáticas docentes.

2 Aporte teórico

Os termos prática e movimento são compreendidos aqui como sinônimos, para fins de melhor entendimento, uma vez que essa prática/movimento na Educação Física só podem ser aprendidos genuinamente pela experiência.

2.1 A prática enquanto essência dos conhecimentos nas aulas de Educação Física

Ao recordar as práticas de Educação Física, diversos pensamentos e sentimentos podem vir à tona. Para os participantes, a alegria, o entusiasmo, o conhecimento da prática de movimentos, a superação de desafios. Já para os não participantes, o medo, a vergonha, a irrelevância. A percepção individual dos estudantes, seja ela predominantemente positiva ou negativa, está em torno da prática, que é a essência no ensino da Educação Física.

Enquanto componente obrigatório na educação básica, do ensino fundamental ao ensino médio, a Educação Física escolar trata do conhecimento da cultura corporal, ou seja, o conhecimento historicamente desenvolvido pelo homem sobre a corporeidade e o movimento, atualmente se apresentando em seis unidades temáticas, a saber: brincadeiras e jogos; dança; esportes; lutas; ginásticas; e práticas corporais de aventura (coletivo de autores, 1992; Brasil, 2018).

É imprescindível entender que a cultura corporal reúne o conhecimento da Educação Física escolar, e a aprendizagem das unidades temáticas atravessa a compreensão da prática/do movimento abordada/abordado por Go Tani (1991, p. 66), uma vez que “qualquer que seja a abordagem ou a ênfase que se atribui aos programas de educação física (por exemplo, educação física humanista,

desenvolvimentista, holística individualizada, etc.), o seu foco central é o movimento humano”.

A organização do ensino da prática de Educação Física pode ser percebida, também, na exemplificação dada pelo Coletivo de Autores (1992, p. 87) quando dispõem a aula em três fases:

[...] onde conteúdos e objetivos da unidade são discutidos com os alunos, buscando as melhores formas de estes se organizarem para a execução das atividades propostas. Uma segunda fase, que toma o maior tempo disponível, refere-se à apreensão do conhecimento. Finalmente, uma terceira fase, onde se amarram conclusões, avalia-se o realizado e levantam-se perspectivas para as aulas seguintes.

Na perspectiva metodológica crítico-superadora do Coletivo de Autores (1992), vamos tomar como exemplo uma aula de voleibol. Para tratar pedagogicamente dessa área de conhecimento, na primeira fase da aula são apresentadas as características teórico-práticas acerca dos movimentos que caracterizam esse esporte, a citar: como essa prática acontece; conhecer quais os fundamentos, as funções de jogadores; e como se desenvolveram, enquanto prática, as implicações sociais e culturais.

Na segunda fase da aula, dedica-se a praticar/aprender os fundamentos essenciais (saque, manchete, toque) e as técnicas necessárias para garantir situações de jogo, momento esse mais longo da aula, diante da especificidade da ação de praticar, que é própria da cultura corporal.

Na conclusão da aula prática ou terceira fase, ocorre a síntese do conhecimento aprendido; propõe-se recapitular o que é o voleibol, a partir dos movimentos ou fundamentos essenciais para viabilizar um jogo; levanta-se também a percepção de satisfação ou dificuldades no processo de aprendizagem da prática do voleibol; e anunciam-se as próximas aprendizagens desse tema.

2.2 A não participação nas aulas práticas de Educação Física e a

adolescência enquanto questão para esse fenômeno

As aulas práticas de Educação Física representam bem os enredos passionais que comumente vão do amor (no ensino fundamental) ao desamor (no ensino médio). Assim, a participação nas aulas de Educação Física, na escola, apresenta uma narrativa apaixonante, mas trágica. Senão vejamos: do sucesso absoluto com os alunos do ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), mantendo a liderança de público no ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano), embora, no finalzinho dessa etapa de ensino, venham as oscilações de participação de alguns alunos, e, por último, se instaura uma rebaixada participação dos alunos do ensino médio (1ª, 2ª e 3ª séries) nas aulas práticas de Educação Física (Darido, 2004).

Esse resultado de participação absoluta ou quase unânime nas aulas práticas de Educação Física com alunos do ensino fundamental anos finais foi uma realidade constatada por uma docente-pesquisadora, a partir dos registros das observações e do preenchimento do diário de cada turma; a exceção da não participação se deu majoritariamente no 9º ano após análise dos registros de aulas ao longo de um semestre, com 12 turmas de 6º ao 9º ano de uma mesma escola pública.

No mesmo tocante, a não participação foi percebida, na realidade, nas aulas práticas de Educação Física nas turmas de ensino médio integrado do IFCE, instituição em que foram desenvolvidas metodologias de ensino em conjunto pelas duas docentes-pesquisadoras de Educação Física no ano letivo de 2022, diversificando os seguintes conteúdos: 1. Ginástica de Condicionamento Físico e Ginástica de Consciência Corporal; 2. Futebol; 3. Práticas Corporais de Aventura; e 4. Lutas.

As docentes-pesquisadoras contavam com quatro turmas cada, aulas em período integral, e tinham duas aulas geminadas, por semana, ou seja, teórica e prática. Contavam com infraestrutura de

sala de ginástica e lutas, quadra coberta, espaços abertos com áreas verdes e sombra, e bons recursos materiais, em variedade e número.

Mesmo com condições muito boas para as aulas práticas de Educação Física, nesta realidade, ocorria uma assustadora negação de participação, de até 70%; por vezes, apenas 25% dos alunos faziam a aula prática. A negação dos alunos em participar, na prática, persistiu, apesar de estímulo, convite e argumentação sobre a importância da vivência. Ainda assim, esses alunos sustentavam a recusa e decidiram não participar das aulas práticas. Alguns alunos, pelo menos, assistiam como espectadores e outros evadiram-se da aula ou “matavam” a aula prática.

A gravidade do cenário da negação em participar das aulas práticas, muitas vezes, é explicada pelos estudantes com argumentos frágeis, ou infundados, como preguiça, não gostam, ou simplesmente não querem. Desse modo, compreendemos esse cenário como partícipe de um fenômeno corriqueiro da Educação Física no ensino médio, desencadeado essencialmente pela crise da adolescência (15, 16 e 17 anos) e a associação a fatores como o trato com o conhecimento de Educação Física e movimento na escola e fora dela, infraestrutura, valorização, motivações individuais, entre outros.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de recuperar a participação das aulas práticas de Educação Física com os alunos do ensino médio. O estudo de Darido (2004) aponta que apenas 1,1% dos alunos do 8º ano do ensino fundamental pediram dispensa das aulas práticas de Educação Física e esse fenômeno cresce vertiginosamente, com 20% de pedidos de dispensa já no 1º ano do ensino médio. A não participação nas aulas práticas de Educação Física, anteriormente, era praticamente inexistente, próximo de zero, e, em poucos anos, a incidência chegou a um em cada cinco alunos, sem contar os alunos que estão presentes na aula, mas se recusam a participar, limitando-se a assistir à aula prática como espectadores.

O que houve na transição das etapas de ensino, da saída do ensino fundamental ao ingresso no ensino médio? Os teóricos da área apontam uma série de variáveis, tais como: efervescência da adolescência; escasso acervo motor, ou autopercepção de baixa habilidade; currículo exclusivamente esportivo; e falta de diretividade da aprendizagem (Duarte; Mourão, 2007; Darido, 2004; Souza Júnior; Darido, 2009; Silva; Coffani, 2013).

É observável que a efervescência da adolescência é um marco muito significativo na não participação em aulas práticas de Educação Física, uma vez que a medida da faixa etária dos alunos envolve um maior número de não praticantes nas aulas na escola também.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a faixa etária da adolescência pode ser considerada de 10 anos a 19 anos de idade (World Health Organization, 2023). Esse recorte de idade corresponde, na escola, ao ensino fundamental, anos finais, e ao ensino médio. Mas é nos meados desse recorte que diversas nuances vêm à tona, como mudanças corporais, crises de identidade, ou dualidade como “Não sou criança, mas não sou adulto”, ou seja, o jovem se reconhece mais maduro do que quando criança, porém, ainda dependente de ações e decisões hegemônicas dos adultos.

Cabe destacar também a descoberta da sexualidade e identidade de gênero, para além da carga hormonal que o ser humano recebe nesse período da vida (Duarte; Mourão, 2007). Essas nuances tornam-se mais nítidas e evidentes quando o aluno ingressa no ensino médio, que, histórica e culturalmente, em sua implementação, a faixa etária dos alunos abrange, em média, entre 15 e 17 anos de idade (Silva; Coffani, 2013).

Quanto às aulas práticas de Educação Física, Duarte e Mourão (2007) retratam que existe insegurança na exposição corporal, tanto na perspectiva estética quanto na *performance* motora. Essa insegurança reforça-se no tocante às

relações sociais e à necessidade de pertencimento, ou aceite, por um determinado grupo, o que se faz essencial para a interação entre pares.

Contudo, quando há exposição corporal, independentemente da perspectiva, existe o constrangimento, pelos alunos, de não atenderem às expectativas dos colegas. E são essas inseguranças e constrangimentos que, por vezes, causam o afastamento das aulas práticas de Educação Física.

Na mesma dimensão, Silva e Coffani (2013, p. 173) abordam que o afastamento das aulas práticas de Educação Física se dá pautado nas intenções que os alunos têm para com as aulas, ou seja:

As formas como cada um dos jovens enxerga a escola e suas possibilidades de usufruto das práticas corporais são diversas e contraditórias, apresentando-se como forma de ascensão social; espaço de encontro, local de expressão e troca de afetos; como lugar de tédio e de rotinas sem sentido, entre outros.

Dessa forma, os estudos de Duarte e Mourão (2007) e Silva e Coffani (2013) convergem para o que se constatou nas vivências das pesquisadoras: as inseguranças corporais; o constrangimento; e a necessidade de socialização e ascensão social. Mesmo com a diversificação de conteúdos e o trato na significância que é a Educação Física na educação básica, ainda há afastamento das aulas práticas. Nesse ponto de vista, Silva e Coffani (2013) reforçam a carência na relação da escola com os alunos quanto a promover reflexões e diálogos no que concerne às diretrizes escolares e o que representam nos projetos de vida dos alunos.

3 Procedimentos metodológicos

A investigação ocorreu durante o ano letivo de 2022, com a prática pedagógica de três professoras efetivas de Educação Física, sendo uma professora da rede municipal (com 2 anos de atuação docente), anos finais do ensino fundamental de 6º ao 9º ano, e duas docentes da Rede

Federal de Educação (com 12 anos de atuação docente), no ensino médio, da 1ª e 3ª séries.

O campo empírico engloba duas escolas públicas do Ceará: uma do município, com 12 turmas; e a outra do IFCE, com oito turmas de ensino médio. As docentes-pesquisadoras utilizaram como instrumento de coleta de dados: a análise documental; o estudo dos diários; a observação, e o diário de campo, registrando os procedimentos empregados e os resultados obtidos na prática pedagógica estudada. Os resultados foram analisados pelo viés interpretativo, subsidiados por importantes teóricos da Educação Física escolar.

4 Convite à aula prática

O prazer em participar das aulas de Educação Física acompanhou nossos alunos ao longo de todo o ensino fundamental, e essa participação das aulas era praticamente absoluta (Darido, 2004; Nardon; Darido, 2017). Ousamos, desse modo, sonhar com o resgate da universalização da participação nas aulas práticas de Educação Física também quando os alunos chegassem ao ensino médio.

A superação de problemáticas, como crise da adolescência, esvaziamento na aprendizagem, ausência de avaliação, e omissão pedagógica do professor, são obstáculos que podem explicar o fenômeno da baixa participação nas aulas práticas de Educação Física no ensino médio e que podem justificar a não participação dos alunos nas aulas (Duarte; Mourão, 2007; Cruz de Oliveira, 2010; Figueiredo *et al.*, 2008 *apud* Tenório; Silva, 2013).

Acreditamos que o resgate da universalização da prática em Educação Física passa por resgatar: o prestígio e a importância; a satisfação e o prazer na vivência dos conteúdos; o direcionamento dos processos pedagógicos, da aula, avaliação, aplicação do conteúdo; e os mecanismos de motivação e o significado afetivo/social do movimento para adolescentes (Silva; Coffani, 2013; Darido, 2004; Souza Júnior; Darido, 2009). Essa análise e proposições têm correspondência com estudiosos da Educação Física

escolar, assim como é fruto da posição das professoras-pesquisadoras que estudaram sua prática pedagógica.

Entendemos que o papel do professor de Educação Física é cercado de complexidade, em se tratando de: valorização profissional e da disciplina; condições objetivas de trabalho; recursos estruturais e materiais didáticos; e desigualdade na adesão à prática corporal. Essas são algumas problemáticas que atravessam a busca pela qualidade do ensino dos professores de Educação Física.

Sem desconsiderar a realidade complexa mencionada, aponta-se para a melhoria da prática pedagógica da Educação Física no ensino médio, com o foco de compartilhar e propor estratégias metodológicas e, assim, ampliar a participação desses alunos nas aulas práticas. As estratégias metodológicas a serem apresentadas originam-se na reflexão-ação da prática pedagógica das professoras-pesquisadoras em estreito diálogo com teóricos da Educação Física escolar (Coletivo de Autores, 1992; Darido, 2004; Tenório; Silva, 2013; Darido, 2017) e as reunimos em quatro aspectos: a) conteúdos; b) aproximação com a prática; c) avaliação; e d) tornar a prática atrativa. São 14 estratégias que foram aprimoradas e aplicadas em escola pública de ensino médio de tempo integral e apontam resultados otimistas quando se ampliou progressivamente a participação em torno de 35%, no decorrer do ano, com aulas/turmas que alcançaram até 90% dos alunos adolescentes do ensino médio.

Para Tenório e Silva (2013, p. 75) “com o passar dos anos, a repetição de conteúdos, o interesse no mercado de trabalho e o vestibular, aliada a certa visão das aulas, acabam gerando afastamento dos alunos das aulas vivenciais”. Para reverter esse cenário, propusemos a experimentação das seguintes estratégias metodológicas que envolvem o aspecto de conteúdo:

- 1) Privilegiar a variedade de conteúdos, superando a monotonia dos esportes coletivos;
- 2) enriquecer os conteúdos

teórico-práticos, de modo crítico e reflexivo, vinculando-os a temas relevantes na contemporaneidade e que despertem interesse dos adolescentes;

- 3) conferir ludicidade no trato com os conteúdos.

O ensino da Educação Física, numa perspectiva crítica, tem o compromisso de promover a apropriação dos saberes da cultura corporal na escola, dialogando com as pautas contemporâneas de corporeidade, tornando significativa e motivadora a aprendizagem da Educação Física.

A eleição por unidades temáticas/conteúdos diversificados, nos quatro bimestres do ano letivo, garante coesão entre a abordagem dita crítica e o ato político de propor um currículo comprometido com a pluralidade da disciplina. A ludicidade do conteúdo no ensino médio pode se apresentar em forma de jogo, disputa sadia e atos de prazer na vivência.

Priorizar a diversidade de conteúdos da Educação Física representa um compromisso com a identidade pedagógica crítica, já que, em sua maioria, a formação docente de Educação Física tem seu currículo ainda maciçamente esportivista, e com reduzido número de disciplinas que preparam para o trato pedagógico dos conteúdos de ginásticas, de lutas, de práticas corporais de aventura, de dança e de jogos.

A resposta dos alunos à promoção de pluralidade da Educação Física, inicialmente, é mais resistente, e, aos poucos, é desfeita essa percepção unilateral dos conteúdos esportivos. Em paralelo, nós, docentes, somos levados a perseguir uma formação continuada, na medida em que visamos a uma apropriação teórico-prática pelo menos satisfatória, para o trato pedagógico da maioria dos conteúdos próprios da cultura corporal, que não foram suficientemente ensinados na formação inicial, por só ter basicamente uma disciplina na graduação.

Por sua vez, a atividade de formação continuada ofereceu um conforto e uma segurança para a condução pedagógica da pluralidade de conteúdos,

favorecendo a adesão crescente na participação da prática dos alunos no ensino médio.

A essência do conhecimento de Educação Física converge para a prática. O fazer, a prática de modo funcional, remonta à beleza, complexidade e unidade próprias do movimento humano, que se alcança fundamentalmente na vivência.

Enfrentar o questionamento sobre a importância da Educação Física, a crise da adolescência e descoberta da identidade sexual e de gênero, os apelos por esportivização acrítica, a solidão de ser a única disciplina que lida diretamente com conhecimento corporal na escola, e o reduzido acervo corporal-motor são alguns obstáculos que temos enfrentado cotidianamente para que as aulas práticas de Educação Física no ensino médio conquistem valor e acolhimento.

As estratégias metodológicas pesquisadas, que tratam do aspecto de aproximar a prática, são:

- 4) Explicar que o conteúdo da Educação Física perpassa por fazer/vivenciar/praticar;
- 5) criar um ambiente acolhedor diante das diferenças de acervo motor dos alunos da turma;
- 6) propor a aula com movimentos diversos e com nível de esforço físico de leve a moderado, tornando a prática acessível a todos;
- 7) auxiliar na aprendizagem da prática dos movimentos/conteúdos e estar disponível para ensinar, individual e coletivamente.

Buscamos amparo em Darido (2004, p. 64), no que se refere ao tratamento pedagógico da prática com vista à adesão duradoura ao exercício físico. A autora recomenda “desenvolver atividades de intensidade leve à moderada, pois programas que exigem alta intensidade ou muita técnica e habilidade colaboram para a resistência; variar sempre as atividades [...]”.

O efeito positivo dessas estratégias, para aproximar a prática, pode ser percebido ao longo de cada aula, mas há

necessidade contínua de retomar o discurso de que o objetivo é a prática e não a *performance*; que as diferenças de habilidades corporais são esperadas e tudo bem; e que a aula é lugar ideal para aprender e aperfeiçoar o conhecimento e o professor estará disponível para ajudar.

Tenório e Silva (2013) destacam que a disciplina de Educação Física é tratada com menos prestígio, na escola, pelos alunos; já Língua Portuguesa e Matemática merecem zelo, uma vez que essas disciplinas têm cobrança de avaliação dentro e fora do ambiente escolar, e dificilmente há expectativa de exames de aprendizagem de Educação Física na escola e fora dela.

Propusemos alcançar o reconhecimento da disciplina de Educação Física vinculando a relevância do conteúdo com o uso de avaliações efetivas para garantir a credibilidade dos alunos e da escola. A valorização resulta da exigência, da importância e do aproveitamento. Nesse sentido, o professor de Educação Física deve propor afazeres – trabalho, participação prática, assiduidade, prova etc. Desse modo, quando a Educação Física for exigida por quem a faz, receberá o valor e a importância dos discentes.

Reconhecendo a prática como essencial ao cerne da disciplina de Educação Física, torna-se indiscutível reivindicar a importância da prática na aprendizagem e, para isso, se faz necessário aferir, examinar, e, assim, repercutir maior valor e interesse, ao passo que tende a aproximar a Educação Física de disciplinas consideradas importantes e, por isso, relevantes. Para isso, as estratégias metodológicas do aspecto avaliação forjadas são:

- 8) Controlar a frequência e avaliar a participação nas aulas práticas;
- 9) promover autoavaliação dos alunos quanto ao seu próprio desempenho na aprendizagem da prática;
- 10) estreitar as avaliações teóricas acerca da prática vivenciada nas aulas.

O alcance de maior audiência nas aulas práticas de Educação Física surgiu apenas quando estabelecidas cobranças

avaliativas, com o uso da frequência como instrumento concreto de acompanhamento e controle de participação. A participação nas práticas vinculadas a uma nota convenceu significativamente os alunos para a vivência da aula. Logicamente, havia dispensa de alunos com justificativa de impedimento de realizar a prática por causa de adoecimento ou afins.

Os critérios e instrumentos avaliativos da disciplina foram esclarecidos, inicialmente, para os alunos, sobre as dimensões prática e teórica. A atribuição de nota das aulas práticas se deu em função do número de aulas participadas, no bimestre. Para isso, nos fundamentamos na tese marxiana que reconhece a unidade dialética entre a quantidade e a qualidade, no conhecimento. Nesse sentido, entendemos que, quanto mais vivências em aulas práticas, maior é a aprendizagem desse aluno em Educação Física.

Há uma tensão, ao buscar conciliar as intencionalidades de docentes e alunos no trato com as disciplinas escolares. Para o professor, um jogo de basquete, por exemplo, representa uma competição em que se busca a vitória se valendo da máxima eficiência dos fundamentos; já para o aluno, a realização dos movimentos essenciais do basquete significa um meio para conseguir, através de prazer, realização, satisfação, socialização, amigos, *status* social (Coletivo de Autores, 1992).

Dito de outra forma, com a aprendizagem do basquete, o estudante adolescente pode buscar a autorrealização social e afetiva. Desse modo, o professor precisa compreender o que move os seus alunos. Para isso, é necessário planejar aulas capazes de conciliar a intencionalidade da Educação Física, de apropriação da cultura corporal, com a intencionalidade dos discentes, de socialização, satisfação e de prazer. A escola é um espaço de socialização para os alunos, e seguramente para os adolescentes do ensino médio. Nesse cenário, apresentamos o aspecto tornar a prática atrativa, por meio das seguintes estratégias metodológicas:

11) Elogiar a atitude de participar e

concluir a aula;

- 12)** promover atividades coletivas em pequenos grupos que favoreçam o entrosamento e a amizade;
- 13)** gerar satisfação entre os alunos, com devolutivas imediatas, corrigindo movimentos;
- 14)** construir vínculos afetivos entre professor-aluno, com o carinho e o respeito como pontes de conexão.

Estreitar as relações professor-aluno é importante conduta, que contribui com maior aceitação e aprendizagem dos estudantes (Libâneo, 1994; Darido, 2017). Ações como realizar algumas atividades com os alunos, demonstrar que não domina todas as técnicas e habilidade motoras e que também precisa aperfeiçoar, além de declarar que sentiu falta do aluno na aula, mostraram-se promissoras, como dispositivos para conquistar mais participação da turma nas aulas práticas. Essas proposições corroboram com Darido (2004, p. 64) sobre “manter uma relação positiva entre professor-aluno e os próprios alunos” assim como é importante que “[...] o professor deve buscar um equilíbrio no relacionamento com os alunos na medida certa entre rigidez e clima amigável” (Tenório; Silva, 2013, p.73).

Para Martinelli *et al.* (2006 *apud* Tenório; Silva, 2013, p.78) “a presença dos amigos é determinante para incentivar a participação dos alunos nas aulas, pois é um fator que está associado à segurança”. A socialização e afetividade são importantes aliadas para a elaboração e condução das aulas, e as atividades compartilhadas são muito promissoras, pois é possível perceber mais envolvimento e prazer na realização das práticas, diante da interação e dos vínculos interpessoais fomentados na aula.

5 Conclusão

Mesmo diante da complexidade da problemática, concluiu-se que é possível apontar direções com fins de ampliar a participação de alunos nas aulas práticas de Educação Física no ensino médio. Os

caminhos para alcançar a maior participação nas práticas, inicialmente, requerem o estudo do fenômeno da não participação e as suas particularidades em cada realidade escolar, para, assim, cada professor forjar gradativamente alternativas que façam sentido em relação a esses desafios.

Reunimos 14 estratégias metodológicas que, em conjunto, se apresentaram capazes de gerar otimismo para a adesão

à prática no ensino médio. As estratégias mostraram-se eficazes na medida em que refletiam: a identificação de abordagem crítica da Educação Física; currículo plural; entendimento sobre a adolescência; enriquecimento do conteúdo e da avaliação. Entendemos a necessidade de mais pesquisas sobre essa temática que assegurem propostas metodológicas sólidas e aspiramos a que esse debate avance e impulse a reflexão dos colegas professores.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, S. B. **Os principais fatores que justificam a não participação dos alunos nas aulas de educação física**. 2006. p. 65. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -Centro Universitário Celso Lisboa, Faculdade de Educação Física, Rio de Janeiro, 2006.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.18, n.1, p.61-80, jan./mar. 2004.

DARIDO, S. C. (org.). **Educação física no ensino médio: diagnóstico, princípios e práticas**. Ijuí: Unijuí, 2017.

DUARTE, C. P.; MOURÃO, L. Representações de adolescentes femininas sobre os critérios de seleção utilizados para a participação em aulas mistas de educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v.13, n. 1, p. 37-56, jan./abr., 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

NARDON, T. A.; DARIDO, S. C. Ensino médio: o afastamento das aulas de educação física. In: DARIDO, S. C. (org.). **Educação física no ensino médio: diagnóstico, princípios e práticas**. Ijuí: Unijuí, 2017, p. 57-69.

SILVA, F. M.; COFFANI, M. O lugar da educação física no ensino médio: entre a presença e ausência do aluno. **Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp, Campinas**, v. 11, n. 4, p. 164-185, out./dez. 2013.

SOUZA JÚNIOR, O.; DARIDO, S. C. Dispensas das aulas de educação física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação. **Pensar a Prática**, v. 12, n. 2, p. 1-12, maio/ago. 2009.

TANI, G. Perspectivas para a educação física escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 61-69, jan./dez. 1991.

TENÓRIO, J. G.; SILVA, C. L. Educação física escolar e a não participação dos alunos nas aulas. **Ciência em Movimento**, v. 15, n. 31, p. 71-80, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Saúde do adolescente**. 2023. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1. Acesso em: 1º maio 2023.

4

Futsal: **uma ferramenta tecnológica social**

André Igor Fonteles

Symon Tiago Brandão de Souza

1 Introdução

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, igualdade e sustentabilidade, com vistas à inclusão social, bem como ao desenvolvimento técnico e a geração de novas tecnologias, na perspectiva de estimular o corpo discente a ser o protagonista das ações educacionais. Nesse sentido apresentamos os projetos de pesquisa e extensão da área da Educação Física desenvolvidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) – *campus* Itapipoca.

A aplicação da Tecnologia Social (TS) ainda precisa enfrentar o desafio de sair das margens e passar a ocupar um papel relevante nas políticas públicas de Ciência e Tecnologia, processo que pode ter início a partir de um esforço integrado entre as universidades, os movimentos sociais e os institutos de pesquisa, para identificar e fortalecer o conhecimento das múltiplas realidades, dos atores envolvidos e das suas demandas sociais (Kahlau; Schneider, 2019). Assim, a TS é considerada como um processo político “que terá de ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos” (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004). O que significa dizer que

a inovação tecnológica – e por extensão a TS – não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizado em outro, mas um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la (Kahlau; Schneider, 2019).

Os projetos de pesquisa e extensão tiveram uma abordagem metodológica dos Jogos Reduzidos de Futsal (JRFs). Os JRs têm sido um método de treinamento bastante utilizado nos treinamentos, pois se utilizam de esforços em alta intensidade unidos ao trabalho dos fundamentos técnico e tático da modalidade, ocasionando melhorias nas habilidades de forma específica (Coutts *et al.*, 2009; Hodgson; Akenhead; Thomas, 2014; Impellizzeri *et al.*, 2006; Owen *et al.*, 2011; Hill-Haas *et al.*, 2011).

Os Jogos Reduzidos (JRs) são importante estratégia para induzir um estresse fisiológico semelhante ao que ocorre em um jogo oficial, pois a intensidade imposta aos atletas, nas partidas simuladas, é semelhante àquela encontrada nas partidas oficiais (Carminatti *et al.*, 2015). Destaca-se, ainda, que os JRs podem apresentar diferentes demandas fisiológicas (Abrantes *et al.*, 2012), de acordo com a modificação de componentes como: área do jogo (Hill-Haas *et al.*, 2009; Kelly; Drust, 2009); número de

jogadores (Koklu *et al.*, 2011); regras do jogo (Dellal *et al.*, 2011); auxílio verbal; dimensões do espaço de jogo (Rampinini *et al.*, 2007); número de jogadores (Clemente *et al.*, 2014), presença ou não de goleiro (Gaudino; Alberti; Iaia, 2014); posições dos jogadores (Koklu *et al.*, 2012); tipos de intervalo de recuperação entre os estímulos (Arslan *et al.*, 2017); distância percorrida; velocidade (Oliveira *et al.*, 2016); e aspectos técnico e tático (Wilke *et al.*, 2016).

Recente revisão sistemática sugere que os JRs podem provocar altas demandas metabólicas em adultos saudáveis não treinados e em populações clínicas, por isso são exercícios seguros, com efeitos positivos de longo prazo na aptidão física e nos índices de saúde (Zouhal *et al.*, 2020), bem como um método interessante na prescrição para o desenvolvimento de capacidades específicas, em alguns esportes (Hammami *et al.*, 2017a).

Os JRs, além de melhorar os aspectos técnicos e táticos, mantêm a aptidão cardiorrespiratória e promovem alto nível de diversão em praticantes de futebol (Los Arcos *et al.*, 2015). Assim, os JRs podem representar uma estratégia eficaz de multicomponentes que induzem melhorias específicas, quando comparados com um treinamento intervalado (Hammami *et al.*, 2017b).

Pensando nisso, adotamos o Futebol de Salão (Futsal) como ferramenta de TS com o qual foram desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão, no IFCE – campus Itapipoca, numa perspectiva de melhorar aspectos da comunidade na qual o IFCE está inserido, e fortalecendo a relação entre os envolvidos. No fim da seção Revisão de literatura serão apresentados os projetos de pesquisa e extensão, respectivamente.

2 Revisão de literatura

O futsal vem ganhando crescente popularidade no mundo, pois é praticado por pessoas de diversas idades, tanto na perspectiva amadora, como na profissional, além de ser considerada uma modalidade promissora, na estratégia de

saúde pública, para aquisição e desenvolvimento saudável (Seabra *et al.*, 2017).

Portanto, oferecer diversos esportes coletivos, com diferentes regras básicas, mas apoiando os mesmos princípios, com exercícios intermitentes de alta intensidade, é benéfico para a saúde e interação social, e, assim recomenda-se ampliar ainda mais a participação nesses esportes (Kirkendall *et al.*, 2018).

Considerado uma versão *indoor* do futebol, o futsal é um esporte com característica de elevada intensidade, intermitente e com atividades acíclicas (Barbero-Alvarez *et al.*, 2008) e, apesar da similaridade motora com o futebol, a intensidade de uma partida de futsal é mais acentuada, levando a diferenças significativas entre as características fisiológicas (Nunes *et al.*, 2012).

Essa interface entre futsal e saúde ainda não está consolidada na literatura, pois são necessários mais estudos para fortalecer esse binômio. Entretanto, quando comparado ao futebol, modalidade com gestos esportivos similares, o cenário é diferente. O futebol tem alto potencial na prevenção e no tratamento de doenças não transmissíveis, ao longo da vida.

Por ser uma modalidade de fácil organização, alta intensidade e com efetividade, nesse sentido, bem como ser uma promessa na mudança dos hábitos de pessoas sedentárias, em todo o mundo, criou aderência a um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (Blatter; Dvorak, 2014).

O futebol tem se constituído uma estratégia segura e eficaz para o tratamento de diferentes patologias, como doenças cardiovasculares, em idosos não treinados (Schmidt *et al.*, 2014); hipertensão em homens de meia idade (Andersen *et al.*, 2014a); diabetes mellitus (De Sousa *et al.*, 2014; Andersen *et al.*, 2014b); com câncer de próstata (Bruun *et al.*, 2014; Uth *et al.*, 2014); e contribui para o aumento da densidade óssea em idosos (Helge *et al.*, 2014).

Analisando os efeitos do futebol em adolescentes como meio não

farmacológico no combate às doenças crônicas, esse cenário também é positivo, pois o futebol recreativo representa uma eficaz estratégia para melhorar os fatores de riscos cardiovascular e metabólico em crianças com sobrepeso (Pedretti; Pedretti; Seabra, 2016); melhora do estado psicológico de meninos com excesso de peso (Seabra *et al.*, 2014); aderência às atividades que dependem principalmente de motivação extrínseca, como a expectativa de melhorar a saúde e o bem-estar (Nielsen *et al.*, 2014) e adaptações cardíacas estruturais e funcionais significativas em crianças pré-adolescentes (Krustrup *et al.*, 2014).

Nesse sentido, o futebol recreativo parece estimular os mecanismos musculoesqueléticos e metabólicos e adaptações cardiovasculares importantes para a saúde e, assim, reduzir o risco de surgirem doenças devido ao estilo de vida (Krustrup *et al.*, 2010). Resumidamente, “o futebol é um modelo de medicina” integrando ciência do esporte, fisiologia do exercício físico, medicina esportiva, psicologia esportiva, e sociologia esportiva (Krustrup, 2018).

3 Projetos de pesquisa

3.1 Efeito da quantidade de balizas em jogos reduzidos no futsal sobre respostas psicofisiológicas nos praticantes

Os JRs têm sido um método de treinamento bastante utilizado, pois exigem esforços em alta intensidade no trabalho realizado com os fundamentos técnico e tático, ocasionando melhorias nas habilidades de forma específica, e se apresentando como uma importante estratégia para induzir um estresse fisiológico semelhante ao que ocorre em um jogo oficial.

Buscou-se analisar o efeito da quantidade de balizas em JRFs sobre marcadores psicofisiológicos e desempenho neuromuscular em praticantes da modalidade e participaram praticantes masculinos. O estudo caracteriza-se como experimental, com delineamento cruzado em ordem aleatória. Foram analisadas quatro sessões de treinamento, a saber: (1) JRF_{1baliza}

4 x 4 com uma baliza para cada equipe; (2) JRF_{3balizas} 4 x 4 com três balizas para cada equipe.

A ordem dos JRFs foi escolhida de forma randomizada. Para análise dos marcadores psicofisiológicos, foram utilizados a Percepção Subjetiva de Esforço (PSE); resposta afetiva (*feeling scale*). Esse projeto foi publicado na revista Arquivos de Ciências do Esporte em 2023. Tendo com conclusão que os JRF_{1baliza} e JRF_{3balizas} não apresentaram diferenças nos marcadores psicofisiológicos em adolescentes de futsal masculino. Como aplicabilidade prática, o professor de Educação Física que optar pela metodologia dos jogos reduzidos de futsal em suas aulas poderá utilizar a variação do número de balizas, sem gerar maior estresse psicofisiológico em seus alunos e gerar respostas afetivas positivas, o que pode promover uma maior motivação e aderência durante suas aulas em jovens praticantes de futsal.

3.2 Projeto de pesquisa: efeitos da fadiga mental sobre as respostas psicofisiológicas em praticantes de futsal

A fadiga mental é um estado transitório derivado de esforços cognitivos autosustentáveis e de alta exigência, que se caracteriza por alterações nos domínios comportamentais, psicológicos e fisiológicos. É importante avaliar o impacto da fadiga mental nas respostas psicofisiológicas (Percepção subjetiva de esforço e respostas afetivas), pois esses fatores parecem ser importantes para o desempenho e maior aderência nas modalidades esportivas.

O objetivo do estudo foi analisar os efeitos da fadiga mental sobre as respostas psicofisiológicas em praticantes de futsal. Dezesesseis adolescentes do gênero masculino realizaram duas semanas de intervenção, divididas em duas condições, a saber: Condição com Fadiga Mental (CFM) e Condição Sem Fadiga Mental (CSFM). O estudo caracteriza-se como do tipo quase experimental e randomizado, com amostra não probabilística. Para analisar a influência dos efeitos da fadiga mental sobre a carga interna e as respostas afetivas

dos adolescentes, foram realizados dois modelos de JRFs, a saber: A) JRF_{1baliza}; B) JRF_{3balizas}. Esse projeto está em andamento na fase de coleta de dados.

4 Projetos de extensão

4.1 Projeto de extensão: futsal para egressos

O projeto futsal para egressos propôs reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, contribuindo na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. Nesse sentido, é fundamental criar estratégias de pertencimento à instituição. Assim, o projeto de futsal para egressos apresentou-se como ferramenta para aumentar o vínculo dos egressos com a instituição, bem como potencializar a relação esporte e saúde.

Na idade escolar, observa-se o abandono da prática esportiva em 27,3% dos jovens de 15 anos, e 45,3% entre os que têm de 16 a 24 anos, devido, principalmente, ao fim da vida escolar e à entrada no mundo do trabalho. Apesar de os índices de abandono entre adolescentes e jovens também serem expressivos, é latente a influência da escola com relação à prática esportiva, portanto, a manutenção do indivíduo nessa prática passa por entender o ambiente escolar como espaço de promoção e formação esportiva (Ministério do Esporte, 2015).

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que quase metade da população brasileira é sedentária. De acordo com informações coletadas ao longo de 15 anos, 47% das pessoas em idade adulta, no Brasil, não cumprem a recomendação padrão da OMS da prática de exercício físico. O Brasil está entre os mais sedentários do mundo, e o mais sedentário da América Latina (Guthold *et al.*, 2018).

O futsal vem ganhando crescente popularidade, no mundo, ao ser praticado por homens e mulheres; meninos e meninas; em ambas as ligas profissionais e amadoras (Barbeero-Álvarez; Granda; Hermoso,

2008), e considerada uma modalidade promissora na estratégia de saúde pública para aquisição e desenvolvimento saudável (Seabra *et al.*, 2017).

Portanto, o projeto pôde contribuir de forma significativa, no combate a esse cenário negativo de saúde pública, e aumentar a relação harmoniosa entre IF e egressos. Nesse sentido, através da relação futsal e saúde, o projeto destinou-se a adolescentes dos gêneros masculino e feminino, no sentido de torná-los mais saudáveis, incentivando-os a criar um sentimento de pertencimento ao *campus*.

Assim, a implementação do futsal para egressos, no *campus* Itapipoca, proporcionou, aos alunos envolvidos, o contato com realidades concretas, numa relação entre futsal, saúde e instituição. Além disso, é importante destacar que estratégias de implantação de projetos de exercícios físicos, no *campus* e no universo da comunidade/região de Itapipoca, são fundamentais para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida.

As atividades foram realizadas, para o gênero masculino, no período da tarde/noite, no horário das 17h30min às 19h30min, às terças-feiras; e, para o público feminino, no período da tarde, no horário das 13h15min às 15h15min, nas quartas-feiras. Todas as intervenções aconteceram na quadra de esportes do IFCE – *campus* Itapipoca.

4.2 Projeto de extensão: futsal recreativo para saúde

Considerando o elevado nível de sedentarismo e obesidade entre os adolescentes, desenvolver ações objetivas e concretas que viabilizem um estilo de vida ativo entre os adolescentes, com a prática regular de exercícios físicos, em especial, o futsal, de forma orientada, é fundamental. Além disso, o emprego de estratégias que visam à otimização do prazer percebido durante o exercício, tem demonstrado promissora possibilidade de aumentar a adesão e aderência aos programas de exercício físico. Portanto, objetiva-se desenvolver o futsal recreativo como uma abordagem terapêutica sobre

os parâmetros de saúde e aptidão física, em adolescentes, salientando outras perspectivas de trabalho dessa modalidade no ambiente escolar, além do rendimento.

As atividades serão realizadas no turno da tarde, no horário das 13h30min às 17h30min, duas vezes por semana, às terças-feiras e quintas-feiras, com duração média de quatro horas diárias, divididas em duas horas para cada gênero. Todas as intervenções foram realizadas na quadra de esportes do IFCE – *campus* Itapipoca. A intervenção consistiu em jogos convencionais de futsal e, prioritariamente, jogos reduzidos.

5 Considerações finais

Os projetos de pesquisa e extensão apresentados neste capítulo fortalecem

o futsal como uma TS inovadora. Foram apresentadas condições de mudanças positivas em parâmetros de Saúde; aderência à prática esportiva; interação social; além do estreitamento da relação entre egressos e IFCE – *campus* Itapipoca. Reforçamos que o futsal, como uma TS, colocou-se positivamente para a interação de aspectos psicofisiológicos, cognitivos e afetivos, em seus participantes, apresentando-se como uma ferramenta social eficaz para ser trabalhada no ambiente escolar, além dos benefícios apontados ao longo do texto, para os envolvidos nos projetos. Esperamos que os projetos aqui apresentados despertem o interesse de estudiosos da modalidade de futsal para que a considerem, no ambiente escolar, com outros olhares, além da perspectiva do rendimento.

Referências

- ABRANTES, C. I. *et al.* Effects of the number of players and game type constraints on heart rate, rating of perceived exertion, and technical actions of small-sided soccer games. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 26, n. 4, p. 976-981, 2012.
- ANDERSEN, L. J. *et al.* Structural and functional cardiac adaptations to 6 months of football training in untrained hypertensive men. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl. 1, p. 27-35, 2014a.
- ANDERSEN, T. R. *et al.* A preliminary study: effects of football training on glucose control, body composition, and performance in men with type 2 diabetes. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl.1, p. 43-56, 2014b.
- ARSLAN, E. *et al.* Effects of passive and active rest on physiological responses and time motion characteristics in different small sided soccer games. **Journal of Human Kinetics**, v. 60, n. 1, p. 123-132, 2017.
- BARBERO-ALVAREZ, J. C. *et al.* Match analysis and heart rate of futsal players during competition. **Journal of Sports Sciences**, v. 26, n. 1, p. 63-73, 2008.
- BARBERO-ÁLVAREZ, J. C.; GRANDA, J.; HERMOSO, V. M. S. Match analysis and heart rate of futsal players during competition. **Journal of Sports Sciences**, v. 26, n. 1, p. 63-73, 2008.
- BLATTER, J. S.; DVORAK, J. Football for health –Science proves that playing football on a regular basis contributes to the improvement of public health. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl.1, p. 2-3, 2014.
- BRUUN, D. M. *et al.* “All boys and men can play football”: A qualitative investigation of recreational football in prostate cancer patients. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl.1, p. 113-121, 2014.
- CARMINATTI, L. J. *et al.* Intensidade de esforço em jogos oficiais e simulados de futsal feminino. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 23, n. 3, p. 97-104, 2015.
- CLEMENTE, F. M. *et al.* Acute effects of the number of players and scoring method on physiological, physical, and technical performance in small-sided soccer games. **Research in Sports Medicine**, v. 22, n. 4, p. 380-397, 2014.

COUTTS, A. J. *et al.* Heart rate and blood lactate correlates of perceived exertion during small-sided soccer games. **Journal of Science and Medicine in Sport / Sports Medicine Australia**, v. 12, n. 1, p. 79-84, jan. 2009.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. *In*: LASSANCE Jr. *et al.* **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. [s.l: s.n.]. p. 15-64, 2004.

DE SOUSA, M. V. *et al.* Positive effects of football on fitness, lipid profile, and insulin resistance in Brazilian patients with type 2 diabetes. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl.1, p. 57-65, 2014.

DELLAL, A. *et al.* European Journal of Sport Science Comparison of physical and technical performance in European soccer match-play : FA Premier League and La Liga. **European Journal of Sport Science**, v. 11, p. 51-59, 2011.

GAUDINO, P.; ALBERTI, G.; IAIA, F. M. Estimated metabolic and mechanical demands during different small-sided games in elite soccer players. **Human Movement Science**, v. 36, p. 123-133, 2014.

GUTHOLD, R. *et al.* Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016 : a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1 · 9 million participants. **The Lancet Global Health**, v. 6, n. 10, p. 1.077-1.086, 2018.

HAMMAMI, A. *et al.* Blood pressure, heart rate & perceived enjoyment after small-sided soccer games & repeated sprint in untrained healthy adolescents. **Biology of Sport**, v. 34, n. 3, p. 219-225, 2017a.

HAMMAMI, A. *et al.* Does Small-Sided Games Training Improve Physical-Fitness and Specific Skills for Team Sports? A Systematic Review with Meta-Analysis Short title: Small-Sided Game Training for Team Sports. **The Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, n. October, p. 1-25, 2017b.

HELGE, E. W. *et al.* Recreational football improves bone mineral density and bone turnover marker profile in elderly men. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl.1, p. 98-104, 2014.

HILL-HAAS, S. V. *et al.* Physiology of small-sided games training in football: A systematic review. **Sports Medicine**, v. 41, n. 3, p. 199-220, 2011.

HILL-HAAS, S. V. *et al.* Physiological responses and time – motion characteristics of various small-sided soccer games in youth players. **Journal of Sports Sciences ISSN:**, v. 27, p. 1-8, 2009.

HODGSON, C.; AKENHEAD, R.; THOMAS, K. Time-motion analysis of acceleration demands of 4v4 small-sided soccer games played on different pitch sizes. **Human Movement Science**, v. 33, n. 1, p. 25-32, 2014.

IMPELLIZZERI, F. M. *et al.* Physiological and performance effects of generic versus specific aerobic training in soccer players. **International Journal of Sports Medicine**, v. 27, n. 6, p. 483-492, 2006.

KAHLAU, C.; SCHNEIDER, A. H. A tecnologia social como alternativa ao desenvolvimento : indagações sobre ciência, tecnologia e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 36, p. 190-213, 2019.

KELLY, D. M.; DRUST, B. The effect of pitch dimensions on heart rate responses and technical demands of small-sided soccer games in elite players. **Journal of Science and Medicine in Sport**, v. 12, n. 4, p. 475-479, 2009.

KIRKENDALL, D. T. *et al.* Recreational team sports : The motivational medicine. **Journal of Sport and Health Science**, v. 7, p. 129-131, 2018.

KOKLU, Y. *et al.* Physiological responses and time-motion characteristics of 4-a-side small-sided game in young soccer players: the influence of different team formation methods. **The Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 26, n. 11, p. 3.118-3.123, 2012.

KÖKLÜ, Y. *et al.* Comparison of the physiological responses to different small-sided games in elite young soccer players. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 25, n. 6, p. 1.522-1.528, 2011.

- KRUSTRUP, P. *et al.* Recreational football as a health promoting activity: a topical review. **Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports**, v. 20, suppl. 1, p. 1-13, 2010.
- KRUSTRUP, P. *et al.* Structural and functional cardiac adaptations to a 10-week school-based football intervention for 9-10-year-old children. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl. 1, p. 4-9, 2014.
- KRUSTRUP, P. *et al.* The “Football is Medicine” platform – scientific evidence, large- scale implementation of evidence – based concepts and future perspectives. **Scand J Med Sci Sports**, p. 1-5, 2018.
- LOS ARCOS, A. *et al.* Effects of small-sided games vs. interval training in aerobic fitness and physical enjoyment in young elite soccer players. **PLoS ONE**, v. 10, n. 9, p. 16-19, 2015.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Diagnóstico nacional do esporte**. [s.l: s.n.].
- NIELSEN, G. *et al.* Health promotion: The impact of beliefs of health benefits, social relations and enjoyment on exercise continuation. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl. 1, p. 66-75, 2014.
- NUNES, R. F. H. *et al.* Comparação de indicadores físicos e fisiológicos entre atletas profissionais de futsal e futebol. **Motriz**, v. 18, n. 1, p. 104-112, 2012.
- OLIVEIRA, R. S. C. de *et al.* A influência de jogos reduzidos na resposta perceptual, distância percorrida e velocidade de adolescentes jogadores. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 8, n. 29, p. 106-112, 2016.
- OWEN, A. L. *et al.* Heart rate responses and technical comparison between small- vs. Large-sided games in elite professional soccer. **The Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 25, n. 8, p. 2.104-2.110, 2011.
- PEDRETTI, A.; PEDRETTI, A.; SEABRA, A. O futebol recreativo como uma nova abordagem terapêutica para a obesidade em crianças e adolescentes: uma revisão. **Rev Bras Ativ Fís Saúde** 20, v. 21, n. 2, p. 123-132, 2016.
- RAMPININI, E. *et al.* Factors influencing physiological responses to small-sided soccer games. **Journal of Sports Sciences**, v. 25, n. 6, p. 659-666, 2007.
- SCHMIDT, J. F. *et al.* Cardiovascular adaptations to 4 and 12 months of football or strength training in 65- to 75-year-old untrained men. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl. 1, p. 86-97, 2014.
- SEABRA, A. *et al.* Impact of Futsal and Swimming Participation on Bone Health in Young Athletes. **Journal of Human Kinetics**, v. 60, n. december, p. 85-91, 2017.
- SEABRA, A. C. *et al.* Effects of a 5-month football program on perceived psychological status and body composition of overweight boys. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. suppl.1, p. 10-16, 2014.
- UTH, J. *et al.* Football training improves lean body mass in men with prostate cancer undergoing androgen deprivation therapy. **Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports**, v. 24, suppl. 1, p. 105-112, 2014.
- WILKE, C. F. *et al.* **Metabolic Demand and Internal Training Load in Technical-Tactical Training Sessions of Professional Futsal Players**. [s.l: s.n.]. v. 30.
- ZOUHAL, H. *et al.* Effects of Small-Sided Soccer Games on Physical Fitness, Physiological Responses, and Health Indices in Untrained Individuals and Clinical Populations: A Systematic Review. **Sports Medicine**, v. 50, n. 5, p. 987-1007, 2020.

5

Olimpíada científica de Educação Física: do conhecimento da prática do movimento ao movimento do intelecto

Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Adriano Barros Carneiro

Francisco de Assis Francelino Alves

1 Primeiras reflexões

A história da Educação Física, até os dias atuais, contempla a luta pela afirmação da identidade profissional. Há numerosos estudos sobre o perfil dos professores de Educação Física no Brasil, a motivação para o trabalho, as competências assumidas e os novos rumos que a profissão vem tomando.

Nesse aspecto, percebe-se a abrangência dessa área do conhecimento, pois, quando lidamos com o corpo humano, diferentes olhares poderão agir na busca de descobertas e inspirações para novos conhecimentos. Inflexionamos o pensamento acerca do currículo da formação em Educação Física, porque possui uma diversidade de informações sobre as práticas corporais e, também, conteúdo sobre as Ciências Biológicas relacionadas ao corpo humano.

Um conhecimento que perpassa toda a formação desse campo diz respeito à sua formação, à própria identidade profissional, que se constrói e emoldura no desenvolvimento da personalidade e na consolidação da ação pedagógica. A formação em Educação Física não está resumida somente à prática esportiva, mas, acima de tudo, à cultura corporal

de movimento.

Nesses contextos, pode-se reconhecer os rumos dominantes que vieram fundamentar os projetos pedagógicos de preparação e formação para o mundo do trabalho da Educação Física no Brasil. A formação profissional sempre exigirá um investimento competente e crítico na dimensão do conhecimento, pois, quando se olha para os processos de formação docente, percebe-se a necessidade de investimento em uma sólida formação teórica e prática, numa dimensão interdisciplinar, nos campos que constituem os saberes da docência. E não podemos deixar de refletir que isso não passa de uma luta de classes.

Daí a necessidade de considerar a prática social como ferramenta concreta, a pesquisa como componente essencial da formação, a reflexão e ação como dimensões da totalidade do processo de formação escolar, e, nesse contexto sociocultural, não perder de vista os princípios éticos que caminham lado a lado na construção da identidade docente.

O roteiro desta discussão só fará sentido se tomada como ponto de partida a análise dos currículos existentes nas instituições que abrangem os cursos de

Educação Física para, a partir daí, buscarmos a compreensão sobre seus fundamentos e as bases teóricas que as justificam. A tarefa não é tão simples quanto parece, pois os currículos são componentes que se construíram e se fizeram por diferentes itinerários da própria história e, nessa construção, são manifestadas intenções, ideologias e tendências, que, de certa forma, revelam suas racionalidades e as diferentes visões de mundo.

Refletir sobre essa temática logo passa o pensamento de que precisamos rever urgentemente a necessidade de trabalharmos na perspectiva da interdisciplinaridade dos conhecimentos inerentes às epistemologias da prática da Educação Física, que se constituem em um assunto relevante.

Temos afirmado, de maneira categórica, que o momento atual exige permanente atitude de observação dos fatos ocorridos na vida cotidiana e que todos eles estão acontecendo numa relação pedagógica. Esses fatos, quando analisados de maneira crítica, revelam, em si mesmos, íntima vinculação com os contextos social, político e cultural, além da efetivação de suas práticas no desdobramento das ações dos indivíduos.

Podemos indagar: Que racionalidade sustenta os projetos pedagógicos na Educação Física, nas práticas pedagógicas e dá direcionamento às práticas educativas? Como caracterizar e conceber os currículos escolares nos cursos de Educação Física que predominaram ou predominam nos processos de aprendizagem para a vida em sociedade? Em que racionalidade está fundamentada nossa proposta pedagógica e nosso campo pedagógico, nos ambientes escolares? Como são travadas as lutas de classe no contexto da escola e suas representações no campo profissional?

Esses questionamentos são apenas alguns que devemos fazer antes da leitura do mundo, para compreendermos as manifestações da racionalidade humana. Questionamentos são tarefas complexas e levam bastante tempo, pois exigem uma reflexão em cada ponto, com

bastante atenção e fundamentação estruturada. Para simplificar, acreditamos existir um consenso entre nós, educadores, professores de Educação Física, pois, de certo modo, temos o mesmo objetivo, que é promover uma Educação para a emancipação humana.

Essa ação é, sem dúvida, bastante louvável, pois o trabalho docente é predominantemente pragmático, e busca, na maioria das vezes, resultados decorrentes de decisões pedagógicas apoiadas em objetivos, teorias, experiências e circunstâncias. Isso acontece pelo fato de os nossos saberes serem múltiplos e complexos. Contudo, a racionalidade que predomina em nosso fazer pedagógico tem a marca de nossa formação escolar.

Dessa forma, como falar de unidade e de diversidade na formação de Educação Física? Melhor falar da crise que existe na história da Educação e da Educação Física, reflexo da crise que caracteriza as racionalidades de nossa sociedade. É complexidade, é caos, ou é emergência de um novo paradigma pedagógico? Onde se situa o referencial que norteia nossos objetivos educacionais? Onde encontrar o paradigma pedagógico que permite assegurar unidade ao nosso fazer na diversidade? Em torno de que racionalidade pode concentrar nosso pensar pedagógico como formadores de cidadãos e de outros formadores? Não há dúvida de que a Pedagogia penetra os mais diversos setores da vida, pois todo professor tem sua própria pedagogia, mesmo que seja a própria negação dela.

Neste momento, os avanços científicos dos mais diversos campos do saber nos permitem vislumbrar que a emancipação humana e profissional pretendida pelos processos pedagógicos para a vida pode, e, na nossa compreensão, deve passar pela racionalidade dialógica, do entendimento, da comunicação, da argumentação, como anunciado. Nesse paradigma é que podemos encontrar a unidade que permeia a diversidade do fazer pedagógico.

Precisamos de uma hermenêutica que possibilite construir consensos

significativos, portanto, aprendizagens no nosso trabalho pedagógico. Cabe, aos professores de Educação Física, construir os consensos que dão unidade à racionalidade do campo pedagógico e do trabalho docente. A leitura e a escrita do mundo, na diversidade dos espaços da atividade humana, passam por uma práxis de entendimento e racionalidade comunicativa.

É realmente necessário olhar para o professor, e os professores olharem uns para os outros, e, nesse olhar coletivo, buscar a ruptura do individualismo para a construção da aprendizagem e dos métodos de ensino. Nós, professores de Educação Física, ainda somos bastante resistentes a conhecer e reconhecer o trabalho de outros professores de Educação Física. Precisamos conhecer nossas competências e as competências dos outros professores. E, nesse conhecimento, que não se acaba, construir um inventário dessas competências na busca da plenitude da formação humana.

Dessa forma, compete aos professores de Educação Física, antes de qualquer coisa, o estabelecimento de uma consciência sobre o corpo humano em constante movimento. É a compreensão do homem que se faz na dialética de sua historicidade. É necessário estar engajado na realidade do aluno, da escola e sociedade. A resposta ou a síntese que construímos para essa breve reflexão é que existem infinitos conteúdos, que devem ser trabalhados nas aulas de Educação Física, e dizem respeito a todos os seres humanos.

Os conteúdos das aulas de Educação Física englobam temáticas extraídas da própria concepção do existir, que levam em consideração o corpo e sua história, a corporeidade, os jogos, as danças, as lutas, os movimentos sociais, a cultura dos sujeitos e, principalmente, o cotidiano manifestado em cada realidade dos indivíduos.

A questão sobre a qual ainda se precisa refletir, nos cenários da cultura, é qual o entendimento das populações para o verdadeiro significado da Educação Física.

Para muitos, o termo Educação Física restringe-se a educar o físico. Ora, educar o físico nos parece um conceito muito vasto, e suas respostas nos encaminham para um universo ainda mais confuso: Como se educa o físico mesmo? Educar o físico para quê?

Todo esse espectro em torno do conceito da Educação Física nos permite afirmar uma espécie de crise. A crise dos conceitos e das afirmações sobre o que é mesmo Educação Física e para que existe. Nasce, a partir daí, a necessidade de investigar esses conceitos e, ao mesmo tempo, buscar um aprofundamento sobre as epistemologias da Educação Física enquanto área dotada de saberes científicos, e compreendê-la como conhecimento científico que necessita constantemente de respostas e afirmações no campo do conhecimento.

Partindo dessas premissas, que buscam conceituar a Educação Física como prática das atividades físicas, esporte, jogo, movimento corporal e outros, sentimos a necessidade de desenvolver ações que ampliem a divulgação e o sentimento de pertença pelo conhecimento científico da Educação Física, principalmente nos ambientes escolares. Dessa forma, permitindo aos alunos e às comunidades escolares discutirem e refletirem sobre os conceitos e os diferentes papéis da Educação Física na sociedade.

Nesse instante foi que começamos a imaginar o que poderia ser realizado no espaço da escola para mobilizar os alunos nas discussões e reflexões sobre a Educação Física, para além das práticas esportivas e dos jogos, e momento em que imaginamos a possibilidade de um evento científico, posteriormente denominado de Olimpíada Científica de Educação Física do Ceará (Ocef).

Destarte, neste texto, descreveremos o percurso da Ocef, realizada em 2022, desde a primeira fase formativa, baseada em um curso de formação continuada e ofertado de forma virtual, até as etapas e premiação.

2 Medalhei: caminhos percorridos na OCEF Ceará

No Brasil, são realizadas, anualmente, diversas olimpíadas científicas, através das quais se descobrem talentos os quais passam a ser treinados para participarem de olimpíadas internacionais. As olimpíadas científicas são semelhantes às esportivas, pois ocorrem de forma individual ou em equipes, em fases, e os vencedores são contemplados com medalhas, troféus, menções honrosas, certificados, oportunidades de estágio e até com o preenchimento de vagas adicionais no ensino e são voltadas para estudantes da educação básica (anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio), e, por vezes, aos estudantes do ensino superior.

As propostas das olimpíadas do conhecimento visam ao desenvolvimento científico e incentivam estudos mais avançados em temas específicos, encontrando talentos nas diversas áreas de conhecimento. Essas propostas também representam a oportunidade de demonstrar conhecimentos e/ou elaborar projetos, assim como incentivam a pesquisa científica na educação básica e aproximam as instituições de ensino públicas e privadas, melhorando o rendimento acadêmico dos discentes, tornando-se um estímulo para a permanência na escola.

Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Brasil, 2021, s/p),

As primeiras olimpíadas científicas conhecidas foram realizadas na Hungria, no século XIX (1894), com foco em matemática. Dali, as competições se expandiram pelo Leste Europeu e, chegando na União Soviética, onde a Olimpíada Internacional de Matemática (IMO) entrou para o calendário oficial de 1959.

No Brasil, o primeiro evento realizado foi a Olimpíada Brasileira de Matemática. Como exemplo de competições nacionais, temos: Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM); Olimpíada Brasileira

de Química (OBQ); Olimpíada Brasileira de Física (OBF); Olimpíada Brasileira de Linguística (OBL); Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB); Olimpíada Brasileira de Geografia (OBG); Olimpíada Brasileira do Saber; Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, da Fiocruz; Olimpíada Brasileira de Matemática Financeira (OBMF); Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas (OBFEP); Olimpíada Brasileira de Informática (OBI); Olimpíada Brasileira de Biologia (OBB); Olimpíada Brasileira de Química Júnior (OBQJr); Olimpíada Nacional de Ciências (ONC); Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA); Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR); Olimpíada Brasileira de Cartografia (Obrac); Olimpíada Brasileira de Neurociências (OBN); Olimpíada Brasileira de Agropecuária (Obap); Olimpíada GeoBrasil; Olimpíada Brasileira de Raciocínio Lógico (OBRL); Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP); Olimpíada Brasileira de Satélites MCTI (OBSAT), idealizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Olimpíada Brasileira de Biotecnologia (OBBiotec); Olimpíada Brasileira de Tecnologia (OBT); Olimpíada de Português (OP); Olimpíada da Língua Portuguesa; Olimpíada de Conhecimentos Gerais (OCG); Olimpíada Brasileira de Geopolítica (OBGP); e a Olimpíada Canguru de Matemática.

Já como exemplo de competições internacionais, temos: International Young Physicists' Tournament (IYPT)/ Torneio Internacional de Jovens Físicos; International Junior Science Olympiad (IJSO)/Olimpíada Internacional Júnior de Ciências; The International Physics Olympiad (IPhO)/Olimpíada Internacional de Física; International Olympiad on Astronomy and Astrophysics (IOAA)/Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica; International Mathematics Olympiad (IMO)/Olimpíada Internacional de Matemática; International Linguistics Olympiad (IOL)/Olimpíada Internacional de Linguística; International Chemistry Olympiads (ICO)/Olimpíada Internacional de Química;

Climate Science Olympiad/Olimpíada de Ciência Climática; Teen Eagle – Internacional English Competition/Competição Internacional de Inglês; International Philosophy Olympiad (IPO)/Olimpíada Internacional de Filosofia; e a International Biology Olympiad (IBO)/Olimpíada Internacional de Biologia. Há, ainda, diversas competições nos níveis local, municipal, estadual e regional.

Em nossa realidade institucional, o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) (2017-2024) destaca que, embora os fatores individuais e os fatores externos estejam diretamente ligados às questões de evasão e retenção dos estudantes no IFCE, cada *campus* e a Reitoria devem propor medidas internas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões (Vieira; Gallindo; Cruz, 2017).

Nesse plano, a primeira ação de intervenção e monitoramento para superar a evasão e retenção visa ampliar o desenvolvimento de atividades científicas, artístico-culturais e desportivas. Desse modo, a Instituição também promove olimpíadas científicas, como a Olimpíada de Matemática do IFCE e a Olimpíada de Ciências Humanas do Estado do Ceará (Oche); entre outras.

A área da Educação Física registra significativo aumento no número de estudantes interessados em enveredar pelos caminhos da pesquisa e do desafio do conhecimento. Logo, é preciso ampliar a visão dos estudantes para além da prática esportiva, para que percebam e entendam a Educação Física como uma área de conhecimento científico integrada ao desenvolvimento biopsicossocial do ser humano (Silva; Lira; Mascarenhas, 2018).

Assim, questiona-se: Se várias disciplinas e áreas de conhecimento científico têm suas próprias olimpíadas, por que a Educação não tem uma? E por que não organizar uma olimpíada do conhecimento da Educação Física?

Com base em tais preceitos, foi proposto, no ano de 2021, um projeto intitulado Olimpíada Científica de Educação Física (Ocef) Ceará, por meio do Edital Conjunto n. 02/2021, de Institucionalização de Projetos de Olimpíadas Científicas no IFCE. O projeto teve como foco o estímulo ao desenvolvimento social, esportivo, cultural e educacional dos estudantes do IFCE e da comunidade externa, por meio do incentivo à pesquisa e ao estudo da cultura corporal de movimento e suas especificidades, com a abordagem de temas relacionados às diversas manifestações corporais descritas na Base Nacional Comum Curricular-BNCC (BRASIL, 2017), como esportes, brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, lutas, práticas corporais de aventura, e, ainda, às temáticas de atividade física, exercício físico e saúde.

A Ocef Ceará concretizou-se no ano de 2022 como uma ação de incentivo à pesquisa, com finalidades educacional e cultural, organizada pelo IFCE, com a seguinte comissão: presidente, Adriano Barros Carneiro; vice-presidente, Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto; coordenador pedagógico, Francisco de Assis Francelino Alves; coordenador pedagógico, Jean Carlo Vidal dos Santos; bolsistas de Iniciação Científica júnior, Maria Luísa Fernandes de Mendonça, Gabriel Uchôa Lopes, Kaique Breno Gerônimo Medeiros, e Emmanuel Gustavo Batista de Paiva Dantas.

A Olimpíada também envolveu professores da disciplina de Educação Física, coordenadores olímpicos das instituições de ensino, que atuaram como professores orientadores, e estudantes regularmente matriculados em escolas públicas e privadas de ensino fundamental anos finais (8ª e 9ª anos); ensino médio regular e profissionalizante integrado, e Educação de Jovens e Adultos (EJA) de todo o estado do Ceará.

Em função da potencialidade científico-pedagógica oferecida pela proposta e da ampliação do contingente discente desejoso de enveredar na pesquisa

científica em Educação Física, a Ocef Ceará iniciou, primeiramente, com um curso de formação continuada para professores orientadores, como forma de ampliar as experiências de participação dos estudantes em eventos científicos da área da Educação Física, para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), bem como para vestibulares que já incluem a disciplina de Educação Física na Prova de Conhecimentos Gerais, a exemplo da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Desse modo, foi proposto, na plataforma FICemCasa², o curso Formação Básica para a Olimpíada Científica de Educação Física, com carga horária total de 160 horas. O curso iniciou-se no dia 30 de março de 2022, no canal do Youtube da Ocef Ceará³, e possibilitou a capacitação teórico-científica dos professores de escolas públicas e privadas, dividido em dois módulos.

O primeiro módulo, denominado Manifestações da Cultura do Movimento Humano, abrangeu sete *lives* acerca de temáticas previstas na BNCC – e Educação Física; Esportes na BNCC; Brincadeiras e jogos; Dança na Educação Física; Ginástica na Educação Física; Lutas na Educação Física; Práticas Corporais de Aventura na Educação Física.

O segundo módulo, intitulado Relação

entre Atividade Física, Exercício Físico e Saúde, foi realizado em cinco *lives* – Fisiologia do Exercício na Educação Física Escolar; Treinamento Desportivo na Educação Física Escolar; Aptidão Física e Saúde na Educação Física Escolar; Desenvolvimento Motor na Educação Física Escolar; e Nutrição na Educação Física Escolar – e ainda mais uma *live* tira-dúvidas acerca das inscrições e fases da Olimpíada.

Tal fase formativa foi avaliada como exitosa, pois registrou um total de 2.311 visualizações na plataforma do YouTube, bem como possibilitou a divulgação do *site* (ocef.ifce.edu.br) e das redes sociais da Olimpíada (Instagram: @ocef.ceara).

Após a fase inicial de formação, ocorreram as inscrições da Olimpíada, no período de 19 de setembro a 10 de outubro de 2022, de forma gratuita, pelo sistema Olimpo-IFCE⁴ e exclusivamente pelo professor orientador da escola na qual os discentes estavam matriculados. A Olimpíada Científica de Educação Física do Ceará, além de ser a primeira com tal caráter, teve significativo número de discentes interessados, com 5.749 inscrições, 205 instituições de ensino inscritas (entre municipais, estaduais e federais), de 73 municípios do Ceará, já em sua primeira edição (Imagem 1).

Imagem 1 – Logotipo oficial da Olimpíada de Educação Física do Ceará



Fonte: Instagram da Ocef Ceará.

2. O FICemCasa é uma plataforma desenvolvida pelo Instituto Federal do Ceará que oferta cursos de formações inicial e continuada, no âmbito da extensão, objetivando capacitar, aperfeiçoar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade, nas mais diversas áreas do conhecimento. A plataforma foi uma forma de a instituição contribuir com a sociedade, durante a pandemia de covid-19, com início no ano de 2020 e oferta de cursos gratuitos e abertos à comunidade.
3. Disponível em: <https://www.youtube.com/@ocef-ceara5867>
4. Disponível em: <https://olimpo.ifce.edu.br/>.

Durante as inscrições, também se observou intenso movimento de divulgação e inscrições, tanto de professores de Educação Física das escolas, coordenadores olímpicos, como das Secretarias de Educação.

A etapa seguinte consistiu na primeira fase classificatória e eliminatória; compreendeu uma prova *on-line*, contendo 20 questões objetivas e compostas por quatro itens cada, com a pontuação dividida em dez questões, valendo um ponto cada; cinco questões de três pontos; e cinco questões de cinco pontos, totalizando 50 pontos.

As provas eram acessadas pelos estudantes e podiam ser realizadas em casa ou nas respectivas escolas. Dessa forma, foram eliminados os estudantes que não atingiram o perfil mínimo de 40% de pontos, ou seja, 20 pontos, e ainda não conseguiram estar, em ordem decrescente, entre os cem estudantes com maior nota.

Após a divulgação do resultado da primeira fase, os discentes aptos foram convocados para a segunda fase classificatória e presencial, que aconteceu no IFCE – *campus* Maracanaú, no dia 21 de outubro de 2022, no período da tarde, quando foram aplicadas provas objetivas, com pontuações, e igual teor da primeira fase.

Antes da cerimônia de premiação, que aconteceu no período da noite, os estudantes esperaram a classificação final em espaços de lazer, dentro do próprio *campus* Maracanaú.

Na premiação, foram contemplados os discentes da 1^a à 10^a colocação com medalha de ouro; da 11^a à 25^a, com medalha de prata; da 26^a à 50^a, com medalha de bronze; da 51^a à 100^a, com certificado de menção honrosa. Todos os professores orientadores dos estudantes premiados também receberam certificados de menção honrosa. Além disso, foram contemplados com certificados de participação todos os estudantes e professores orientadores inscritos. Ainda foram agraciados com troféus a escola com maior número de alunos inscritos na Olimpíada, a escola com maior número de alunos premiados e o professor orientador com maior número de alunos premiados (Imagem 2).

Na cerimônia de premiação, ansiosamente aguardada por todos os presentes, compareceram autoridades do IFCE para compor a mesa de abertura, a saber: o reitor; a pró-reitora de pesquisa; o coordenador de olimpíadas da instituição; o chefe do Departamento da Educação Física; e o presidente da Comissão da Ocef (Imagem 3).

A edição da Ocef 2022 foi finalizada com sentimentos de alegria e emoção pelos estudantes e de orgulho pelos professores orientadores, que viram na Olimpíada a possibilidade de afirmação e reconhecimento de sua disciplina com saber científico.

3 Citius, Altius, Fortius!

Propiciar novas perspectivas de percepção dos estudantes sobre a amplitude da Educação Física, para além da prática esportiva, como área de conhecimento científico integrada ao desenvolvimento biopsicossocial, foi a oportunidade que a Ocef trouxe, assim como ambientes de capacitação e formação continuada para professores da área de Educação Física que atuam na educação básica em escolas públicas e privadas do Estado do Ceará.

Imagem 2 – Troféus e medalhas de premiação da Ocef



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2022.

Imagem 3 – Foto do final da cerimônia de premiação da Ocef em 2022



Fonte: IFCE, 2022.

Com a edição da Olimpíada, também foram fomentados: uso de ambientes virtuais para além das redes sociais; premiação de estudantes e professores cearenses que se destacam no âmbito da pesquisa em Educação Física; efetivação de uma disciplina que vem se consolidando como área relevante do conhecimento científico e, também, o reconhecimento da pesquisa científica fora dos muros da universidade.

Poderíamos ainda contar muito mais sobre o longo processo de viabilização da Ocef e tecer amplas discussões e questionamentos, inclusive de negação e desdém. Por fim, pode-se afirmar que as próximas edições da Ocef já são aguardadas pelos professores da Educação Básica que se viram legitimados em sua prática pedagógica.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Olimpíadas científicas**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/popularizacao-da-ciencia/olimpiadas-cientificas#:~:text=As%20primeiras%20olimp%C3%ADadas%20cient%C3%ADficas%20conhecidas,o%20calend%C3%A1rio%20oficial%20de%201959>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **IFCE soma medalhas na Olimpíada de Educação Física**. Notícias de destaque, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/noticias/noticias-de-destaque/ifce-soma-medalhas-em-olimpiada-de-educacao-fisica>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SILVA, A. L. L. da; LIRA, R. de S.; MASCARENHAS, S. A. do N. A educação física enquanto disciplina escolar e sua relação com a ciência. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades**, v. 1, n. 1, jul./dez. 2017.

VIEIRA, A. C. F.; GALLINDO, E. de L.; CRUZ, H. A. **Plano estratégico para a permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Instituto Federal do Ceará. Pró-reitoria de Ensino. Fortaleza: IFCE, 2017.

5

Rede CEDES Ceará: **dos sertões de Canindé a Fortaleza, uma experiência colaborativa em pesquisa**

1 Introdução

“Ao longo dos milênios, o autor está falando, clara e silenciosamente, dentro de sua cabeça, diretamente para você. Escrever é talvez a maior das invenções humanas, unindo pessoas, cidadãos de épocas distantes, que nunca se conheceram. Os livros quebram os grilhões do tempo - prova de que os humanos podem trabalhar com magia”.

(Carl Sagan)

A Carta Internacional de Educação Física e Desporto, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de 1978 (ONU, 1978), estabelece que todas as pessoas têm o direito ao esporte, e que os poderes públicos (governos federal, estaduais e municipais), instituições de educação, e organismos privados devem se unir para dar condições logísticas que possibilitem o acesso a equipamentos/instalações e aos materiais necessários à sua prática.

O art. 217 da Constituição Federal (CF) de 1988, de acordo com o Título VIII (da Ordem Social), a Seção III (da Educação, da Cultura e do Desporto), o Capítulo III (do Desporto) (BRASIL, 1988) estabelece:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais,

Basílio Rommel Almeida Fachine

como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e seu funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

A CF/88 trouxe novos horizontes para o exercício do esporte e lazer, mas também desafios. Estabeleceu e garantiu, como dever do estado, o fomento de ações para a população, traduzindo como direitos sociais o acesso ao esporte e lazer.

Como direitos sociais, explicitou a real participação das pessoas nas arenas decisórias que versam sobre a construção de políticas públicas democráticas que cheguem à sociedade, principalmente nas esferas municipais e estaduais.

Como desafios, a necessidade real do aperfeiçoamento dessas políticas públicas voltadas ao esporte e lazer e, sobretudo, a necessidade de produção, avaliação e fomento de dados científicos que estimulem uma real transparência dessas informações e o aprimoramento de projetos e programas sociais em nível macropolítico, difundido, assim, o conhecimento em nível nacional.

Assim, surge, em 2003, no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Rede Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Cedes) com o objetivo de – com estudos balizados por referenciais teóricos originários das Ciências Humanas e Sociais, e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação, vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES) e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas – implantar novos grupos de pesquisa e estimular os existentes a produzirem e a difundirem conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e lazer nas 27 unidades federativas e no Distrito Federal (Brasil, 2015).

Objetiva-se, portanto, apresentar a Rede Cedes Núcleo Ceará, uma ação programática da Secretaria Especial do Esporte, fruto de uma Política Pública de Esporte e Lazer, criada no Governo

Lula, e gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte, que tem, como missão principal, a estruturação, o funcionamento e o desenvolvimento de Centro de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer em cada unidade da federação do Brasil.

2 Rede CEDES: núcleo Ceará

A Rede Cedes Núcleo Ceará foi criada com a retomada do programa, em 2015, e com um novo reordenamento nacional. Esse ressurgimento foi fruto da mobilização de vários atores nacionais, mas, acima de tudo, do reconhecimento do Governo da Presidente Dilma Rousseff, de que o fomento científico centrado nas áreas de humanidades era vital para compreender, avaliar e desenvolver políticas públicas de esporte e lazer em território nacional.

Nesse cenário renovador para a pesquisa e a ciência, nas temáticas do esporte e lazer, a Chamada Pública, lançada em 2015, para a estruturação e o funcionamento de 27 Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer, nas diferentes unidades da federação e no Distrito Federal, traz o Ceará como um dos aprovados no edital a saber, no Resultado Final do Chamamento Público n.1/2015/ME/Snelis/Rede Cedes. No quadro 1, estão descritas as IES aprovadas para sediar o Núcleo de Pesquisa da Rede Cedes, estratificadas em sua macrorregião brasileira, por estado, e sob a responsabilidade do coordenador proponente do projeto.

Quadro 1 – Região Nordeste - Estados e instituições proponentes

UF	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	COORDENADOR DO CENTRO
AL	Universidade Federal de Alagoas	Dra. Joelma de Oliveira Albuquerque
BA	Universidade Federal da Bahia	Dr. Augusto Cesar Rios Leiro
CE	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará	Dr. Basílio Rommel Almeida Fechine
MA	Universidade Federal do Maranhão	Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana
PB	Universidade Estadual da Paraíba	Dr. Eduardo Ribeiro Dantas
PE	Universidade Federal do Pernambuco	Dr. Vilde Gomes de Menezes
PI	Universidade Federal do Vale de São Francisco	Dr. Edmilson Santos dos Santos
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Dr. Allyson Carvalho de Araújo
SE	Universidade Federal de Sergipe	Dr. Ailton Fernando Santana

Fonte: Brasil (2015).

Infer-se que, das 27 unidades federativas contempladas para receber os Núcleos da Rede Cedes, duas, uma no Ceará e outra em Roraima, ficaram sob a tutela dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia desses estados. As demais 25 unidades foram instaladas em universidades federais, *experts* em ações dessa natureza.

No Ceará, o Núcleo de Pesquisa da Rede Cedes foi composto de dois núcleos gerenciais, sediados em espaços distintos, um no *Campus Canindé*, ligado à Licenciatura em Educação Física, e localizado no Sertão Central; e o outro no *Campus Fortaleza* (sediado na capital), ligado à Coordenadoria de Educação Física e chancelada pela Reitoria, na pessoa do então magnífico reitor Virgílio Araripe (à época) e o pró-reitor de Pesquisa, Wally Menezes (atual reitor), apoiadores e incentivadores de todas as ações realizadas pelo Núcleo e caminhando em conjunto desde a submissão do projeto, aprovação, alocação de recursos, até consultoria técnica e apoios dos mais diversos.

O Núcleo da Rede Cedes Ceará origina-se trazendo consigo experiências do Centro de Investigação em Políticas Públicas em Atividade Física, Esporte, Lazer e Envelhecimento, fundado em 2010, e responsável, também, pela aprovação, em outros editais, como, por exemplo, o do

Proext/MEC/2011, classificando o IFCE, e o *Campus Canindé*, como a única região do Nordeste com a sigla de Instituto Federal, a receber tal programa para a época.

O corpo gerencial e de pesquisadores da Rede Cedes Ceará é formado, atualmente, pelos seguintes professores: Dr. Rommel Almeida Fechine (coordenador/pesquisador); Dra. Samara Moura Abreu (pesquisadora); Dr. Andreyson Calixto de Brito (pesquisador); Dr. Daniel Pinto Gomes (pesquisador); e Ms. Antônio Ulisses Souza Júnior (pesquisador).

Inauguração

O Centro de Pesquisa da Rede Cedes Ceará foi inaugurado em 22 de fevereiro de 2016, no auditório do IFCE *Campus Canindé*, em um evento que envolveu a comunidade científica da região (professores, alunos e pesquisadores), assim como outros atores políticos representados pela Prefeitura do Município de Canindé, dentre eles, vereadores, secretários de pastas com atividades relacionadas à área, como da Assistência Social, Esporte, Cultura, e Saúde. Contou também com gestores locais do Sertão Central e agentes do Programa de Esporte e Lazer da Comunidade (Pelc) do Ministério do Esporte, conforme figura 1.

Figura 1 – Inauguração da Rede Cedes Ceará *Campus* Canindé



Fonte: Relatório ME/Núcleo Ceará (2016).

O evento de lançamento oficial aconteceu no auditório do *Campus* e contou com um público total de 210 pessoas; desse modo, permitiu que a população de Canindé, assim como os membros acadêmicos docentes (município e estado), discentes, técnicos, servidores federais e municipais, além de agentes do Pelc pudessem acompanhar os debates sobre as políticas públicas relacionadas à atividade física, ao esporte e lazer e às linhas de atuação das pesquisas previstas. Em duas horas de apresentação, foram detalhados o projeto central, as linhas de investigação da Rede Cedes, as linhas de pesquisa do Núcleo, as metas a serem alcançadas, e as possíveis parcerias.

O evento de lançamento do segundo Núcleo (IFCE *Campus* Fortaleza), na cidade de Fortaleza (núcleo gestor), envolveu a comunidade científica da Região Metropolitana (professores, alunos e pesquisadores), com o comparecimento de representantes da Universidade Federal do Ceará (o diretor do Instituto de Educação Física e Esporte – Iefes, Prof. Dr. Barroso Lima e discentes), assim como outros atores políticos institucionais do IFCE, como: o pró-reitor de Pesquisa e Inovação, Wally Menezes, hoje o atual magnífico reitor; o representante do Departamento de Educação Física do IFCE e da Diretoria de Pesquisa e Inovação do IFCE *Campus* Fortaleza (figura 2).

Figura 2 – Lançamento do segundo Núcleo de Pesquisa IFCE *Campus* Fortaleza.

Fonte: Relatório ME/Núcleo Ceará (2016).

Esse segundo evento de lançamento oficial sediado no *Campus* Fortaleza, no dia 9 de junho de 2016, recebeu um público total de 150 pessoas, e contou com a palestra do professor catedrático Dr. Jorge Olímpio Bento, ex-diretor da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (Fadep), de Portugal, com a finalidade de debater a Gestão Pública acadêmica originada pelos estudos do desporto e lazer, e sua relação com a transformação da sociedade contemporânea.

O projeto e as linhas de pesquisa

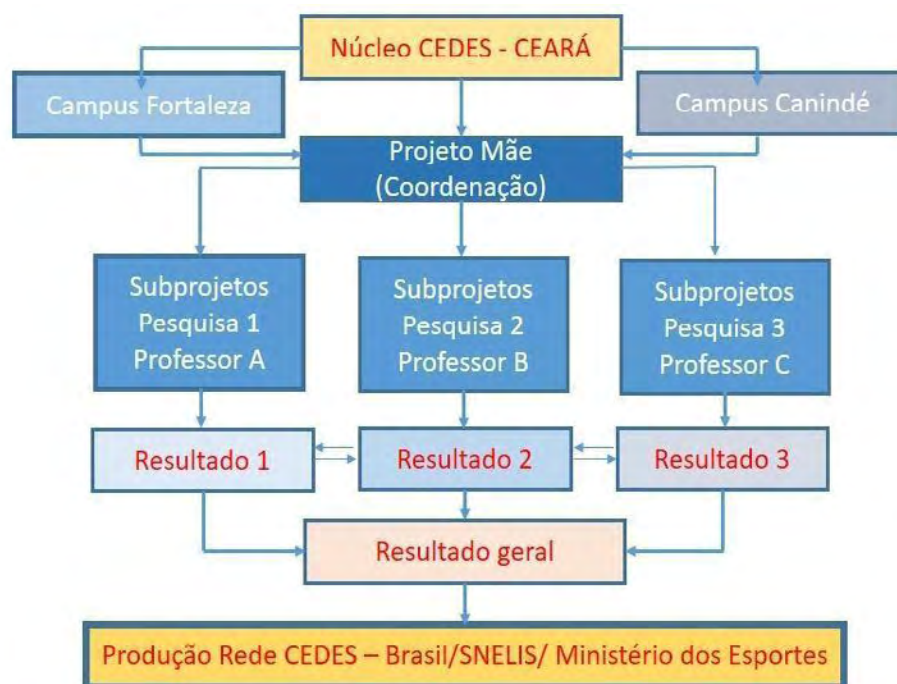
Os Núcleos da Rede Cedes Ceará, sediados no IFCE *Campus* Canindé e IFCE *Campus* Fortaleza, buscaram nova proposta de pesquisa, aliada às *expertises* já adquiridas, ao longo dos anos, no campo das intervenções do Curso de Licenciatura em Educação Física (Canindé) e Coordenadoria de Educação Física (Fortaleza), com uma abordagem que investisse e se centrasse, agora, na categorização estrutural das políticas públicas para o desporto e o lazer, tendo o Sertão Central e a Região Metropolitana de Fortaleza como setores geográficos a serem estudados e mapeados, o que se ampliou, com o passar do tempo, dando mais visibilidade aos grupos/sujeitos

estudados e entes municipais/estaduais analisados.

As linhas de estudo e pesquisa do Núcleo Ceará coadunaram-se com as temáticas propostas pela Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social do Ministério dos Esportes (Snelis), visando à produção de conhecimento no campo científico do esporte e lazer, referenciadas em teorias das Ciências Humanas e Sociais, apoiadas, à época, nas seguintes linhas de pesquisa ministeriais (Brasil, 2015): 1. Memória do esporte e do lazer; 2. Perfil do esporte e lazer de estados, Distrito Federal e municípios brasileiros; 3. Programas integrados de esporte e lazer; 4. Desenvolvimento de programas sociais de esporte e lazer; 5. Observatório do esporte; 6. Gestão de esporte e lazer; 7. Avaliação de políticas e programas de esporte e lazer; 8. Infraestrutura de esporte e lazer; 9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

As estruturas conceitual e metodológica da Rede Cedes Ceará possuíam, na sua composição, um amplo projeto central (projeto-mãe) e outros três projetos bem ramificados, adequando-se às linhas temáticas da Snelis. Na figura 3, consta o organograma logístico acadêmico de pesquisa.

Figura 3 – Organograma logístico das pesquisas da Rede Cedes Ceará



Fonte: Relatório ME/Núcleo Ceará (2015).

Essa organização, para a época, foi considerada audaciosa do ponto de vista científico, pois integraria os três projetos entre si e ao projeto-mãe, resultando em um arcabouço de pesquisa final transcrito para livros, artigos e difusão técnico-científico-cultural em eventos de natureza acadêmica. Mais à frente, são detalhadas as metas do Núcleo.

O Projeto 1 era denominado Pesquisa 1 – Avaliação da participação popular das políticas públicas de esporte e lazer no município de Fortaleza no período de 2013-2016. Constavam, como objetivos: conhecer as linhas orientadoras subjacentes ao pensamento político estratégico das propostas de fomento e apoio à atividade física, desportiva e ao lazer; analisar a intervenção autárquica no apoio e colaboração com o associativismo desportivo local e as práticas voltadas ao lazer; identificar espaços de discussões e decisões populares para implantação de políticas de esporte e lazer promovidos pela gestão pública de Fortaleza.

O Projeto 2 era denominado Pesquisa 2 – Políticas públicas de esporte e lazer: descrição e análise das instalações,

equipamento e práticas desportivas. Prevvia, como objetivos: identificar e classificar as ofertas desportivas e de lazer do município de Fortaleza; avaliar a adequação das instalações desportivas existentes às reais necessidades e aos interesses dos participantes.

Por sua vez, o Projeto 3 era denominado Pesquisa 3 - Estudo exploratório do panorama legal e o financiamento das políticas públicas de esporte e lazer do município de Fortaleza. Objetivava: apurar o cumprimento das atribuições e competências legais das regionais e secretarias que compõem as decisões políticas em matéria de atividades físicas, desportivas e de lazer; identificar os investimentos e o orçamento disponível para o desporto e para o lazer no montante global.

Após a descrição desse organograma/fluxograma científico, seguem as Metas e Ações técnicas produzidas pelo Núcleo Ceará, fruto das pesquisas do corpo estrutural de pesquisadores, nomeadamente composto pelo coordenador Basílio Fechine, e pelos pesquisadores Ulisses Júnior, Andreyson Calixto, Daniel Pinto e Samara Moura.

Metas e Ações

Para melhor compreensão, as Metas e Ações da Rede Cedes Núcleo Ceará serão delineadas didaticamente em três níveis:

- ações de divulgação do Núcleo;
- produção científica do Núcleo; e
- participação em eventos de natureza científica.

Ações de divulgação do núcleo

As ações tinham como missão divulgar o núcleo em território regional, firmando parcerias diversas. Dos dois eventos já mencionados, os lançamentos oficiais em janeiro (22/2) e junho (9/6) de 2016, ocorreram, respectivamente, nas cidades de Canindé e Fortaleza.

Outros se sucederam com palestras e seminários, em parceria com a Câmara de vereadores, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Convivência de Idosos (CCI) ligados à Secretaria de Assistência Social, e ações com a Secretaria de Esporte e Secretaria da Saúde de Canindé. Tais ações abrangeram temáticas de conscientização da importância das políticas públicas de esporte e lazer para a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, a inclusão social, assim como a necessidade de firmar parcerias entre essas pastas municipais, com o intuito de permitir o acesso a dados para futuras e vindouras políticas públicas conjuntas entre Rede Cedes, IFCE e o município de Canindé.

É fato que outras cidades do círculo do Sertão Central também foram visitadas, como Paramoti, Boa Viagem, Itatira e Caridade. Além de receberem as informações relativas ao Centro, a ida

às localidades possibilitou obter dados que compuseram os estudos contidos em livros, congressos e artigos. Dessa parceria com o Sertão Central, resultou o trabalho premiado no XVI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa e do 2º Congresso da Associação Latina de Filosofia do Desporto, intitulado O Perfil dos Secretários de Esporte das Cidades da Microrregião dos Sertões de Canindé-Ceará, com convite para publicação, no formato artigo original, na *Revista Portuguesa de Ciência de Desporto*.

Das ações de fomento de divulgação, houve dois outros tão importantes quanto os eventos de lançamento já mencionados. O terceiro, acontecido na cidade de Fortaleza, nos dias 19 e 20 de abril de 2016, em parceria com o Curso Tecnológico de Gestão Desportiva, coordenado pelo então pesquisador Ulisses Júnior, membro do Núcleo Ceará, além de divulgar as atividades do Núcleo e seu funcionamento, possibilitou aos novos bolsistas discentes pesquisadores um amplo espectro do que vinha a ser Políticas Públicas em Esporte e Lazer.

Concomitantemente ao II Fórum de Gestão Desportiva e Lazer do IFCE, em janelas previamente definidas, aconteceu o II Encontro de Pesquisadores e Bolsistas da Rede Cedes Ceará em espaços da Coordenadoria de Educação Física (Caef). Destarte, foi possibilitada a formação para bolsistas e alunos de outros institutos e outras universidades (UFC, UECE) com cursos técnicos em Metodologia da Pesquisa em Educação Física e em Políticas de Esporte e Lazer, ministrados pelo coordenador do Núcleo Ceará e pelo pesquisador Ulisses Júnior.

Figura 4 – II Fórum de Gestão Desportiva e Lazer do IFCE e II Encontro de Pesquisadores e Bolsistas da Rede Cedes Ceará



Fonte: Relatório ME/Núcleo Ceará (ano).

O II Fórum de Gestão Desportiva e Lazer do IFCE, gerido pela coordenação e pelo grupo docente do referido curso, proporcionou o diálogo da gestão desportiva e do lazer com a comunidade acadêmica, formada por professores, pesquisadores, alunos, técnicos administrativos e, acima de tudo, alicerçado em elementos do cotidiano da sociedade civil.

Exemplo foi a palestra proferida pelo gestor Jefferson Carlos, que apontou elementos dos Modelos de Gestão das Areninhas de Fortaleza, tecendo comentários sobre os desafios desses equipamentos para os gestores esportivos. Esse primeiro contato com a Gestão das Areninhas possibilitou o desenrolar de outras ações, que findaram em artefatos científicos sobre tal equipamento,

atrelados a variáveis dependentes e independentes relativas à participação popular nas tomadas de decisão para políticas públicas de esporte e lazer desse espaço desportivo fortalezense.

O quarto evento de divulgação do Núcleo Ceará aconteceu também na cidade de Fortaleza, nos dias 13, 14 e 15 de junho de 2018, em parceria com a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), através da Escola de Gestão Pública Municipal (EGPM).

O I Seminário Aprece de Gestão Pública Municipal de Esporte, realizado em parceria com a Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (Sesporte) e do IFCE, foi mediado, a convite, pela assessora da Sesporte, Dra. Márcia de Paula Sousa, conforme se observa na figura 5.

Figura 5 – I Seminário Aprece de Gestão Pública Municipal de Esporte

Fonte: Relatório ME/Núcleo Ceará (2018).

O I Seminário Aprece de Gestão Pública Municipal de Esporte foi um sucesso, por ter proporcionado que os membros gestores das pastas municipais de Esporte e Lazer, tanto assessores quanto secretários, conhecessem a importância das políticas públicas centradas nos anseios das comunidades e nas possibilidades administrativas de cada cidade.

As abordagens reverberaram na importância da Rede Cedes, enquanto centro de pesquisa, e na derivação de projetos através de fomento científico, transparência e trabalhos conjuntos, via Ministério dos Esportes/Snelis, acessíveis às prefeituras, possibilitando um olhar para a Ciência, com a inclusão social por meio de políticas públicas comunitárias.

Desse seminário, resultou a aplicação de questionários de investigação e entrevistas ao secretariado municipal de esporte e lazer, para a coleta de dados relativos à caracterização dos perfis dos gestores, às políticas públicas existentes, e à participação popular nas tomadas de decisões estratégicas.

De tais conteúdos investigativos, derivaram produções científicas mais amplas, que saíram da Região Metropolitana de Fortaleza

e dos sertões de Canindé mencionadas, caminhando para dados mais regionais, com publicações na *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva* e apresentação de trabalhos em eventos de Esporte e Lazer, o que aprofundaremos mais à frente, no tópico da produção científica do Centro.

Produção científica e participações em eventos científicos

Segundo o objetivo central das unidades federativas que compõem a Rede Cedes, a missão do núcleo Ceará teve como indicador científico específico a promoção de um conjunto de análises das ações públicas para o esporte e o lazer; A qualificação do debate político, articulando os conhecimentos interdisciplinares/intersetoriais; contribuindo, assim, com a sistematização, documentação e fomento de dados regionais para a inclusão social e científica dos envolvidos.

A produção científica teve como meta, articulada com o Ministério dos Esportes, as seguintes ações:

- produção de livros (3);
- produção de artigos em revistas/periódicos e participação em eventos de natureza científica.

Produção de livros

O desenvolvimento das sociedades e a evolução cultural dos seus membros não caminharam desatrelados da fundação dos artefatos literários, os livros. Nesse retângulo, às vezes um quadrado feito de papel ou em *designer e-book* (mais moderno), não importa o formato, o livro possibilita aos indivíduos registrarem momentos, fatos, ações, de um recorte de tempo, ou não, muito importante para a memória da sociedade, influenciando-a. Para tal, a produção literária da Rede Cedes, no período 2016/2020, resultou nas seguintes obras:

- 1) *Política e Cultura em Educação Física, Esporte e Lazer*;
- 2) *Formação e Práticas Pedagógicas em Educação Física, Esporte e Lazer*;

3) *Espaços de Esporte e Lazer na Cidade de Fortaleza.*

O livro *Política e Cultura em Educação Física, Esporte e Lazer* (figura 6), segundo Basílio Fechine e Daniel Pinto, teve como objetivo:

[...] apresentar estudos teóricos, metodológicos e práticos de compreensão e delineamento das políticas, programas e projetos sociais no campo da Educação Física, Esporte e Lazer. Estudos que analisam a Educação Física, o esporte e o lazer através das diferenças de classe, das relações étnico-raciais, do sentido estético, do consumo e produção de sua diversidade cultural (FECHINE *et al.*, 2020a, p. 9).

Figura 6 – Capa do livro *Política e Cultura em Educação Física, Esporte e Lazer*



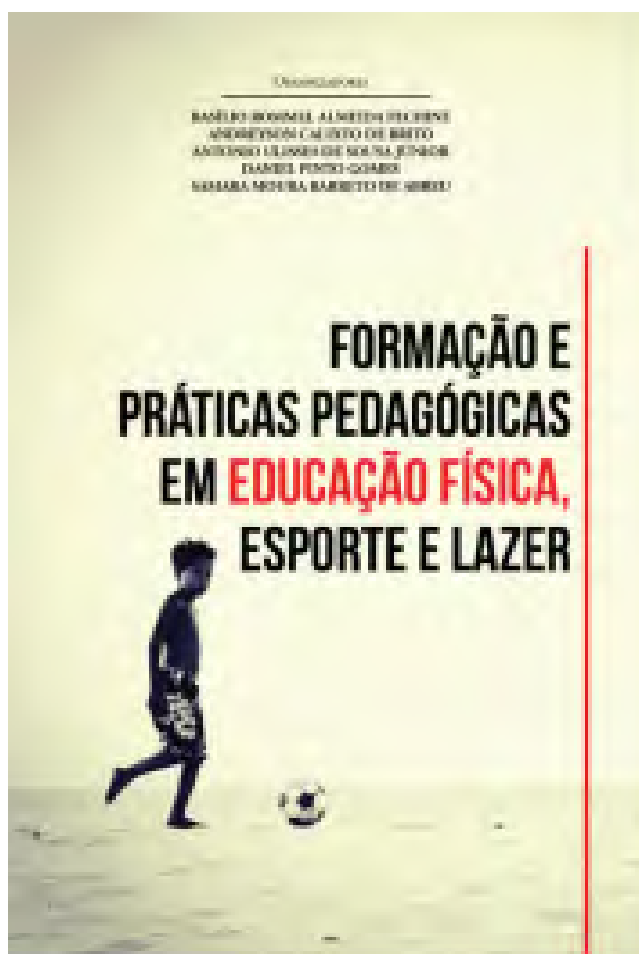
Fonte: Fechine *et al* (2020).

O livro contém 12 capítulos, divididos em duas partes prefaciadas pelo professor Lino Castellani Filho (da Universidade de Brasília – UnB, 2013/2017; e da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 1986/2011). Envolvendo produção da Rede Cedes Núcleo Ceará, destaca parcerias com pesquisadores de outras instituições, ligados a laboratórios, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação no Centro Universitário Inta (Uninta); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), UFC, Uece, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade de Brasília (UnB) e do próprio IFCE, além de colaboradores da Secretaria do Esporte e Juventude do Ceará (Sejuv).

O livro *Formação e Práticas Pedagógicas em Educação Física, Esporte e Lazer* (Figura 7), como indicam Basílio Fechine e Samara Moura, teve como objetivo:

[...] divulgar um construto dialógico acerca da Formação e Práticas Pedagógicas em Educação Física, Esporte e Lazer, buscando reconhecer as implicações formativas nas territorialidades da Educação Básica e/ou Superior assim como em programas e projetos sociais, cujas experiências apontem para o devir crítico-reflexivo. Com Proposições teóricas e/ou práticas que substanciem a mobilização de saberes docentes em Educação Física. Categorizados em temáticas centrais na: Educação Física, Formação, Prática Pedagógica, Saberes Docentes, Esporte e Lazer (FECHINE, 2020b, p.7).

Figura 7 – Capa do livro *Formação e Práticas Pedagógicas em Educação Física, Esporte e Lazer*



Fonte: Fechine et al. (2020).

O livro contém 11 capítulos, divididos em três eixos temáticos integradores, nomeadamente: Práticas da educação física na educação básica; Formação docente em educação física; Educação física e os territórios da práxis extensionista. Foi prefaciado pelo professor titular Dr. Mauro Vago da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1986/2022). Envolvendo a produção da Rede Cedes Núcleo Ceará, destaca parcerias com pesquisadores de outras instituições, ligados a laboratórios, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação na UFC, Uece, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco (IFPE), além de professores-pesquisadores da rede estadual de ensino do estado do Ceará.

O livro *Espaços de Esporte e Lazer na Cidade de Fortaleza*, em formato de Cartilha (Figura 8), conforme expõe Daniel Pinto, é voltada especificamente para a cidade de Fortaleza:

[...] traz nessa obra sua diversidade cultural, algumas de suas contradições, além de sua beleza e força estética, que representam o espaço das sociabilidades dos fortalezenses através do esporte e do lazer. O projeto inicial do trabalho foi todo pensado com bastante carinho, em incansáveis reuniões que fortaleceram o modo de fazer dos autores em cada um dos capítulos. O Núcleo Ceará, do Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede Cedes) da Secretaria Especial do Esporte (Ministério da Cidadania), através da parceria com professores de educação física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), dialogou com vários fotógrafos, artistas e esportistas locais. A comunicação no grupo, a demonstração e compartilhamento dos dados durante todo o processo de construção do material resultou neste guia que convida as pessoas a conhecer, preservar e construir a identidade das práticas de esporte e lazer da cidade (FECHINE *et al*, 2020c, p.5).

Figura 8 – Capa da cartilha *Espaços de Esporte e Lazer na Cidade de Fortaleza*



Fonte: Fechine *et al*. (2020).

De acordo com Basílio Fachine e Daniel Pinto (2020, p. 17) o referido livro/cartilha/guia:

[...] está dividido em dez capítulos, partindo dos ambientes mais abrangentes em relação às práticas de esporte e lazer realizadas em seus espaços, tais como praias, lagoas, praças, parques e centros culturais, seguindo para espaços mais restritos, como estádios, ginásios e areninhas (campos de futebol).

Esta cartilha conta um pouco das histórias do povo fortalezense por meio da implicação cartográfica dos equipamentos de esporte e lazer.

Produção de artigos em revistas/periódicos e participação em eventos de natureza científica

As produções científicas em formato de artigos científicos e participação em eventos da mesma natureza foram nomeadas, com o intuito de apresentar um panorama geral dos caminhos percorridos pela Rede Cedes Núcleo Ceará iniciados em 2016 até o presente ano de 2023.

Artigos/Periódicos em:

- *Revista Motricidade;*
- *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva;*
- *Revista Brasileira de Ciências do Esporte;*
- *Revista Conexões – Educação Física, Esporte e Saúde;*
- *Revista Cocar – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará;*
- *Lecturas: Educación Física y Deportes.*

Participação em eventos de natureza científica:

- XVII Encontro de Pós-graduação e Pesquisa – Unifor: Fortaleza/Ceará – 2016;
- XVI Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa – Porto: Faculdade de Desporto/

UP – Portugal – 2016. Trabalho premiado: Perfil dos Secretários de Esportes das Cidades da Microrregião dos Sertões de Canindé/CE/Brasil;

- 28º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel) – IFRN – Rio Grande do Norte – Natal/2016;
- 1º Encontro Internacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer na Rede Cedes do RN (Enippel) – IFRN – Rio Grande do Norte – Natal/2016;
- 6º Congresso Nordeste de Ciências do Esporte (Conece) – IFRN – Rio Grande do Norte – Natal/2016;
- II Congresso de Educação Escolar do Ceará, Oficina Teórica: Lutas na EFE – Uece: Fortaleza/Ceará – 2017;
- Encontro Internacional de Jovens Investigadores: Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza – Ceará – 2017;
- II Encontro Científico do Dia Internacional do Brincar – Tema: Gestão, Recreação e Lazer: Políticas Públicas de Formação – UFC: Fortaleza/Ceará – 2018;
- XVII Congresso de Ciências do Desporto e de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa – Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará – Brasil – 2018. Trabalho premiado: Experiências Autoformadoras de Licenciados em Educação Física no Pibid: Aprendizagem para Docência;
- XXI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – UFRN/2019;
- VIII Congresso Internacional de Ciências do Esporte – UFRN/2019;
- XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – UFMG/2021;
- IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte – UFMG/2021.

Comissões Regionais envolvendo Políticas Públicas de Esporte e Lazer

- Comissão de Projetos Esportivos e Paradesportivos Incentivados (CPepi) do Governo do Estado do Ceará – 2020/2022.

Considerações finais

O Centro de Pesquisa Rede Cedes, Núcleo Ceará, com suas pesquisas, objetiva fornecer indicativos que, futuramente, contribuam com a formação de agentes qualificados para atuar com o Esporte e o Lazer no cenário regional, na perspectiva de integração dos saberes e, principalmente, na integração da inclusão nacional, assim como colaborar com as políticas públicas democráticas para o Esporte e o Lazer, ampliando o acesso a experiências mais críticas, criativas, lúdicas, significativas e esperançosas. Também potencializar propostas, destinos e a qualidade de vida, primeiramente no Ceará, e, por consequência, no Brasil, pois, como já dizia Paulo Freire (1992, p. 10-11), a esperança é o que nos move.

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, a pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial, como digo mais no corpo desta *Pedagogia da esperança*, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã. Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desderrêça e se torna

desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo.

Assim, o Núcleo Ceará e os seus três projetos científicos conduziram as pesquisas no Esporte e Lazer, variando em relação à utilização de aportes próprios da pesquisa quantitativa-descritiva. Caminhando com características que permearam as pesquisas qualitativa, bibliográfica, documental, histórica, sociológica e pesquisa-ação também. E, em alguns momentos, apresentou cunho fenomenológico, ou seja, evitou-se trabalhar com um referencial teórico definido antes do trabalho de campo.

Outros, por sua vez, já trouxeram consigo, previamente definido, o arcabouço teórico que alicerçou o estudo, orientando o desenvolvimento de todo o trabalho pré e pós análise situacional. Dessa maneira, diversos aportes teórico-metodológicos foram apresentados nos projetos e no decorrer da investigação, o que proporcionou a lapidação do processo de construção do estado da arte.

Em curto, médio e longo prazos (pois ainda caminhamos em sentido de sobrevivência do Núcleo), esperamos observar impactos positivos relativos aos diferentes personagens desse processo, a saber, professores, monitores, bolsistas, pesquisadores, gestores e parceiros colaboradores do projeto. Tais impactos estão relacionados com o processo de identificação de problemas, soluções definidas e a capacidade de reformulação pedagógica das políticas públicas de esporte e lazer.

Aos participantes dos programas desenvolvidos pelos órgãos municipais, alvo deste estudo, e aos gestores locais que nos forneceram informações relevantes, esperamos ter desenvolvido uma cultura de hábitos de saúde relacionados à

importância de políticas públicas que possam ajudar a interpretar a realidade das práticas de Atividade Física, Esporte e Lazer, fruto da participação social em prol da aquisição de atitudes positivas na vida, com políticas públicas que realmente ajudem a solucionar os problemas de determinado grupo social, com projetos e programas bem delineados e que façam sentido para o povo.

É inequívoco que a representação científica e cultural da ação programática da Rede Cedes, originada no Governo do Presidente Lula (2003), solidificada na Gestão da então Presidente Dilma Rousseff (2015) e atrelada ao Ministério dos Esportes, representou e continua a representar (mesmo com a espera de renovação de edital), um avanço significativo no campo das políticas públicas de Esporte e Lazer, pois fomentou, disseminou e induziu o debate público

relacionado às arenas decisórias no campo da gestão das políticas públicas de Esporte e Lazer.

O dismantelo continuado acontecido nos governos golpistas de Michel Temer (2016) e Jair Bolsonaro (2018), com o desmonte do Ministério e o bloqueio das execuções financeiras, com o intuito de obscurecer as conquistas, fruto da participação e coesão social entre universidades/institutos e a população, estavam com os dias contados, pois não conseguiam fragmentar nem dispersar as vozes acadêmicas que continuam a se articular e que sobreviveram ao período sombrio que acometeu o Brasil, pois continuam a alimentar bravamente o intelecto com produções, e os corações com esperança e laços científicos de uma produção realmente humana, originada nas Ciências Humanas, voltada para o Esporte e o Lazer da nação.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. **Secretaria Especial do Esporte - Ministério dos Esportes**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/rede-cedes>. Acesso em: 9 Abr. 2023.

FECHINE, B. R. A. **Política e cultura em educação física, esporte e lazer**, Fortaleza: IFCE, 2020a.

FECHINE, B. R. A. **Formação e práticas pedagógicas em educação física, esporte e lazer**. Fortaleza: IFCE, 2020b.

FECHINE, B. R. A. **Espaços de esporte e lazer na cidade de Fortaleza**. Fortaleza: IFCE, 2020c.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Carta internacional da educação física e do esporte da Unesco**, 21 de novembro de 1978. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por. Acesso em: 10 mar. 2023.

6

“Somos a semente, ato, mente e voz”: Memórias da comissão de proposta de mestrado em Educa- ção Física do IFCE

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima

Nilson Vieira Pinto

Raphaell Moreira Martins

Valter Cordeiro Barbosa Filho

1 Introdução

Como se fora brincadeira de roda (memória) Jogo do trabalho, na dança das mãos (macias) [...] Vai o bicho homem fruto da semente (memória) Renascer da própria força, própria luz e fé (memória) Entender que tudo é nosso, sempre esteve em nós (história) Somos a semente, ato, mente e voz (magia)”

(Gonzaga Jr., Luiz, 1981)

Iniciar este escrito constituiu-se em um desafio multidimensional de memórias, inclusive, as mais emblemáticas, que estão na esfera afetiva. Poderia traduzir-se e restringir-se como uma simples descrição da experiência de elaboração de uma proposta de curso, mas, o que, de fato, houve foi uma incursão de cenas sensíveis, que consideramos significativas resgatá-las, para elucidar como transcorreu a construção do projeto de Curso de Mestrado em Educação Física do IFCE.

Os atores principais dessa trama foram uma professora e três professores da área de Educação Física que, “no jogo do trabalho na dança das mãos”, identificaram o desejo (aprovar o Mestrado em Educação Física para o IFCE junto

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes), qualificaram a força (conhecimento), encontraram a luz (o apoio institucional), e adotaram a fé (coesão das boas energias). Assim, utilizando a paráfrase de Gonzaga Jr., seguiram para realizar o desejo que, desde o início, transparecia ser arrojado demais para as condições objetivas em que esse quarteto estava inserido nos processos de trabalho impostos pelo IFCE.

Atitudes, palavras, reuniões, confidências, atas, documentos institucionais, planilhas, pesquisas, levantamento de dados, busca de pares, desilusões, silêncios, expressões de força, esperança, e constante renovação da fé foram muitos os registros e efusivas as memórias! Dos mais sensíveis e afetuosos, como receber um pratinho de bolo das mãos de um pró-reitor, em uma festa de São João, quando saímos de uma reunião na reitoria, numa sexta-feira à noite, aos mais desoladores, pasmem, quando um gestor declarava, sem cerimônia, não interessar ter um curso de Mestrado em “seu” *campus*.

As exemplificações supracitadas servem de expressão de como a trajetória

para a aprovação de um curso de pós-graduação, no Brasil, não se desdobra meramente por aspectos burocráticos e fincados no campo da produção acadêmica, tais como: quantidade de artigos, livros e capítulos de livro produzidos pelos docentes da proposta; qualidade e efetividade dos grupos de pesquisa em que os docentes participam; número de projetos de pesquisa dos docentes na área de concentração do curso de pós-graduação; e fatura de orientações em níveis de Mestrado e Doutorado de cada docente da proposta.

Esses aspectos comunicam, para a Capes, que existe pesquisa sobre determinada área acontecendo em uma Instituição de Ensino Superior (IES). No entanto, com base em nossa experiência, não demonstra ser o ponto fulcral da aprovação de um curso de pós-graduação. Acreditamos que, para além da métrica da produção acadêmica avassaladora, que assola a pós-graduação no Brasil, uma autêntica aprovação de um Curso de Mestrado em Educação Física ocorre quando existe algo encarnado em uma proposta com “alma”, que garante a fundação necessária para ser constituído um Curso de Mestrado potente e robusto.

Assim, na organização deste escrito, pretendeu-se transitar por esse mosaico de imagens que representam a incessante vontade de aprovar esse curso. Dessa forma, são contextualizadas as três submissões de propostas de Curso de Pós-graduação em Educação Física feitas à Capes e, posteriormente, apresenta-se um breve relato dos quatro autores sobre como foi essa experiência da submissão de propostas.

A primeira oportunidade em que os docentes citados engajaram uma submissão de Apresentação de Proposta de Curso Novo (APCN), o Mestrado Profissional em Educação Física, foi em 2017. Tratava-se de uma proposta na modalidade profissional, na qual se assumiu a Educação Física como área de avaliação e a Educação Física Escolar como área de concentração.

Essa proposta de Mestrado apontava

como objetivos: capacitar e qualificar profissionais docentes para o desenvolvimento de pesquisas na área da Educação Física, interagindo sobre os processos de ensino e aprendizagem no desenvolvimento do conhecimento formativo educacional, para atender às demandas emergentes da sociedade, como o aprimoramento do ensino da Educação Física na educação básica e no ensino técnico e profissional, contribuindo para a produção do conhecimento; qualificar as práticas pedagógicas; e incentivar a adoção de estilo de vida ativo e saudável, incluindo, sobretudo, práticas corporais que corroboram a saúde de crianças e adolescentes.

Tinha como perfil de egresso o(a) professor(a)/pesquisador(a) preparado(a) para reflexões e práticas voltadas para a área de conhecimento da Educação Física escolar, favorecendo soluções para processos de ensino, pesquisa e criação (inovação), podendo articular diferentes saberes e métodos da complexidade do cenário contemporâneo da Educação e da rede produtiva do ambiente educacional.

A comissão responsável por essa proposta foi coordenada pela professora doutora Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, e composta por 11 professores de Educação Física do IFCE – Portaria GR n. 834, de 18 de agosto de 2017.

Na ocasião, havia 77 docentes efetivos da área da Educação Física, no IFCE, distribuídos em 22 *campi*, classificados como 18 especialistas, 34 mestres, 13 em doutoramento, e 12 doutores. Tínhamos o número mínimo de doutores para a submissão, portanto, precisaríamos confiar que os critérios individuais de produção técnico-acadêmica e atuação profissional seriam suficientes para o êxito da proposta.

A primeira reprovação foi publicada em setembro de 2018. Foram pontuados: ausência de documentos que declarassem o apoio do IFCE na implantação e no êxito do Programa; inconsistências na articulação curricular; e baixa produtividade docente.

A segunda oportunidade em que os

docentes engajaram uma submissão de APCN, foi em 2019. Nessa ocasião, permanecemos na modalidade Profissional, denominando o programa de Ensino da Educação Física, tendo o Ensino como área de avaliação e a Educação Física como área de concentração.

Entre os objetivos descritos nessa proposta, estavam:

refletir, contextualizar e produzir conhecimentos sobre a prática pedagógica e a democratização do acesso às práticas corporais, além de elaborar e implementar estratégias de intervenção que busquem auxiliar o desenvolvimento do ensino tematizado e contextualizado da Educação Física em seus vários espaços no mundo do trabalho. Acrescenta-se a proposição de ferramentas para a avaliação desses aspectos, a elaboração de meios intervencionistas e avaliativos para a promoção da atividade física, do exercício físico, da qualidade de vida e da saúde em todos os âmbitos de ensino da Educação Física (IFCE, 2019, p. 31).

A proposta de Mestrado Profissional em Ensino de Educação Física indicava como perfil de egresso um profissional/pesquisador capaz de atuar e refletir, individual e coletivamente, no aprimoramento dos aspectos balizadores do ensino voltados à área de conhecimento em questão, tais como: metodologias de ensino e aprendizagem; teorias da Educação e da Educação Física; integração curricular; atuação docente; práticas corporais extracurriculares; Educação Física e Saúde; Educação Física e lazer; e gestão desportiva.

A comissão responsável por esta proposta foi coordenada pelo professor doutor Nilson Vieira Pinto e composta por cinco professores de Educação Física do IFCE (PORTARIA GABR/Reitoria n. 325, de 24 de abril de 2019).

Apostando no caráter interdisciplinar valorizado pela Capes na área do Ensino e objetivando aumentar os índices de produtividade técnico-acadêmica da proposta, essa segunda foi submetida com 15 docentes permanentes,

contando com a participação de quatro docentes de áreas interdisciplinares à Educação Física.

Recebemos a segunda reprovação em novembro de 2019, na qual foram pontuadas a necessidade de projetos de pesquisa colaborativa entre os docentes do programa e a fragilidade na produção acadêmica e técnica, e na experiência com a orientação de alunos. Notavelmente, foi uma avaliação mais acolhedora, entretanto, ainda desaprovada pela Capes.

Nesse “jogo do trabalho, na dança das mãos”, ao final de cada negativa, o choro era silenciosamente percebido – “suor da vida”. Nós quatro emudecíamos e, na pausa, levantávamos reflexões. Vale lembrar que, despretensiosamente, houve o incremento da experiência e do conhecimento técnico. Já os cansaços físico e mental esgotavam-se, a cada negativa, e eram reabastecidos inexplicavelmente – “calor de irmãos”.

Parece razoável, em tempos de valores flutuantes, sucessos imediatos e conhecimentos cibernéticos, o “lugar mágico” deve ser concedido tão logo desejado, caso contrário, é um dano vergonhoso deparar-se com um grupo de docentes, doutores, tendo submissões negadas. Isso não foi empecilho para continuarmos. Tivemos duas negativas. Eram choros, reflexões, reuniões, pausas, cansaço, quase desistência, modificação dos membros das comissões, mas os quatro estavam lá!

Uma nova oportunidade surgiu em setembro de 2021, com um edital de chamada pública para adesão de IES ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF). Para a Região Nordeste, território do qual o IFCE faz parte, foram oportunizadas duas vagas. A proposta deveria contar com quatro docentes permanentes, um deles na função de coordenador, e a produção deveria contemplar a área de Educação Física escolar.

A comissão responsável por essa proposta foi coordenada pelo professor

doutor Raphaell Moreira Martins e composta por quatro professores de Educação Física do IFCE, autores deste capítulo (PORTARIA GABR/Reitoria n. 1.159, de 23 de agosto de 2022).

As áreas de avaliação do ProEF, de acordo com a Plataforma Sucupira da Capes, são as seguintes: área básica (Educação Física – 40900002); área de avaliação (Educação Física); área de concentração do programa (Educação Física Escolar); ano de início (2018); nota do curso (3). O objetivo do ProEF é aprofundar a formação de professores em exercício (em serviço), na Educação Física, potencializando seus conhecimentos e intervenções na educação infantil, nos ensinos fundamental e médio, nas redes públicas de ensino, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no país.

Nessa seleção, o IFCE foi aprovado fora das duas vagas, entretanto, em menos de um ano, já no ano de 2022, foi convidado a compor o quadro de IES na Rede Nacional do ProEF. Em 2023, o IFCE oficializou a sua primeira turma, com a entrada de oito mestrandos: cinco por ampla concorrência; dois por vagas afirmativas de relações étnico-raciais; e um em vaga para pessoa com deficiência. Em adição, recebeu duas alunas para Estágio Pós-doutoral, uma delas, professora efetiva do IFCE e, dessa forma, oportunizando, já na sua primeira turma, a formação continuada de seus professores. Vale destacar que o IFCE foi o polo do ProEF mais disputado para a turma de 2023.

Com quatro atores, as cenas de esforço e encorajamento foram protagonizadas ao longo de cinco anos (2017-2022), e as nossas memórias serão socializadas nas próximas quatro seções: 2. Memórias de Patrícia; 3. Memórias de Nilson; 4. Memórias de Raphaell; e 5. Memórias de Valter.

2 Memórias de Patrícia

Todo mundo gostaria de se mudar para

um lugar mágico. Mas são poucos os que têm coragem de tentar.

(ALVES, Rubem, 2015)

Rubem Alves, brevemente, nos induz a refletir. O “lugar mágico” é a aprovação do Mestrado em Educação Física do IFCE, o ProEF implementado no *campus* Caucaia, em março de 2023, conquistado arduamente no decurso de cinco anos (2017-2022), num processo oficializado por meio de três portarias institucionais de comissão de professores para elaboração de proposta de Curso de Mestrado (2017, 2019 e 2022) respectivamente.

Em cada edição, modificavam-se: os membros constituintes; a coordenação do curso; a concepção do curso; a matriz curricular; as linhas de pesquisa; até a área de avaliação da Capes. De outro modo, a tematização do Mestrado na Educação Física, alguns dados institucionais, o apoio importante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI), e os quatro docentes que assinam este capítulo, permaneceram em todas as propostas de submissão.

Chegamos ao lugar mágico! As tentativas foram ousadas, empíricas, técnicas, porém, persistentes. A fruição diária de ter a Educação Física como objeto de trabalho traduz sermos essencialmente sensíveis e criativos. Nesse ínterim, nosso corpo abriga o repertório dos sentimentos, sonhados ou experienciados, para maturá-los, adormecê-los, ou mesmo para explorá-los, quando evocados.

Assim, precisei reportar-me a uma tarde de abril de 2017, em que estava visitando a Reitoria do IFCE, participando de reunião de um Programa de Pós-Graduação em que ministro aula, o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Na ocasião, havia professores e alguns coordenadores de programas de pós-graduação, interessados em organizar propostas de Cursos de Mestrado.

Na pauta, havia um edital da Capes para abertura de novos cursos. Naquele ensejo, pedi a palavra em nome da Educação Física para que nos dessem

a oportunidade de escrever um APCN para nossa área. Justifiquei inicialmente que tínhamos três cursos de graduação em Educação Física no IFCE, em média, 48 cursos no âmbito do Ceará, e nenhum curso de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física para qualificar seus docentes e profissionais egressos da Educação Física do nosso estado, os quais, historicamente, migravam para áreas afins, a fim de cursar uma pós-graduação. A PRPI nos apoiou prontamente, e, naquela ocasião, vale lembrar, preciso agradecer especialmente a primeira pessoa que nos ouviu, a professora Joyce Carneiro; seguidamente, o professor Fábio Mendonça. Muito obrigada!

E tudo começou.

Quase sem acreditar que o nosso sonho, naquele momento, estava começando a ser institucional, corri, vibrante de alegria, e chamei o amigo, professor Nilson Vieira, que logo se entusiasmou. Comemoramos a largada, tomando vinho juntos; elaboramos alguns planos e seguimos em busca de outros amigos para chegarmos ao “lugar mágico”.

3 Memórias de Nilson

Os trajetos que perfazem as minhas memórias combinam sentimentos e ações pessoais e profissionais. “Alcançar aquele universo que sempre se quis e que se pôs tão longe na imaginação” não traz um sonho individual, na verdade, exprime necessidades social e comunitária na área da Educação Física no Ceará.

Foram incontáveis as reuniões ao longo desses anos. Iniciamos em 2017, com muita vontade de realizar esse sonho, mas sem muitas opções assertivas. Como já dito, precisávamos contar com todos(as) os(as) professores(as) de Educação Física que tivessem o doutoramento concluído, independentemente de interesses pessoais e produções acadêmicas.

Nessa tentativa, comentávamos, nas reuniões, sobre a possibilidade da primeira reprovação e nos confortávamos com a ideia de que estávamos aprendendo

e amadurecendo no percurso propositivo, embora, confesso, existisse o nítido e inevitável sentimento de aprovação, afinal, cada palavra foi precisamente e intencionalmente discutida pelo grupo e inserida na proposta.

Em uma segunda caminhada, já um pouco mais experientes na escrita e nas reflexões, por percebermos que a pós-graduação *stricto sensu* na área de avaliação em Educação Física se corporifica predominantemente pelas relações biológicas e que ousadamente tínhamos uma proposta essencialmente escolar, assumimos o Ensino como uma área de avaliação, propondo, como nome do Programa Mestrado em Ensino da Educação Física.

Diante de uma proposta inovadora e direcionada à Educação Física escolar, procuramos nos fortalecer produtivamente, nessa área. Eu, oriundo das produções biomédicas, tive que me redirecionar a produções técnicas e acadêmicas, para que pudéssemos ter um grupo positivamente avaliado nessa nova proposta. Nesse ínterim, convidamos os colegas professores de Educação Física a produzir o livro *Transfazer do Ensino na Educação Profissional e Tecnológica* (2020) e ampliamos nossas ações colaborativas interinstitucionais.

Nesse processo de permuta produtora, fui me apaixonando pelas oportunidades de conglutinar a minha história de vida na Educação Física com a minha trajetória acadêmica na formação de professores e me emocionando com os novos horizontes prelecionadores.

Lembro-me do brilho dos nossos olhos quando finalizamos a escrita desta segunda proposta de APCN. Os sonhos foram reflorestados, mesmo quando escutávamos que seria improvável a aprovação de um programa *stricto sensu*, no Nordeste deste País, na segunda tentativa.

Após a segunda reprovação, precisávamos de um pouco de fôlego. Ventilamos o adiamento de uma nova tentativa, mas não imaginávamos que seríamos

obrigados a isso por conta de uma pandemia.

Em 2021, nosso fôlego foi retomado com intensidade e contentamento, ao sabermos do edital de adesão ao ProEF. Ao mesmo tempo, nos preocupávamos com o prazo exíguo para atender a todas as demandas necessárias para a aprovação. Corríamos contra o tempo, alimentados pela possível realização do sonho de tantos(as) professores(as) de Educação Física: “...Vai como a criança que não teme o tempo”.

Nessa “dança das mãos”, preciso agradecer às professoras Joelia Marques de Carvalho (pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação) e Maria do Socorro de Assis Braun (chefe do Departamento de Pós-graduação) que nos apoiaram obstinadamente na proposta de adesão.

Nesse terceiro “jogo do trabalho” fomos “aprovados” duas vezes. Na primeira, quando, embora não tenhamos ficado dentro das vagas, identificamos nossa excelência acadêmica e profissional, posicionando-nos a uma pequena distância avaliativa das instituições contempladas. Na segunda, ao sermos convidados a compor esse quadro institucional, no ano seguinte.

Hoje, celebramos a existência de um Programa de Mestrado em Educação Física no IFCE. Hoje, nossos professores de Educação Física, que atuam na rede pública de ensino, já podem cursar uma pós-graduação *stricto sensu* perto de casa. Nossos sonhos e de tantos(as) já tomam forma e assumem uma linda trajetória de (trans)formações humana, social e profissional.

4 Memórias de Raphaell

A primeira imagem simbólica que expresse, nesta esteira de memórias, é descendo as escadas da estação rodoviária de Campinas/SP, no ano de 2015, para cursar o doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Rio Claro/SP. Naquele momento, estava vivenciando o que muitos cearenses já

atravessaram, em seu êxodo complexo, na busca de “condições melhores de vida”.

Por se tratar de um movimento no campo da formação acadêmica, acolhia como meta pessoal garantir que outras e outros da área de Educação Física não precisassem deixar a sua família por um razoável tempo e sair do seu estado natal para cursar uma boa pós-graduação, em que se estudasse autenticamente as grandes questões da Educação Física.

Esse ponto de partida é consistente em minhas memórias, ao reconhecer que buscar estudar em outras IES, no Brasil e fora do país, é fundamental para o engrandecimento da Educação Física no Ceará, e estamos refletindo que essa opção é válida quando existem condições objetivas para essa iniciativa e é opção do sujeito estudar fora. Diferente é quando se realiza essa ação como única opção para dar excelência à sua formação acadêmica.

De fato, nas três oportunidades em que submetemos uma proposta de pós-graduação na área de Educação Física, por meio do IFCE, particularmente, investíamos muitas expectativas emocionais, ao buscar nas lembranças que professoras e professores cearenses de Educação Física poderiam alcançar a pós-graduação de uma forma mais palpável e menos turbulenta, por ser cursada no estado do Ceará e no IFCE.

Nas diversas ocasiões em que encaminhamos uma proposta de pós-graduação, mesmo com todas as adversidades que é ser aprovado em uma submissão tão severa, rigorosa, no meu coração, no meu corpo consciente, acreditava grandemente que seríamos bem-sucedidos. Por essa razão, vou dedicar as minhas últimas observações a respeito das cenas finais deste filme sobre as memórias de criar uma Pós-Graduação em Educação Física no estado do Ceará.

Quando participamos do edital para inclusão de novas IES associadas ao ProEF, em rede nacional, concorreremos a duas vagas para a Região Nordeste. O IFCE foi o único a ousar competir com as universidades federais e universidades

estaduais da nossa região. Para ampliar a complexidade, o prazo para apresentar uma proposta era menor do que um mês, ou seja, precisávamos construir um bom projeto de Mestrado praticamente da estaca zero.

Pela qualidade das outras IES da região, não ficamos dentro das vagas, e destacamos que a diferença da primeira colocada para o IFCE foi menor do que um ponto avaliativo. No entanto, a terceira reprovação veio como um balde de água ultragelada em meu corpo consciente. Comecei a refletir se o meu envolvimento nessas submissões não seria um fator limitante. A energia inesgotável de esperança, começava a demonstrar certa instabilidade.

No entanto, quase um ano depois, um *e-mail* com um convite para o credenciamento do IFCE no ProEF trouxe um remoinho de emoções. Sabíamos que teríamos muitos afazeres até a aula inaugural, contudo, todo o trabalho, até então, estava começando a ser recompensado. A aula inaugural efetiva foi no dia 24 de março de 2023. Na ocasião, estávamos trazendo à tona um trabalho de quase seis anos.

Portanto, fico com o sentimento do dever cumprido e com o orgulho de ter trilhado esse caminho ao lado de docentes que acreditavam numa causa nobre: a de oportunizar a Pós-Graduação em Educação Física no estado do Ceará. Sinto-me vivendo a história em ato, ao compreender que, nos próximos anos, tudo o que envolve pesquisa em nível de pós-graduação *stricto sensu*, na área de Educação Física, no estado do Ceará, vai se conectar com o ProEF/IFCE.

5 Memórias de Valter

São muitas as trajetórias de vida que se entrelaçam para estarmos, neste capítulo, memorando um Curso de Pós-Graduação em Educação Física no Ceará. São desejos, experiências, frustrações e projetos de vida que alicerçam o dizer que o Ceará é um estado brasileiro com o Programa de Pós-graduação, nesse campo profissional, tão relevante socialmente, porém, tão

recente enquanto campo de conhecimento – e, como todo campo, em construção e disputa. Algumas das minhas memórias alimentam esse momento de relembrar e celebrar tamanha conquista.

Uma delas é de cunho pessoal; porém, representa o sonho e a trajetória de muitos professores de Educação Física cearenses. Trata-se da necessidade de sair de casa e morar em outras regiões do Brasil, para ter a oportunidade de obter a formação continuada em nível de Mestrado e Doutorado.

Em 2009, quando o sonho da Pós-Graduação era o passo seguinte da formação, só existia um único programa de Educação Física nas Regiões Norte e Nordeste, um Curso de Mestrado em associação com a Universidade de Pernambuco e a Universidade Federal da Paraíba. Lembro-me que, em janeiro de 2009, ao iniciar a preparação, entrei nos *sites* dos programas de todo o país para buscar programas que autorizassem alunos concluintes da graduação a fazer a seleção do Mestrado sem o diploma, mas com a declaração de conclusão naquele ano.

Após diversas negativas, poucas opções restaram. É emblemático lembrar uma ida à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, instituição onde estudava, para fazer uma ligação interurbana para a Universidade de Pernambuco e confirmar se poderia ou não fazer a inscrição na seleção de Mestrado. Só seria possível ligar com o apoio institucional e do meu orientador da época, saudoso professor Nicolino Tromprieiri Filho, a quem muito devo por toda a trajetória de lições e experiências.

Lembro-me, como hoje, da conversa com o coordenador do programa, ao ligar. Ao questionar se poderia fazer a inscrição na seleção, ele me confirmou que somente alunos com o diploma poderiam se matricular, sob a justificativa de não ter a garantia de que o candidato iria concluir a graduação logo, ao se matricular no Mestrado. Ali, o sonho de Pós-Graduação ficaria mais distante. Curioso que, hoje, tanto tempo depois,

e com a amizade pessoal estabelecida com o mesmo coordenador do programa daquela época, sempre comento com ele sobre a relevância do trabalho de termos Cursos de Pós-Graduação na Região Nordeste, porque, sem dúvidas, permanecer no Nordeste seria muito mais fácil.

Ciente de que o Sudeste e o Sul eram as únicas possibilidades, adotei a estratégia de contactar, por *e-mail*, professores dos cinco Programas de Pós-Graduação que aceitavam alunos concludentes, dois no Sudeste e três no Sul do país. Entre negativas e justificativas (como, por exemplo, só seria possível cursar o Mestrado em outra instituição após um tempo como voluntário nos grupos de pesquisa da Instituição), portas foram abertas para fazer a seleção de Mestrado na Universidade Federal do Paraná. Foi um mês imerso no frio, provas específicas e de proficiência em Língua Inglesa, entrevistas, até, por fim, realizar um sonho e um projeto de vida nessa universidade.

Esses são alguns dos detalhes que justificam nosso amor, como base para a dedicação deste grupo em criar e ofertar o Curso de Pós-Graduação no IFCE, porque, nas trajetórias de muitos de nós – nós mesmos e muitos colegas professores do Ceará e do Nordeste –, a única opção foi sair de casa e nos dedicar aos estudos e à atuação profissional em outras regiões do país.

Possibilitar a oferta do curso, no Ceará, é, antes de tudo, o maior contributo social desse programa, porque favorece a mudança de vida e do campo profissional implicado na nossa própria realidade, para que as pessoas possam ser beneficiadas pelo fortalecimento do ser professor e de um campo profissional de imediato.

Nessa trajetória, o início dos trabalhos no IFCE, em 2017, permitiu-me a aproximação com o movimento de criação de um Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Era um com o qual mais me identificava, pessoal e profissionalmente. Vejo movimentos convergentes e divergentes na área da instituição para fundamentar a criação do curso.

Ao mesmo tempo, considero a cumplicidade mútua criada pela base dos professores das propostas (a professora Patrícia e os professores Nilson e Raphaell) o que, oportunamente, permitiu a criação do curso. Não porque pensávamos de forma similar; não porque temos trajetórias profissionais e de vida iguais, mas porque víamos, nos olhos de cada um, a nossa missão, enquanto corpo docente, de construir algo muito mais relevante do que anseios e interesses pessoais.

Isso criou um fluxo de trabalho inigualável na construção das propostas de curso e articulações intra e interinstitucionais, bem como interpessoais, que culminaram no ponto em que estamos hoje. Não à toa, um grupo que teve tantas negativas, até a aprovação do Curso de Pós-Graduação em Educação Física, tinha que, de alguma forma, alimentar a alma. Isso é algo criado nos poucos grupos em que tive de trabalhar, nesse tempo; por isso, minha admiração às pessoas e ao que pudemos construir.

Outro ponto que vivenciamos em nossa instituição é uma das belezas e, ao mesmo tempo, um dos desafios, por fomentar uma dialética entre sujeitos que nem sempre estão abertos à discordância, ao pensar em um Curso de Pós-Graduação de Educação Física; campo profissional tão amplo e relevante. De partida, em um cenário de múltiplas visões, formações e perspectivas do potencial social e profissional que esse curso poderia ter, em forma, visão, currículo e impacto (já detalhado neste capítulo).

Um dos elementos que deu base às reflexões foi a diversidade formativa dos professores da instituição e, também como isso, de certo modo, trazia (des)confortos, ao se discutir a área de conhecimento a ser avaliada pela Capes e, consequentemente, o processo formativo a ser proposto. Em diferentes momentos, isso fez com que a epistemologia da área fosse lembrada e discutida na elaboração dos projetos.

Avalio que o fato teve impacto, sob diferentes formas, na maneira de pensar e organizar a missão do programa,

a proposta curricular, a composição do corpo docente, e a estruturação das propostas de cursos, grupos de pesquisa vinculados e projetos de pesquisa. Considero relevante tais memórias como duas importantes lições: 1) a escolha (e ser) de um colega com escuta humana e reflexiva, capaz de questionar e refletir algo que, por ora, pareceria consolidado; 2) para futuros colegas, que desejem estruturar cursos de pós-graduação na área, a importância de reconhecer a complexidade e abrangência dos campos profissional e científico, em um movimento de coexistência, fortalecimento e respeito ao que é a Educação Física.

Ao recordar de todos esses momentos de construção, tentativas e frustrações, o sentimento de otimismo e confiança revisitou minha mente. Isso porque foi esse o sentimento ao saber da possibilidade de nos vincularmos, via chamada pública, ao ProEF. Primeiro, por acreditar, sob diferentes justificativas, que o programa de pós-graduação profissional era o mais plausível e palatável para a realidade da Educação Física no Ceará. Segundo, por direcionar a identidade da nossa instituição na formação profissional em Educação Física, com diferentes cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, além de uma política de Educação Física e Esporte reconhecida socialmente na capital – inclusive, porque me vejo e à minha família como pessoas impactadas positivamente por tal política.

Foi um imenso desafio que, por um tempo, parecia ter sido mais um passo em uma trilha sem o fim (ou começo) desejado. Na verdade, parece mais a pausa que precisávamos para olhar a beleza e as diversas formações (nos sentidos físico e filosófico) que construímos juntos.

Ao reconhecer a história da Pós-Graduação em Educação Física no Nordeste e suas dificuldades, saliento o que foi dito pelos próprios coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da Região Nordeste, em 2018, durante um Fórum do Congresso Nordestino de Atividade Física e Saúde. A cada fala, os coordenadores enfatizaram que os Programas de Pós-Graduação no

Nordeste tinham sido aprovados pela Capes somente após quatro, cinco ou seis tentativas. Em uma reflexão coletiva, reforçaram que a formação profissional com a pós-graduação na nossa região sempre foi um caminho de muitas pedras, antes mesmo de iniciar a caminhada.

Com o ProEF/IFCE, iniciado em 2023, sinto que essas memórias devem iluminar o orgulho e a responsabilidade que perpassa todos os seus atores e o que pretendemos para a Educação Física no Ceará – e, especificamente, para a Educação Física escolar. Aos discentes e docentes interessados em estar nesse percurso formativo que o ProEF/IFCE permite, considero que se trata de uma pedra preciosa, não feita com algumas mãos, mas por ensinamentos e inspirações que tantos professores de Educação Física no Ceará e de outras regiões nos nutriram até esse sonho tornar-se possível.

Considerações finais

Compartilhamos, neste capítulo, um pouco das nossas memórias formativas durante o percurso de concepção, elaboração, sonhos, derrotas e conquistas, até a aprovação do Mestrado Profissional em Educação Física no IFCE, em 2022.

Nessas memórias, demarca-se a realização do sonho de muitos professores de Educação Física do Ceará de antigamente, do presente momento, e do lindo futuro para o engrandecimento e fortalecimento da profissão, especialmente na área de Educação Física escolar. Hoje, com muito orgulho de nossa parte, já podemos oportunizar para as professoras e os professores que não mais precisam sair do estado a fim de cursar a Pós-Graduação *stricto sensu* na área da Educação Física ou sentir-se compelido a cursar alternativas em áreas afins.

Iniciamos uma nova trajetória memorável, a de aprofundar a formação de professores em serviço, na área da Educação Física, potencializando seus conhecimentos e intervenções na educação infantil, nos ensinamentos fundamental e médio, nas redes públicas de ensino, com o intuito de contribuir para a melhoria

da qualidade da Educação no País. Essa ação tem sido maravilhosamente saborosa, pois o interesse da comunidade de estudar no ProEF/IFCE manifesta o quão qualificado tem sido o grupo de professores(as)-pesquisadores(as) que estudam conosco.

E na “canção da vida” linda, constante e cheia de sonhos, ansiamos por novos docentes permanentes e colaboradores, com a qualificação da Educação

Física nas escolas, a ampliação da oferta de programas de pós-graduação em todo o País, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste e com o Doutorado em Educação Física no IFCE.

Hoje, redescobrimos “o gosto e o sabor da festa (magia)”; renascemos “da própria força, própria luz e fé (memória)” e entendemos “que tudo é nosso, sempre esteve em nós (história)” e que “somos a semente, o ato, a mente e voz (magia)”.

Referências

ALVES, R. **Rubem Alves essencial**. Editora Planeta do Brasil, 2015.

GONZAGA Jr., L. **Redescobrir**. EMI-Odeon, 1981.

IFCE. **Apresentação de Proposta de Cursos Novos de Pós-graduação**

– **APCN – Mestrado Profissional em Ensino da Educação Física**. n. 280. Fortaleza, 2019.

PINTO, N. V.; LIMA, P. R. F.; MARTINS, R. M. (Org.). **Transfazer do Ensino na Educação Profissional e Tecnológica**. Fortaleza: INESP, 2020.

7

A revista de Educação Física, saúde e esporte **do Instituto Federal do Ceará**

Samara Moura Barreto

Rômulo Celly Lima Siqueira

César Augusto Sadalla Pinto

Braulio Nogueira de Oliveira

Arnaldo Sifuentes Pinheiro Leitão

1 Introdução: “Eu sou do Ceará”

eu sou a nata do lixo, eu sou o luxo da
aldeia, eu sou do Ceará.

(Ednardo)

Neste capítulo, objetiva-se historicizar a *Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (Refise)* como artefato científico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em consciência memorialista. Dessa forma, nos inspiramos na composição musical do cearense Ednardo, em pertencimento identitário, para significar nossas motivações e implicações sobre a construção da Refise, sobretudo, a descolonização da produção do conhecimento em Educação Física em dada hegemonia na territorialidade Sul/Sudeste, enquanto querela epistemológica.

Em linguagem metafórica, referenciamos “a nata do lixo” como o não lugar dos periódicos científicos dessa área na territorialidade Norte/Nordeste, afirmada por uma relação histórico-política no âmbito da formação docente em Educação Física, em realidade ontoepistêmica.

De outro modo, demarcamos alegoricamente o “luxo da aldeia” como expressão para pôr em relevo a diversidade cultural das terras alencarinas, também encenada sobre a cultura corporal do movimento em realidade de produção científica.

A busca por uma racionalidade comunicativa em pesquisas desenvolvidas na área de Educação Física no IFCE, sobremaneira, aquelas ligadas aos cursos de Licenciatura (Limoeiro do Norte, Canindé e Juazeiro do Norte), fizeram emergir implicações reflexivas acerca dos saberes produzidos em nossos atos formativos, como realidade de formação na e para a pesquisa dos nossos licenciandos, além do pensar sobre a epistemologia da práxis, como experiência autoformadora (Abreu, 2020).

Historicizamos, portanto, o espaço-tempo do ano de 2016 como momento-charneira (Josso, 2004) desse empoderamento político, em que assumimos a disposição dialógica para constituir um periódico científico na área de Educação Física, consolidado aqui nas “dunas brancas!”, cuja anunciação foi solfejada em

poesia de cordel:

Feliz estamos em anunciar
 Uma revista científica do IFCE
 que veio pra comunicar.
 Nossas reflexões epistemológicas
 como modo de incorporar,
 a Educação Física do Ceará
 ensinamos significar.
 Gente com cabeça chata
 Que sabe pensar.
 Elementos dessa história cabe apontar:
 Nasce em Limoeiro do Norte,
 Com um professor arretado
 que veio fomentar.
 Toma corpo e vida ao integrar
 os três cursos de Licenciatura,
 e o Departamento de Educação Física
 Pra modo consolidar.
 Comporta coletividades
 do nosso sonhar.
 Em terras áridas,
 saberes estamos a plantar.
 Ciência e Práxis Corporal
 Importa evidenciar,
 Tem como objetos
 Educação Física, Saúde e Esporte
 para reflexões ancorar.
 Estamos aqui pra convidar,
 docentes e discentes pra colaborar
 no corpo e produções desta revista
 A fim de elevar
 nossa práxis da pesquisa
 desejamos fincar.

Samara Moura

Foi um modo de dizer do “nós”, em comunicabilidade estabelecida numa relação do eu-com-o-outro, em realidade de coautorias, coparticipação e coconstrução em que se colocava à espreita dos nossos olhares, as nossas produções na e pela territorialidade brasileira. Portanto, chegávamos e “batíamos na porta prá aperiá”.

Este capítulo está dividido nas seguintes seções: (1) Introdução: “Eu sou do Ceará”; (2) Marcos históricos e sujeitos-autores; (3) O trabalho colaborativo em rede tecido nas edições da *Refise*; (4) Aprendizagens e desafios no e do processo editorial.

2 Marcos históricos e sujeitos-autores

Em leitura histórica, evidenciamos que a ideia da criação de um periódico surgiu no âmbito do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte, por iniciativa do professor Cesar Augusto Sadalla Pinto, para permitir a publicização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e demais artefatos acadêmico-científicos produzidos pelos discentes do referido curso.

No ano de 2016, quando atuava como coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte, o professor buscou, no Setor de Tecnologia da Informação do *campus*, apoio técnico para a hospedagem da plataforma de gerenciamento da revista. Dessa forma, o coordenador do referido setor, Mário Jorge Limeira dos Santos, que ainda hoje contribui com ajustes e atualizações do sistema, fez os encaminhamentos necessários para a implantação do Open Journal System (OJS)⁵ em servidor local do *campus*.

Em sua concepção inicial, a *Refise* chamava-se *Revista de Educação Física e Saúde*, vinculada ao Grupo de Pesquisa de mesmo nome⁶, recebendo contribuições do professor Kleber Augusto Ribeiro, então coordenador do Departamento de Educação Física, Saúde e Esporte (DEFE) que, entre outras contribuições, sugeriu a inclusão do “esporte” no nome e escopo da revista. Além disso, os professores do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte sempre nos apoiaram em relação a essa ideia, destacadamente, o professor Rômulo Celly Lima Siqueira.

A partir da realização da I Semana de Educação Física do IFCE, em Limoeiro do Norte, no ano de 2016, os participantes do evento promoveram diálogos sobre a institucionalização da *Refise*, com destaque para a participação dos professores Cesar Augusto Sadalla Pinto (coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte); Rômulo Celly Lima Siqueira (professor do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte); Samara Moura Barreto (coordenadora do Curso

5. O OJS é um sistema gratuito, com código livre e extremamente flexível que permite gerenciar e publicar periódicos científicos na Internet, desenvolvido com suporte e distribuição pelo Public Knowledge Project sob a licença da General Public License (GNU). Atualmente, a *Refise* apresenta a versão OJS 3.3.0.14.

6. O Grupo de Pesquisa Educação Física e Saúde foi constituído no ano de 2013, mas encerrou as atividades no dia 31 de agosto de 2022.

de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Canindé) e Kleber Augusto Ribeiro (chefe do Departamento de Educação Física e Esporte). Esses professores-pesquisadores assumiram o compromisso pela criação de um periódico científico que mobilizasse os saberes científicos na e pela produção do conhecimento nas áreas da Educação Física, Educação, Saúde e Esporte, situados no IFCE.

As ações destinadas à institucionalização da *Refise* iniciaram-se no dia 5 de setembro de 2017, por meio do Memorando n. 880/2017, em que foi apresentada ao pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFCE, e outras instâncias de gestão, a proposta de institucionalização do periódico científico no IFCE.

O documento obteve o parecer favorável da diretora-geral do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte, Jânia Maria Augusta da Silva, do chefe do Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte, Cleilson do Nascimento Uchôa, e da então coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Limoeiro do Norte, Luciana de Sousa Santos.

No dia 1º de dezembro de 2017, em articulações locais feitas pelo professor Rômulo Siqueira, a diretora-geral do

IFCE – *campus* Limoeiro do Norte, professora Jânia Maria Augusta da Silva, por meio da Portaria n.126/GDG, criou o periódico virtual “*Refise*” (*Revista de Educação Física, Saúde e Esporte*), o qual passou a existir sob a égide institucional do *campus* de Limoeiro do Norte, com as contribuições de professores de vários *campi*.

Em seguida a esse ato, a Portaria GDG n. 127, designou os membros do Conselho Editorial da revista, listados a seguir: Cesar Augusto Sadalla Pinto⁷ (editor-chefe); Samara Moura Barreto (conselheira editorial); Deborah Santana Pereira⁸ (conselheira editorial); Kleber Augusto Ribeiro (conselheiro editorial).

Na II Semana da Educação Física (Semef), realizada no ano de 2017, no IFCE – *campus* Juazeiro do Norte, ocorreu o pré-lançamento da *Refise*. Na ocasião do evento, o professor Rômulo Celly Lima Siqueira fez a apresentação do periódico para a comunidade acadêmica dos três cursos de Educação Física do IFCE reunidos em Juazeiro do Norte e demais participantes. Destacamos a contribuição do professor-pesquisador nas articulações que culminaram na criação da *Refise*, com a publicação da Portaria GDG n. 126 e da Portaria GDG n. 127. Na Figura 1, ilustra-se o pré-lançamento da *Refise* na I Semef.

Figura 1 – Lançamento da *Refise* na Semef no IFCE – *campus* Juazeiro do Norte, 2018.

7. O professor Cesar Sadalla encontrava-se afastado do trabalho para cuidar da própria saúde, tendo sido submetido, no dia 27 de novembro de 2017, a procedimento cirúrgico para tratamento de um schwannoma vestibular (neurinoma do acústico).
8. Professora-pesquisadora convidada a compor o conselho editorial da *Refise* como representante do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte.



Fonte: Acervo da *Refise*. Legenda: Rômmulo Celly Lima Siqueira (esq.); Deborah Santana Pereira (centro-esq.); Samara Moura Barreto (centro-dir.); e Kleber Augusto Ribeiro (dir.).

No ano de 2018, o corpo editorial é re-composto com a seguinte organização definida pela Portaria GDG n. 123, de 8 de junho de 2018: Rômmulo Celly Lima Siqueira (editor-chefe); Ialуска Guerra (conselheira editorial); Samara Moura Barreto (conselheira editorial); Kleber Augusto Ribeiro (conselheiro editorial).

A primeira edição da *Refise* foi publicada na III Semef, realizada no ano de 2018, no IFCE – campus Canindé, engendrando uma história de aprendizagem colaborativa e em rede sobre a editoração e comunicação científica na área.

Compreendendo a importância da afirmação dialógica na rede federal e reconhecendo os processos de trocas intersubjetivas em ações colaborativas nessa temporalidade com outros Institutos Federais (IFs) (eventos, grupos de pesquisas, artefatos científicos e pedagógicos), após a segunda edição, publicada em

2019, os professores Dr. Bráulio Nogueira de Oliveira (anteriormente vinculado ao Instituto Federal do Maranhão e atualmente vinculado ao IFCE); e o Dr. Arnaldo Sifuentes Pinheiro Leitão (IFSuldeminas) passaram a compor o corpo editorial do periódico, fortalecendo a ampliação do trabalho colaborativo em rede.

3 O trabalho colaborativo em rede tecido nas edições da *Refise*

Neste capítulo, registramos as cinco edições da *Refise* publicadas ao longo de sua existência como periódico científico da Educação Física no IFCE, as quais foram tecidas por meio do trabalho colaborativo em rede.

3.1 Primeira edição: encontro consigo

no dia 28 de novembro de 2018, o

corpo editorial e os colaboradores apresentaram à comunidade de estudantes e professores-pesquisadores da área da Educação Física a primeira edição da *Refise*. O lançamento aconteceu no contexto da III Semef do IFCE, em Canindé/CE.

A imagem da primeira edição, que viraria símbolo da *Refise*, foi desenhada pelo professor Rômulo Siqueira. Nesse invento visual, que evidencia traços da técnica de xilogravura comumente utilizada no Nordeste, observa-se um retângulo

delineado em preto com pequenos círculos e triângulos ao redor; ao centro nota-se um menino lendo uma edição da *Refise* e, ao fundo, um sol “xilográfico”, em contornos espirais.

Esse leitor de “cabeça chata” traz, nas referências da sua massa encefálica e nos giros cerebrais, o solo árido do sertão, que, mesmo em tantas dificuldades, faz brotar e florescer ideias, cultura e ciência. Na Figura 2, consta a capa e a xilogravura da primeira edição da *Refise*.

Figura 2 – Capa e xilogravura da primeira edição da *Refise* (2018)



Fonte: Elaborado pelos autores. Ilustração: Rômulo Siqueira

A edição em tela contou com oito artigos, compostos de um ensaio, quatro artigos originais, e três artigos de revisão.

No Quadro 1, são apresentados os trabalhos publicados na primeira edição da *Refise*, por tipo e autoria.

Quadro 1 – Produções da primeira edição da *Refise* (2018)

Título	Tipo	Autores(as)
Educação Física como área de conhecimento, campo de formação inicial e continuada e de atuação profissional: o que fazer em um período de destruição de forças produtivas?	Ensaio	Celi Nelza Zülke Taffarel
Educação Física escolar para estudantes com deficiência visual na perspectiva do ensino por múltiplos exemplos	Artigo original	Rodrigo de Souza Coelho; Paulo Augusto Costa Chereguini; Luiz Sanches Neto
Fatores motivacionais da prática de natação em pessoas com deficiência	Artigo original	Layla Beatriz de Freitas Barros; Raissa Forte Pires Cunha; Winney Aguiar Pimenta; Jéssica do Vale Ribeiro
Caracterização da qualidade de vida de idosos praticantes de musculação em Fortaleza	Artigo original	Felipe Magalhães Barbosa; Abraham Lincoln de Paula Rodrigues; Carlos Alberto da Silva
Sondagem histórica do levantamento de peso e competições de fisiculturismo no estado do Ceará	Artigo original	Welton Daniel Nogueira Godinho; Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho; João Valber Gomes Neto
Levantamento de publicações e análise de artigos sobre Educação Física na <i>Revista Conexões-Ciência e Tecnologia</i> do IFCE	Artigo de revisão	Maria Luselma de Sousa; Raimundo Leandro Neto
A religião como influência corporal de seus filiados: viajando entre os hemisférios (ocidental e oriental)	Artigo de revisão	Jean Carlos da Silva Guimarães; Luciana de Sousa Santos; Williany da Silva Freire; Ilana Nara de Freitas Girão
Educação Física escolar e saúde no contexto brasileiro: uma revisão integrativa (2011-2016)	Artigo de revisão	Braulio Nogueira de Oliveira; Bérqson Nogueira de Oliveira; Priscilla de Cesaro Antunes

Fonte: Elaborado pelos autores.

No primeiro número da *Refise*, evidencia-se a honra de publicar um ensaio acadêmico de autoria da

professora Dra. Celi Nelza ZülkeTaffarel, da Universidade Federal da Bahia, intitulado “Educação Física como área de conhecimento, campo de formação inicial e continuada e de atuação profissional: o que fazer em um período de destruição de forças produtivas?” (Taffarel, 2018).

No primeiro editorial, a professora Dra. Samara Moura Barreto de Abreu refletiu poeticamente sobre “A assunção de um periódico científico em aldeia alencarina: descolonização da produção em Educação Física”.

Além desses trabalhos, inúmeros pesquisadores do IFCE e de outras instituições publicaram artigos relacionados ao escopo do periódico, em que abordaram diversas temáticas, como Educação

Física e deficiência; Qualidade de vida de idosos; Sondagem histórica do levantamento de peso; Levantamento de publicações; e Corpo e religião.

3.2 A segunda edição: encontro com o outro

no dia 31 de dezembro de 2019, foi lançada a segunda edição da *Refise*, constituída por oito trabalhos, com destaque para a inauguração da seção Entrevista, através do objeto “Trajetória experiencial na editoração científica: entrevista com o professor Alex Branco Fraga” (Abreu; Oliveira, 2019). Na Figura 3, registra-se um momento da primeira entrevista da *Refise*.

Figura 3 – Registro fotográfico após realizada a primeira entrevista da *Refise*



Fonte: Acervo da *Refise*. Legenda: Samara Moura Barreto e Alex Branco Fraga.

Na primeira entrevista da *Refise*, abordou-se a trajetória experiencial do editor-chefe da Revista *Movimento*, professor Alex Branco Fraga, que enfatizou os desafios e as potencialidades da editoração científica e as implicações sobre os referentes à qualidade.

No Editorial, o editor-chefe da *Refise*, o professor Rômulo Celly Lima Siqueira, trouxe a reflexão “Súplica científica em um mar de ‘falsos-news’ (sic), significada pelos versos da canção “Súplica Cearense”, de autoria de Waldeck Macedo e famosa pela regravação de Luiz Gonzaga e, mais recentemente, do grupo Rappa:

Oh! Deus, perdoe esse pobre coitado

*Que de joelhos rezou um bocado
Pedindo pra chuva cair, cair sem
parar...*

*Oh! Senhor, pedi pro sol se esconder
um pouquinho
Pedi pra chover, mas chover de
mansinho
Pra ver se nascia uma planta, uma
planta no chão...*

*...Violência demais, chuva não tem
mais
Roubo demais, política demais
Tristeza demais
Interesse tem demais!
(Domiguinhos)*

Em centralidade temática, o Editorial

anuncia os cenários social, político, científico e editorial que estávamos passando nos engendramentos político e midiático, no ano de 2018.

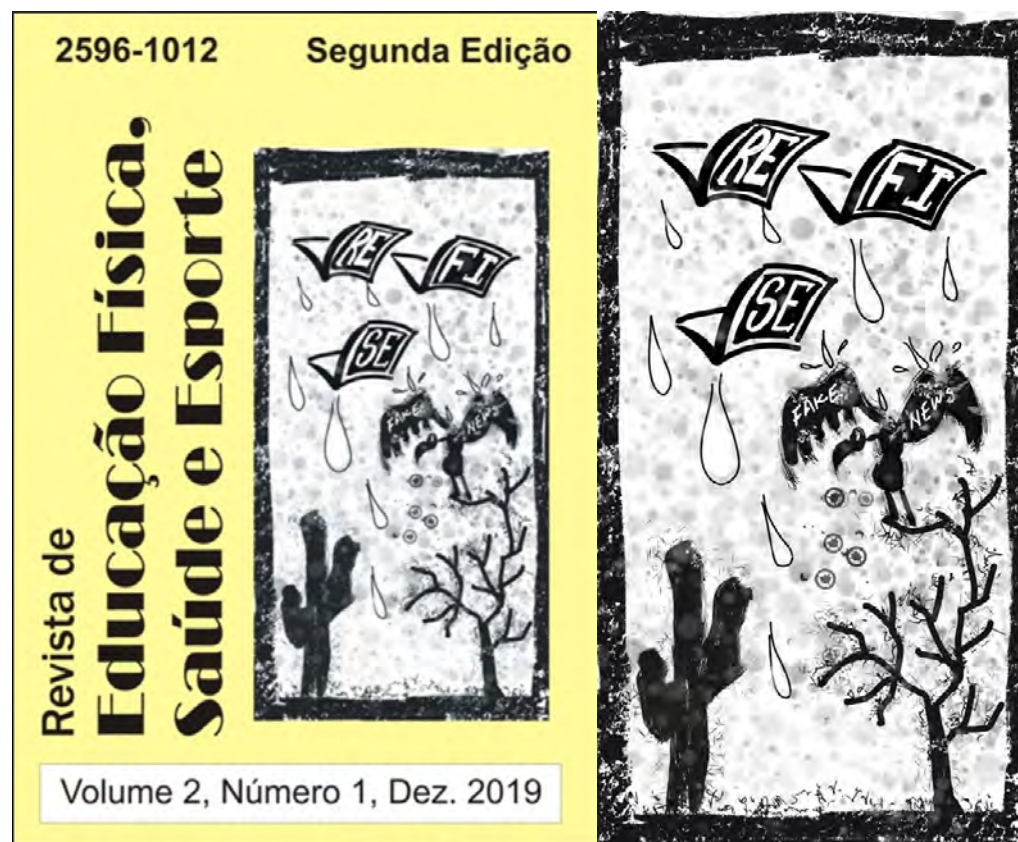
Historicamente, a informação sempre foi uma fonte para o desenvolvimento, assim como a “sede” de conhecimento do ser humano e os mecanismos de como segregá-lo aos mais poderosos. Porém, a “seca do 15” gerada pela falta de informação, hoje, dá lugar à “enxurrada” de notícias dispostas na *web*. Na qualidade de primeiro periódico da área no estado do Ceará, essa edição, publicada em 2019, buscou auxiliar na reflexividade entre o papel informativo e desinformativo das novas tecnologias na disseminação da informação, em tempos de bombardeios.

Em meio século, o desenvolvimento tecnológico cresceu como nunca e com tantas notícias falsas disseminadas pela

internet (*fake news*) e afrontas à pesquisa científica, trazemos esse Editorial como um salutar suspiro no intuito de tentar amenizar as diversas e cansativas investidas contra a Ciência, por meio de crenças extremistas que pregam, por exemplo, o “terraplanismo” ou mesmo a ideia de que “vacinas causam doenças”.

Com variadas indagações, (O que fazer para melhorar a divulgação científica? Quais as possibilidades frente à grande força das mídias sociais? Qual o nosso papel enquanto revista científica no enfrentamento dos malefícios das novas tecnologias da informação?), tentaremos, através da *Refise*, manter nosso papel de persistir, valorizar e aumentar a visibilidade dos resultados de pesquisadores que, com seu árduo trabalho (muitas vezes pouco valorizado) produzem Ciência. A Figura 4 contém a capa e a xilogravura da segunda edição da *Refise*

Figura 4 – Capa e xilogravura da segunda edição da *Refise* (2019)



Fonte: Elaborado pelos autores. Ilustração: Rômmulo Siqueira

A segunda edição contou com uma entrevista, cinco artigos originais e dois

relatos de experiência, conforme apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Produções da segunda edição da *Refise* (2019).

Título	Tipo	Autores(as)
Trajetória experiencial na editoração científica: entrevista com o professor Alex Branco Fraga	Entrevista	Samara Moura Barreto de Abreu; Braulio Nogueira de Oliveira
A produção científica em história da Educação Física brasileira com base nos grupos de pesquisa/CNPQ	Artigo original	Maria Luselma de Sousa; Ariza Maria Rocha
Educação Física e saúde mental: oficinas de práticas corporais como estratégia de cuidado nos centros de atenção psicossocial	Artigo original	Victor Hugo Santos de Castro; Samara Moura Barreto de Abreu
Efeitos de um programa de qualidade de vida no trabalho e ginástica laboral nos colaboradores da Justiça Federal no Ceará	Artigo original	Isabele Islai da Silva Melo
Avaliação do risco de ortorexia, anorexia e bulimia nervosa entre praticantes de exercício físico em academias de Limoeiro do Norte/CE	Artigo original	Leontina Maciel da Silva; Josicléia Vieira de Abreu
Força, agilidade e velocidade de deslocamento em atletas de voleibol juvenil	Artigo original	Pedro Henrique de Sousa; Alisson Polineli Moura Brito; Danilo Lopes Ferreira Lima
A iniciação à pesquisa na formação de professores de Educação Física	Relato de experiência	Neucivânia Moreira da Silva; Ticianne Bezerra Campos; Cesar Augusto Sadalla Pinto
Os saberes-fazeres nos/dos/com (sic) os cotidianos do estágio de Educação Física na Educação Infantil	Relato de experiência	Lucas Borges Soeiro; Victor José Machado de Oliveira

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em meio à diversidade temática dos trabalhos publicados nesta segunda edição da *Refise*, destacamos: Levantamento da produção científica em história da Educação Física; Educação Física e saúde mental; Ginástica laboral e qualidade de vida; Avaliação do risco de ortorexia, anorexia e bulimia nervosa; Força, agilidade e velocidade em atletas de voleibol; A iniciação à pesquisa na formação de professores; e os Saberes-fazeres no estágio de Educação Física na Educação Infantil.

3.3 Terceira edição: o significado de colaborar

no dia 2 de setembro de 2020, foi lançada a terceira edição da *Refise*, constituída por ensaios acadêmicos, artigos originais e relatos de experiências. A edição constituiu um esforço colaborativo entre a equipe editorial da revista e os professores-pesquisadores do Instituto de Educação Física e Esportes da Universidade Federal do Ceará (IEFES/UFC), organizadores do **II Congresso**

**Internacional de Professores(as)-
Pesquisadores(as) de Educação Física
Escolar, realizado em parceria com a**

Universidade São Judas Tadeu. Na
Figura 5, apresenta-se a arte gráfica da
edição especial do Cippefe.

Figura 5 – Capa e xilogravura da terceira edição da *Refise* (2020)



Fonte: Elaborado pelos autores. Ilustração: Rômmulo Siqueira.

No Editorial, construído de forma colaborativa por Samara Moura Barreto de Abreu, Luciana Venâncio, e Luiz Sanches Neto, sob o título “No presente a mente, o corpo e a ciência é diferente”, os autores anunciam: “Inclinados(as) para a fortaleza da libertação, encarnamos a figura do nosso ‘assum-preto’, em sobrevôo de um maior alcance territorial e intercultural” (Abreu; Venâncio; Sanches Neto, 2020, p. 6).

O “sobrevoo” do trabalho colaborativo em rede é significado por trechos da música “Velha Roup Colorida”, do compositor cearense Belchior, que pode ser encontrada no álbum *Alucinação*, transcritos a seguir:

No presente a mente, o corpo é diferente

E o passado é uma roupa que não nos
serve mais

No presente a mente, o corpo é diferente

E o passado é uma roupa que não nos
serve mais

Como Poe, poeta louco Americano

*Eu pergunto ao passarinho: Black bird,
Assum-preto, o que se faz?*

*Haven never haven never haven never
haven never haven*

*Assum-preto, pássaro preto, black bird,
me responde, tudo já ficou atrás*

*Haven never haven never haven never
haven never haven*

*Black bird, pássaro preto, pássaro preto,
me responde*

O passado nunca mais

(Belchior)

A primeira edição especial da *Refise* em tela traz a publicação de 16 trabalhos, com cinco ensaios acadêmicos, sete artigos originais e quatro relatos de experiência, conforme listados no Quadro 3.

Quadro 3 – Produções da terceira edição da *Refise* (2020)

Título	Tipo	Autores(as)
Temos de ensinar Educação Física como se o futuro dependesse disso	Ensaio	Alan Patrick Ovens
Narrativas (auto)biográficas e processos colaborativos na formação permanente de professores(as)-pesquisadores(as) de Educação Física escolar	Ensaio	Luiz Sanches Neto
Perspectivas curriculares na Educação Física escolar: reflexões sobre o percurso percorrido nas últimas décadas	Ensaio	Elisabete dos Santos Freire
Tornar-se professor(a) de Educação Física: elementos que transcendem a provisão institucional de saberes	Ensaio	Willian Lazaretti da Conceição; Allyson Carvalho de Araújo
As lutas na Educação Física escolar: ensaio sobre as práticas das lutas e o discurso de um conteúdo de lutas	Ensaio	Marcos Roberto So; Gilson Santos Rodrigues; Elaine Prodócimo
Avaliação colaborativa para melhorar a motivação, a competência e a confiança de estudantes da licenciatura no Ensino de Ciências	Artigo original	Dawn Laura Garbett
A ação pedagógica com jovens infratores: uma narrativa (auto)biográfica de um professor-pesquisador de Educação Física	Artigo original	Willian Lazaretti da Conceição
Formação inicial e continuada em Educação Física escolar: saberes que norteiam a prática pedagógica	Artigo original	Vânia Maria Pessoa Rodrigues; Maria Solange de França, Maria Ione da Silva
Ótica dos professores de Educação Física escolar sobre o conteúdo de ginástica rítmica	Artigo original	Thaís Freires Vasconcelos; Leila Maria Pereira; Jurandir Fernandes Cavalcante; Roberta Oliveira da Costa; Luiz Torres Raposo Neto; Isabela Moura Nantes
Educação Física escolar e a noção de relação com o saber: intencionalidades e aproximações de um grupo de estudos	Artigo original	Luciana Venâncio
O projeto “esporte e educação: uma bonita união” na escola: formando jovens críticos, ativos e protagonistas	Artigo original	Cristiane e Castro Feitosa Melo
A formação inicial de professores de Educação Física no estado do Ceará: modalidades e oportunidades	Artigo original	Ana Patrícia Cavalcante Queiroz
O projeto “a capoeira na escola”: diálogos possíveis	Relato de experiência	José Olímpio Ferreira Neto
As histórias infantis como processo de conscientização e solidariedade dos alunos desportistas do Ensino Fundamental	Relato de experiência	Cristiane e Castro Feitosa Melo
Ensino da dança em espaços não formais de ensino: um relato de experiência	Relato de experiência	Arlene Stephanie Menezes Pereira; Joselita da Silva Santiago; Symon Tiago Brandão de Souza; Francisco Eraldo da Silva Maia; Révea Nágila Castro Nunes
Trajetória de uma professora-pesquisadora de Educação Física da Educação Básica: possibilidades, desafios e reflexões	Relato de experiência	Liana Lima Rocha; Luciana Venâncio; Luiz Sanches Neto

de ensinar educação física como se o futuro dependesse disso” e “Avaliação colaborativa para melhorar a motivação, a competência e a confiança de estudantes da licenciatura no ensino de Ciências”, de autoria dos pesquisadores neozelandeses, da The University of Auckland, Alan Patrick Ovens e Dawn Laura Garbett, respectivamente.

Além dos artefatos referidos que foram publicados em inglês, destacamos os trabalhos de pesquisadores brasileiros, os quais tratam dos seguintes temas: Narrativas (auto)biográficas e processos colaborativos na formação permanente em Educação Física; Perspectivas curriculares na Educação Física escolar; Tornar-se professor de Educação Física; As lutas na Educação Física escolar; A ação pedagógica com jovens infratores; Saberes da prática pedagógica em Educação Física; Ótica dos professores de Educação Física sobre ginástica rítmica; Análise de um grupo de estudos; Análise de projetos (“Capoeira na Escola”, “Esporte e Educação”); Histórias infantis como processo de conscientização e solidariedade; e Trajetória de uma professora-pesquisadora de Educação Física.

3.4 Quarta edição: o significado de rede

A quarta edição conteve um dossiê temático com pesquisas teóricas e/ou empíricas com delineamento reflexivo e propositivo sobre formação, práticas pedagógicas, desenvolvimento profissional, políticas institucionais, pesquisa e extensão sobre a Educação Física nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Enleados pelo esperar da Asa Branca, compusemos esta edição em um dos momentos mais trágicos do nosso País, durante a pandemia da Covid-19.

A música “Asa Branca” de Luiz Gonzaga foi inspiração para a escrita do editorial desta edição, o qual aponta: “Parece que Intê mesmo a Asa Branca bateu asas e voou... À espera da chuva cair de novo...”. Faz referência à Asa Branca, nome de uma ave que representa a fuga da seca

no sertão. Desse mesmo chão do sertão tiramos inspiração para sobrevoar novamente as territorialidades e temporalidades devastadas pela pandemia e pelas necropolíticas naquele momento.

Escolhemos fazer o sobrevoos pelas experiências de professores(as) nos IFs no território brasileiro em torno das produções matizadas na existência e resistência da Educação Física cuja opção pedagógica e política está fundamentada em nossos lugares de fala e vida.

As temáticas, nesse dossiê, buscaram maior alcance para oportunizar um olhar cartográfico sobre o consistente trabalho que orienta as experiências de professores(as), a saber: interface entre ensino superior e ensino médio integrado nos IFs; reformulações curriculares do ensino superior e do ensino médio integrado nos IFs; políticas institucionais de Educação Física, esporte e lazer nos IFs; a política dos Jogos dos IFs; Covid-19 e suas implicações na Educação Física nos IFs.

Com isso, entendemos que as problematizações sobre os percursos históricos e políticos da Educação Física nos IFs colocaram-se como emergentes, visto que essas ambiências revelam especificidades do componente curricular em um convite à reflexão sobre os saberes e fazeres da Educação Física em território nacional.

Na edição, contamos com a colaboração de professores-pesquisadores dos IFs, a saber: professor Dr. Fernando Henrique Silva Carneiro (Instituto Federal de Goiás - IFG); o professor Me. João Paulo dos Santos Oliveira (Instituto Federal de Pernambuco - IFPE); professor Dr. Luciano de Almeida (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFarroupilha); e a professora Dra. Raffaele Andressa dos Santos Araújo (Instituto Federal do Maranhão - IFMA).

Precisávamos representar um artefato estético-político em nossas capas para unir a defesa da Ciência e sobrevoos da Asa Branca, trazendo novos olhares, como é possível apreciar na Figura 6.

Figura 6 – Capa e xilogravuras da quarta edição da *Refise* (2021)



Fonte: Elaborado pelos autores. Ilustração: Rômmulo Siqueira.

Essa edição traz a publicação de 15 trabalhos, com um ensaio acadêmico, dez artigos originais e quatro relatos de experiência, conforme listados no Quadro 4.

Quadro 4 – Produções da quarta edição da *Refise* (2021)

Título	Tipo	Autores(as)
Os cursos de formação em Educação Física nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: perguntas de um (sempre) inquieto professor	Ensaio acadêmico	Lino Castellani Filho
Realidade e possibilidades do trato com o conhecimento da cultura corporal no currículo do Ensino Médio Integrado à educação profissional do Instituto Federal baiano: rumo ao politecnismo	Artigos originais	Petry Rocha Lordelo; Celi Nelza Zulke Taffarel
A formação permanente de um professor-pesquisador de Educação Física no IFRN-CNAT: autoestudo e reflexões compartilhadas	Artigos originais	Ewerton Leonardo da Silva Vieira; Alison Pereira Batista; Ivana Lucia da Silva; Luiz Sanches Neto; Luciana Venâncio
Educação em direitos humanos e Educação Física: uma análise nos Institutos Federais	Artigos originais	Pamela Karina de Melo Gois; Rebecca Ruhama Gomes Barbosa; Fernanda Lira Braga; Eloisa Maria Luiz Pereira
Estágio supervisionado na formação inicial em Educação Física: a perspectiva acadêmica	Artigos originais	Marla Maria Moraes Moura; Amanda Raquel Rodrigues Pessoa; Thaliciane Adrianny Valença Dias
Os fazeres pedagógicos de professoras de Educação Física preceptoras do Programa Residência Pedagógica	Artigos originais	Cícero Bruno Moura de Souza; Richardson Dylsen de Souza Capistrano; Sávia Maria da Paz Oliveira Lucena; Marla Maria Moraes Moura
Relações entre atitudes alimentares, imagem corporal e estado nutricional de escolares do Ensino Médio Integrado	Artigos originais	Luana Dantas Santiago; Luís Felipe Carvalho Gomes; Mateus Lucas da Silva; Víctor Borges Veras; Rômmulo Celly Lima Siqueira; Cicero Luciano Alves Costa
A percepção dos alunos sobre a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação nas aulas de Educação Física do Instituto Federal do Amazonas durante a pandemia de Covid-19	Artigos originais	Eder Marcio Araujo Sobrinho
Jogos internos multiculturais do IFPA: para além das práticas corporais colonizadas	Artigos originais	Suellen Ferreira Barbosa
Os conteúdos da Educação Física no Ensino Médio Técnico Integrado no IFG: um olhar sobre os planos de ensino	Artigos originais	Almir Zandoná Júnior; Willian Batista dos Santos; Néri Emílio Soares Júnior; Fernando Henrique Silva Carneiro; Guenther Carlos Feitosa de Almeida; Ana Júlia Rodrigues Carvalho; Danielle Batista de Moraes
Proposta curricular para a Educação Física em um instituto federal: uma construção colaborativa	Artigos originais	Juliano Daniel Boscatto; Suraya Cristina Darido
Curso de extensão “Educação Física em tempos de pandemia - possibilidades práticas”: relato de experiência	Relatos de experiência	Raffaele Andressa dos Santos Araujo; Antônio Silva Andrade Cunha Filho; Bráulio Nogueira de Oliveira; Mirelle Cutrim Penha Pestana; Héltom Mota Ferreira; Adriana Karlla Ferreira Moura
Educação Física no Ensino Médio no <i>campus</i> São Paulo do IFSP em tempos de pandemia	Relatos de experiência	Biana Politto; Daniel Teixeira Maldonado
Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em esporte escolar: uma experiência no extremo sul do Brasil	Relatos de experiência	Gabriel Barros da Cunha; Gicele de Oliveira Karini da Cunha; Thiago Terra Borges
Construindo processos de ensino e de aprendizagem através de uma metodologia ativa em aulas de Educação Física	Relatos de experiência	Fabiana Celente Montiel; Patrícia da Rosa Louzada da Silva; Mariângela da Rosa Afonso

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os trabalhos, destacamos o ensaio acadêmico intitulado “Os cursos de formação em Educação Física nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: perguntas de um (sempre) inquieto professor”, de autoria do professor Lino Castellani Filho, e também o trabalho intitulado “Realidade e possibilidades do trato com o conhecimento da cultura corporal no currículo do Ensino Médio Integrado à educação profissional do Instituto Federal baiano: rumo ao politecnismo”, de autoria dos professores-pesquisadores Petry Rocha Lordelo e Celi Nelza Zulke Taffarel.

As publicações giram em torno do tema gerador do Dossiê “A Educação Física nos Institutos Federais”, com abordagens temáticas sobre: Formação permanente; Educação em Direitos Humanos; Estágio supervisionado na Educação Física; Fazer pedagógico no Programa Residência Pedagógica; Relações entre atitudes alimentares, imagem corporal e estado nutricional; Percepção sobre a utilização de tecnologias no contexto pandêmico; Jogos interculturais para além das práticas colonizadas; Educação Física no Ensino Médio Técnico Integrado; Metodologias ativas na Educação Física, entre outros.

3.5 Quinta edição: colaboração em rede

A quinta edição foi especial, lançada em 15 de julho de 2022, com a publicação dos trabalhos premiados no I Congresso Iberoamericano de Tecnologia e Mídias na Educação Física, que ocorreu de forma *on-line*, no período de 12 a 14 de agosto de 2021. O evento foi organizado pela Rede Maddis-EF (Materiais Didáticos Digitais Interativos), que reunia, na época do evento, 12 grupos de pesquisas de instituições públicas brasileiras e internacionais, congregando universidades ibero-americanas no estudo das mídias e tecnologias na e da Educação Física.

O objetivo central da Rede Maddis é identificar e sistematizar os objetivos de ensino e aprendizagem (objetos de aprendizagem/habilidades) e as estratégias de interação dos(as) professores(as) de Educação Física, ao acionar o tema Saúde e a unidade temática das Práticas Corporais de Aventura (PCA) com seus(as) alunos(as) na escola, com fins de construção de uma plataforma Maddis para potencializar o fazer docente nos ensinamentos fundamental e médio. A Figura 7 contém a capa da Edição Especial – Congresso Iberoamericano de Tecnologia e Mídias na Educação Física (CITMEF).

Figura 7 – Capa e xilogravuras da quinta edição da Refise (2022)



Fonte: Elaborado pelos autores. Ilustração: Rômulo Siqueira.

O tom poético dessa edição especial é dado pelo poema de Fernando Teixeira de Andrade, intitulado “O Medo: o maior Gigante da Alma”, em anúncio do Editorial escrito pelo professor Braulio Nogueira de Oliveira, editor da Refise.

Para quem tem medo, e a nada se atreve,
tudo é ousado e perigoso. É o medo que
esteriliza nossos abraços e cancela nos-
sos afetos; que proíbe nossos beijos e nos
coloca sempre do lado de cá do muro.
Esse medo que se enraíza no coração do
homem impede-o de ver o mundo que se
descortina para além do muro, como se
o novo fosse sempre uma cilada, e o des-
conhecido tivesse sempre uma armadilha
a ameaçar nossa ilusão de segurança e
certeza.

O medo, já dizia Mira Y Lopes, é o grande
gigante da alma, é a mais forte e mais
atávica das nossas emoções. Somos edu-
cados para o medo, para o não ousar e,
no entanto, os grandes saltos que demos,
no tempo e no espaço, na ciência e na
arte, na vida e no amor, foram transgres-
sões, e somente a coragem lúdica pode
trazer o novo, e a paisagem vasta que se
descortina além dos muros que ergue-
mos dentro e fora de nós mesmos.

E se Cristo não tivesse ousado saber-se
o Messias Prometido? E se Galileu Galilei
tivesse se acovardado, diante das evidên-
cias que hoje aceitamos naturalmente?
E se Freud tivesse se acovardado diante
das profundezas do inconsciente? E se
Picasso não tivesse se atrevido a dis-
torcer as formas e a olhar como quem
tivesse mil olhos? “A mente apavora o
que não é mesmo velho”, canta o poeta,
expressando o choque do novo, o estra-
nhamento do desconhecido.

Há um tempo em que é preciso abando-
nar as roupas usadas, que já têm a forma
do corpo, e esquecer os nossos cami-
nhos, que nos levam sempre aos mesmos
lugares. É o tempo da travessia: e se não
ousarmos fazê-la, teremos ficado, para
sempre, à margem de nós mesmos.

(Fernando Teixeira de Andrade)

O editor questiona: É tempo de

travessia para a Educação Física? Entre
as inúmeras possibilidades de chegada,
a ciência, a tecnologia e as mídias são
alternativas que se apresentam ao pro-
fessor de Educação Física, como “mi-
crotravessias” que nos levam a “outros
lugares” por espaços permanentes em
disputa (Oliveira, 2022).

Essa quinta edição nos coloca, mais
uma vez, o desafio de colaborar em rede,
sendo constituída por três eixos: “Saúde
e materiais didáticos na Educação
Física”, “Práticas corporais de aventura
e materiais didáticos na Educação Física”
e “Formação dos professores e experiên-
cias exitosas”.

No eixo “Saúde e materiais didáticos
na Educação Física”, os artigos trabalham
saúde e educação física escolar, especial-
mente a construção de material paradi-
dático digital, a abordagem da saúde na
Educação Física no contexto de ensino
remoto, além do conceito de salutogê-
nese e as relações da mídia e tecnologia
com a Educação Física.

Para o eixo “Práticas corporais de aven-
tura e materiais didáticos na Educação
Física”, nos textos, discutem-se: a relação
entre mídias sociais e a prática de mon-
tanhismo; práticas corporais de aventura
no ensino fundamental; além de um sis-
tema de segurança e gerenciamento de
risco em práticas corporais de aventura
nas aulas de Educação Física escolar.

No eixo “Formação dos professores e
experiências exitosas”, os artigos tratam
de: gamificação nas aulas de Educação
Física com alunos de 4 e 5 anos; um jornal
interativo como proposta de avaliação
para a disciplina de Didática e Educação
Física em uma licenciatura em Educação
Física; e produção de materiais didáticos.

A quinta edição contém publicados
dez trabalhos, com três artigos de revisão
e sete relatos de experiência, conforme
listados no Quadro 5.

Quadro 5 – Produções da quinta edição da *Refise* (2022)

Título	Tipo	Autores(as)
Saúde e Educação Física escolar: construção de material paradidático digital e interativo	Artigo de revisão	Sérgio Melo da Cunha; Samara Ellen do Nascimento da Cruz; Gabriel Carvalho Pereira Silva; Allyson Carvalho de Araújo
Corrente da saúde	Relato de experiência	Fernando Geremias Batista; Eduard Angelo Bendrath
Corpo, saúde e salutogenia na pandemia Covid-19: relato de experiência sobre produção de materiais audiovisuais e textuais	Relato de experiência	Cristiano Mezzaroba; Maria Edivania Alves dos Santos; Rodrigo de Souza Santos
As crianças constroem maquetes e miniaturas para aprenderem práticas corporais de aventura no Ensino Fundamental I	Relato de experiência	Elizandro Ricardo Cássaro; Giuliano Gomes de Assis Pimentel; João Fernando Christofolletti; Vilmar Malacarne
Sistema de gestão de segurança e gerenciamento de risco em práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física escolar	Artigo de revisão	Vinícius Gonçalves da Silva
Mediações tecnológicas em períodos de ensino remoto: experiências internacionais	Relato de experiência	Allyson Carvalho de Araújo; Alexandre Paulo Loro; Irene Moya Mata; Ricardo Souza de Carvalho
A tutorização das práticas escolares na Educação Física através do edublog: uma ferramenta para a comunicação e reflexão contínua e conjunta	Relato de experiência	Irene Moya Mata; Jorge Lizandra Mora
Jornal interativo: uma proposta de avaliação em Educação Física para a formação inicial de professores(as)	Relato de experiência	Bruno José Mascarenhas Sá de Flor; Iury Crislano de Castro Silva; Luciana Venâncio; Luiz Sanches Neto
Produção de materiais didáticos digitais na Educação Física escolar: uma experiência com a formação de professores(as) em tempos de pandemia	Relato de experiência	Arnaldo Sifuentes Leitão; Mateus Camargo Pereira; Salete de Cássia Pereira de Carvalho; Mariana Mota da Silva; Maira Bruna Queiroz Isa
A produção de revistas digitais como estratégia de ensino do conteúdo esporte nas aulas de Educação Física no Ensino Médio	Artigo de revisão	Alison Pereira Batista; Everaldo Robson Andrade; José Pereira Melo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os trabalhos publicados na quinta edição gravitam em torno da proposta temática do evento “Tecnologia e Mídias na Educação Física”, destacando-se os seguintes assuntos abordados: construção de material paradidático digital e interativo; produção de materiais audiovisuais e textuais; maquetes e miniatras para aprendizagem de práticas corporais de aventura; sistema de gestão de segurança e gerenciamento de risco em práticas corporais de aventura; mediações tecnológicas no ensino remoto; edublog nas aulas de Educação Física; jornal interativo na formação inicial em Educação Física; produção de materiais didáticos digitais na Educação Física; revistas digitais como estratégia de ensino do conteúdo esporte.

4 À guisa de conclusão: as aprendizagens e os desafios no e do processo editorial

No presente capítulo, apresenta-se um balanço crítico de nossas experiências como editores da *Refise* do IFCE. Relembramos que o objetivo foi historicizar a edição da *Refise*, considerada artefato científico da Educação Física no IFCE. O olhar para o passado do periódico levou-nos a tecer reflexões sobre o nosso presente, como editores de uma publicação que desponta para a sua sexta edição, o que nos remete também ao nosso futuro, no que se refere ao trabalho colaborativo em rede.

Ao longo da criação da revista, o corpo editorial buscou: aumentar a capilaridade de avaliadores externos ao IFCE, incluindo internacionais; realizar reuniões com outros editores, mais experientes, de periódicos clássicos; participar de congressos e reuniões da área; ganhar espaço nacionalmente com a participação no Fórum de Docentes dos Institutos Federais no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace); e associar a *Refise* à Associação Brasileira de Editores Científicos-Abec).

Podemos destacar como aprendizagens e desafios na trajetória da *Refise* no IFCE:

- 1)** o desnudamento dos interesses individuais em recondução do pensamento em torno da universalização e capilarização do conhecimento científico, que implica “olhar para fora”;
- 2)** a compreensão dos dilemas emergentes da relação entre o instituído e o instituinte, implicados nas exigências de qualificação/avaliação de periódicos na área da Saúde;
- 3)** a imersão de um trabalho colaborativo em redes macro e micropolítica, em disposição dialógica, com necessária consolidação de parcerias institucionais;
- 4)** o necessário planejamento e a busca emergente da formação permanente para constituição de saberes específicos do domínio editorial;
- 5)** o enfrentamento para a valoração, o reconhecimento e a legitimação institucional da editoração como processo de trabalho docente; e
- 6)** os engajamentos político e epistemológico com a produção de conhecimento na área de Educação Física, em consciência crítica de suas clivagens tradicionais, considerando também a ‘invisibilidade’ dessa produção no Nordeste. Trata-se do primeiro periódico científico da área de Educação Física do estado do Ceará.

Nesse sentido, há uma temporalidade movente que nos coloca sobre ideias prospectivas de consolidação da *Refise* e sua contribuição na produção do conhecimento em Educação Física, com destaque para a rede federal, e o IFCE como protagonista nessa historicidade.

Referências

- ABREU, S. M. B. **Autoformação docente na experiência de supervisão do Pibid**: Transações para uma práxis pedagógica emancipatória na Educação Física. 2020. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.
- ABREU, S. M. B.; OLIVEIRA, B. N. de. Trajetória experiencial na editoração científica: Entrevista com o professor Alex Branco Fraga. **Refise**, Limoeiro do Norte: IFCE, v. 2, n. 1, p. 7-23, dez. 2019.
- ABREU, S. M. B.; VENÂNIO, L.; SANCHES NETO, L. **Refise**, Limoeiro do Norte: IFCE, v. 3, n. 1, p. 6-8, dez. 2020.
- JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2004. 285 p.
- OLIVEIRA, B. N. de. Tecnologias e mídias na educação física: é tempo de travessia? **Refise**, Edição especial – CITMEF, Limoeiro do Norte: IFCE, v. 5, n. 1, 2022.
- REFISE. Revista de Educação Física, Saúde e Esporte: periódico de divulgação científica do IFCE. v. 1, n. 1, ano 1, 2018. Limoeiro do Norte: IFCE, 2018.
- REFISE. Revista de Educação Física, Saúde e Esporte: periódico de divulgação científica do IFCE. v. 1, n. 1, ano 1, 2018. Limoeiro do Norte: IFCE, 2019.
- REFISE. Revista de Educação Física, Saúde e Esporte: periódico de divulgação científica do IFCE. v. 3, n. 1, ano 3, 2020. Edição Especial - Cippefe. Limoeiro do Norte: IFCE, 2020.
- REFISE. Revista de Educação Física, Saúde e Esporte: periódico de divulgação científica do IFCE. v. 4, n. 1, ano 4, 2021. Dossiê temático. Limoeiro do Norte: IFCE, 2021.
- REFISE. Revista de Educação Física, Saúde e Esporte: periódico de divulgação científica do IFCE. v. 5, n. 1, 2022. Edição Especial - CITMEF. Limoeiro do Norte: IFCE, 2022.
- TAFFAREL, C. N. Z. Educação física como área de conhecimento, campo de formação inicial e continuada e de atuação profissional: o que fazer em um período de destruição de forças produtivas? **Refise**, Limoeiro do Norte: IFCE, v. 1, n. 1, p. 8-30, nov. 2018.

Sobre os **organizadores**

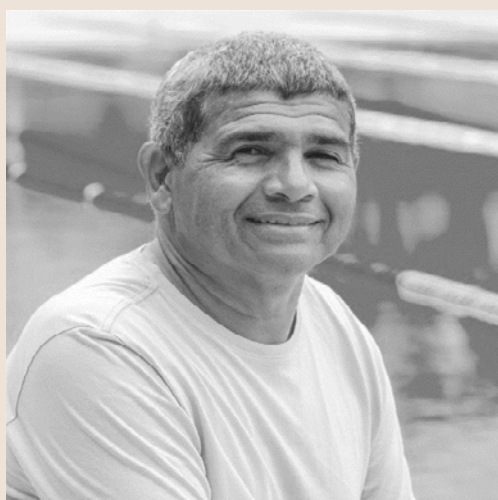
Samara Moura Barreto



Professora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Fortaleza. Licenciada em Educação Física (UECE). Mestre e Doutora em Educação (PPGE UECE). Coordenadora de Formação e Práticas Educativas do Departamento de Educação Física do IFCE. Editora da Revista de Educação Física, Saúde e Exercício Físico (REFISE) e da Editora do IFCE (EDIFCE). Secretária Estadual do Ceará no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF - UFC).

Email: samara.abreu@ifce.edu.br

Clautistony Pereira do Carmo



Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Fortaleza. Graduado em Educação Física e Fisioterapia (UNIFOR). Especialista em Planejamento educacional e Mestre em Ciências da Educação. Chefe de Departamento de Educação Física do IFCE.

Francisco Adelvane de Paulo Rodrigues



Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Canindé. Graduado em Educação Física. Mestre e Doutor em Farmacologia pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (FaMed/UFC). Pós-doutor com estágio realizado no Departamento de Fisiologia e Farmacologia da UFC. Fundador e Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Investigação em Metabolismo, Exercício e Saúde (LIMES - IFCE/CNPq).

Sobre os(as) **autores(as)** do livro

Adriano Barros Carneiro

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *campus* Maracanú. Doutor em Educação. Mestre em Ciências do Desporto. Presidente da Olimpíada Científica de Educação Física do Ceará (Ocef).

E-mail: adriano.carneiro@ifce.edu.br

Amanda Raquel Rodrigues Pessoa

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *campus* Juazeiro do Norte. Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE - UECE).

E-mail: amandaraquel@ifce.edu.br

André Igor Fonteles

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *campus* Itapipoca. Doutor em Saúde Coletiva, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciado pleno em Educação Física pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Mestre em Educação Física pela UFRN.

E-mail: andre.fonteles@ifce.edu.br

Arlene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *campus* Paracuru. Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora permanente do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF-UFC) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Vice-presidente da Olimpíada Científica de Educação Física do Ceará (Ocef). Líder do grupo de pesquisa Corponexões: Corpo, Cultura e Sociedade do IFCE.

E-mail: stephanie.menezes@ifce.edu.br

Arnaldo Sifuentes Leitão

Professor do Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) - *campus* Muzambinho; Graduado em Educação Física. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Presidente Prudente). Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente e coordenador do programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF-IFSULDEMINAS). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas de Professores(as) de Educação Física (GEPROFEF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar (EscolaR) na Faculdade de Educação Física (FEF-UNICAMP).

E-mail: arnaldo.leitao@muz.ifsuldeminas.edu.br

Basílio Rommel Almeida Fechine

Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Fortaleza. Doutor em Educação Brasileira – UFC. Mestre em Ciência do Desporto – UP. Coordenador da Rede Cedes/Núcleo Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa Centro de Investigação em Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Envelhecimento (Cippele).

E-mail: rommel@ifce.edu.br

Braulio Nogueira de Oliveira

Professor do Instituto Federal do Ceará. Graduado em Educação Física (UECE) – campus Morada Nova. Especialização em caráter de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (EFSFVS/UVA) e Doutorado em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH/UFRGS). Editor da Revista de Educação Física, Saúde e Esporte - Refise (IFCE), Tutor da Graduação em Educação Física da Universidade Estadual do Ceará vinculada à Universidade Aberta do Brasil (UAB/UAB) e líder do Grupo de Pesquisa Tecnologia da Informação, Saúde e Educação (TISE/IFCE). Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF).

E-mail: braulio.oliveira@ifce.edu.br

Cesar Augusto Sadalla Pinto

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Limoeiro do Norte. Licenciado Pleno em Educação Física (UEPA). Mestre e Doutor em Educação (PPGE -UECE).

E-mail: cesarsadalla@ifce.edu.br

David Figueiredo Matos

Licenciado em Educação Física pelo IFCE campus Juazeiro do Norte/CE.

E-mail: david.figueiredo.matos61@aluno.ifce.edu.br

Déborah Santana Pereira

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Juazeiro do Norte. Mestre (Universidade de Fortaleza – Unifor). Doutora em Saúde Coletiva (Universidade Estadual do Ceará – Uece). Graduada em Educação Física (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE).

E-mail: deborah@ifce.edu.br.

Francisco de Assis Francelino Alves

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Maracanaú. Doutor e mestre em Educação Brasileira (UFC). Coordenador pedagógico da Olimpíada Científica de Educação Física do Ceará (Ocef).

E-mail: francisco.francelino@ifce.edu

Hanna Stérphane Moura Cavalcante

Professora efetiva no município de Crato/CE. Especialista em Metodologias de Ensino para Educação Básica pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) – campus Limoeiro do Norte (2021). Licenciada em Educação Física no IFCE (2018). Atuou como professora efetiva no município de Quixeramobim (2021, 2022). Experiência em coordenação pedagógica na rede municipal de Educação de MoradaNova/CE.

E-mail: hannasterphane@gmail.com

Ialuska Guerra

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – campus Juazeiro do Norte. Mestre em Engenharia de Produção (Universidade Federal da Paraíba – UFPB). Doutora em Geografia (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp/Rio Claro). Pós-doutora em Educação Física (Universidade Federal de Sergipe – UFS).

E-mail: ialuska@ifce.edu.br.

Joamira Pereira de Araújo

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Juazeiro do Norte. Mestre em Educação Física (Universidade Federal da Paraíba – UFPB). Doutora em Educação Física (UFPB). Graduada em Tecnologia de Gestão e de Lazer e em Educação Física (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE).

E-mail: joamira@ifce.edu.br.

Luciana de Sousa Santos

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Juazeiro do Norte. Licenciada em Educação Física pela Universidade Regional do Cariri. Mestre em Educação e Ensino pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam)/ Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc) – Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: lucianna.ane@ifce.edu.br

Luciano das Neves Carvalho

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Juazeiro do Norte. Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

E-mail: luciano@ifce.edu.br

Marla Maria Moraes Moura

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Juazeiro do Norte. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: marla.moura@ifce.edu.br

Mônica Maria Siqueira Damasceno

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Juazeiro do Norte. Pós-doutora pelo Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro/Portugal.). Doutora em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento (Universidade do Vale do Taquari -Univates/RS). Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente (Universidade Estadual do Ceará/Uece).

E-mail: siqueiramonica@ifce.edu.br

Nilene Matos Trigueiro Marinho

Professora do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – campus Juazeiro do Norte. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: nilene@ifce.edu.br

Nilson Vieira Pinto.

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Fortaleza. Graduado em Educação Física. Especialista em Fisiologia do Exercício. Mestre em Ciências Fisiológicas. Doutor em Biotecnologia e pós-doutor em Saúde Coletiva. Líder/Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação, Saúde e Exercício Físico (IFCE/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq). Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF).

E-mail: nilsonvieira@ifce.edu.br

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima.

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Fortaleza. Graduada em Educação Física. Especialista em Treinamento Desportivo. Mestra em Educação em Saúde. Doutora e pós-doutora em Educação. Editora de seção e avaliadora de periódicos científicos. Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e do Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF).

E-mail: patriciafeitosa@ifce.edu.br

Raphaell Moreira Martins.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Baturité. Graduado em Educação Física. Especialista em Educação Física Escolar. Mestre em Educação Brasileira. Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Aspectos Pedagógicos e Sociais do Futebol (Profut/UFSCar). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Saúde e Exercício Físico (IFCE). Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF).

E-mail: raphaell.martins@ifce.edu.br

Rommulo Celly Siqueira Lima.

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Fortaleza. Licenciatura Plena em Educação Física. Mestre em Ciências Fisiológicas. Doutor em Farmacologia. Membro do Grupo de Estudos em comportamento motor, performance e saúde (IFCE). Membro do Grupo de Pesquisa em Tecnologia da Informação, Saúde e Educação (IFCE).

E-mail: rommulo.siqueira@ifce.edu.br

Samara Moura Barreto.

Professora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Fortaleza. Licenciada em Educação Física. Mestre e Doutora em Educação (PPGE UECE). Coordenadora de Formação e Práticas Educativas do Departamento de Educação Física do IFCE. Editora da Revista de Educação Física, Saúde e Exercício Físico (REFISE) e da Editora do IFCE (EDIFCE). Secretária Estadual do Ceará no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF - UFC).

E-mail: samara.abreu@ifce.edu.br

Samara Taveira de Oliveira.

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Juazeiro do Norte. Graduada em Educação Física pelo IFCE – campus Juazeiro do Norte, com especialização em Educação Física Escolar pelas Faculdades Integradas de Patos/PB. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (Maie), na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: samarataveira@ifce.edu.br

Symon Tiago Brandão de Souza.

Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Morada Nova. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Treinamento Esportivo (UECE). Licenciado pleno em Educação Física (UECE).

E-mail: symon.tiago@ifce.edu.br

Valter Cordeiro Barbosa Filho.

Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Licenciado, Mestre, Doutor e Pós-doutor em Educação Física. Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Atividade Física, Saúde e Escola (Grafes-IFCE-UECE). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade Estadual do Ceará (PPSAC/UECE), e do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF/IFCE).

E-mail: valter.filho@ifce.edu.br

